

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**BREAD SOARES ESTEVAM**

**HISTÓRIA, CRÍTICA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOB O  
PRISMA DAS CRÔNICAS ECÓLOGICAS DA ASSOCIAÇÃO  
GAÚCHA DE PROTEÇÃO AO AMBIENTE NATURAL NO  
EXTREMO SUL DO BRASIL (1978 – 81)**

**RIO GRANDE – RS**

**2013**

**BREAD SOARES ESTEVAM**

**HISTÓRIA, CRÍTICA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOB O PRISMA DAS  
CRÔNICAS ECÓLOGICAS DA ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE PROTEÇÃO AO  
AMBIENTE NATURAL NO EXTREMO SUL DO BRASIL (1978 – 81)**

Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Educação  
Ambiental da Universidade  
Federal do Rio Grande como  
requisito parcial para obtenção do  
título de Mestre em Educação  
Ambiental.

**Orientador: Prof. Dr. Daniel Porciúncula Prado**

**RIO GRANDE – RS**

**2013**

E79h     Estevam, Bread Soares  
          História, crítica e a Educação Ambiental sob o prisma das crônicas ecológicas da associação gaúcha de proteção ao ambiente natural no extremo sul do Brasil (1978 - 81) / Bread Soares Estevam. - 2013. 147 f.

          Dissertação (mestrado em Educação Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande / RS, 2013.  
          Orientador: Dr. Daniel Porciuncula Prado

          1. Educação Ambiental 2. História ambiental 3. Jornalismo ambiental 4. Crítica ambiental 5. Crônica Ecológica I. Prado, Daniel Porciuncula II. Título.

CDU: 504:37

Catálogo na fonte: Bel. Me. Cibele Vasconcelos Dziekaniak CRB10/1385.

**BREAD SOARES ESTEVAM**

**HISTÓRIA, CRÍTICA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOB O PRISMA DAS  
CRÔNICAS ECÓLOGICAS DA ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE PROTEÇÃO AO  
AMBIENTE NATURAL NO EXTREMO SUL DO BRASIL (1978 – 81)**

Defesa pública em 12 de abril de 2013.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Daniel Porciuncula Prado** (orientador) - FURG/PPGEA

---

**Prof. Dr. Elisabeth Brandão Schmidt**(examinadora interna) - FURG/PPGEA

---

**Prof. Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto** (examinador interno) - FURG/PPGEA

---

**Prof. Dr. Francisco das Neves Alves** (examinador interno) - FURG/PPGH

---

**Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma**(examinador externo) - UFSC/PPGH

*Dedico esta escrita às pessoas com as quais dialoguei ao longo dessa pesquisa: ao ambientalista Luiz Felipe Pinheiro Guerra, pela atenção dedicada e pelo legado ambiental deixado às futuras gerações; ao amigo e orientador Daniel Prado; em memória póstuma ao amigo e orientador de graduação Lauro de Britto Vianna; aos professores e colegas do PPGA; aos professores e colegas da graduação em História; aos professores (a) membros da banca examinadora, por todas as contribuições e sugestões feitas à presente dissertação. Com todas essas pessoas pude compreender a profundidade do processo histórico-ambiental e, assim, contribuir ao fortalecimento do campo “ambiental” tanto na Educação, quanto na História.*

## AGRADECIMENTOS

Momento de agradecer, mesmo correndo o risco de, por ventura, esquecer pessoas imprescindíveis nesta caminhada e na minha vida, não poderia deixar de registrar aqui a minha gratidão. Este sentimento que envolve muitas emoções, pensamentos e intensidade, por este e outros motivos deve ser compartilhado, em forma de reconhecimento a quão significância contribuição das pessoas com as quais convivi durante a realização desta pesquisa, e as que me acompanharam orientando, compartilhando os seus saberes, dando-me a possibilidade de fortalecer e de seguir adiante.

Primeiro agradecimento aos sagrados e amados orixás que convivem comigo, constantemente, me concedendo seus Axés, inteligência, discernimento, criatividade, obstinação e fé. Aos meus sagrados guias de Luz, sem vocês, com certeza, não estaria aqui. Também, a todos os meus irmãos de união e reunião espiritual.

Meu segundo agradecimento vai aos meus pais (Cléa Estevam e João Carlos Estevam), por terem me concedido a vida e por sempre estarem me auxiliando. Aos meus irmãos Samir Soares Estevam e Luis Henrique Soares Estevam pelo apoio e pela relação de irmandade.

Em um terceiro momento, meus agradecimentos vão aos meus amados filhos, Gabriela Estevam e Matheus Estevam, por sempre, com suas alegrias, inspirarem minha vida e pelos ensinamentos que cada um de vocês, meus filhos, me trazem através do puro sentimento emanado da inocência típica das crianças. Sem vocês meu mundo seria incompleto e adulto demais.

Muito grato aos membros da minha família, não denominarei um por um, mas, dedico especial atenção à minha avó, Nilva Soares, imprescindível tanto na minha espiritualidade, quanto na atenção e o amor dedicado.

O meu muito obrigado a todos meus amigos e amigas, não os denominarei um por um, também, mas sintam-se agradecidos por tudo que fizeram por mim nesse trajeto.

Meu muito obrigado ao Amigo com “A” maiúsculo e orientador Daniel Prado, que me acompanha desde a graduação e que sempre abriu meus caminhos para chegar onde estou chegando, ou seja, realizar o sonho de ser mestre em Educação Ambiental.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, meus agradecimentos.

Aos docentes, discentes e funcionários desta morada acadêmica, dedico meu respeito, pelo trabalho e atenção de todos, sintam-se todos agradecidos, sem exceção.

Dedico também agradecimentos à CAPES, pelo financiamento concedido e pela possibilidade de dedicação exclusiva aos estudos do mestrado e escrita do presente trabalho.

Nesse momento, dedico especiais agradecimentos aos membros da banca, os professores (a): Elisabeth Brandão Shimidth, Francisco Quitanilha Veras Neto, Francisco das Neves Alves e Marcos Fábio Freire Montysuma.

À professora Beth, o meu muito obrigado por tudo, pela atenção, carinho e voto de confiança. Sou seu fã, professora.

Ao Quitanilha, muito obrigado pelas discussões em sala de aula e as contribuições ao trabalho aqui dissertado.

Ao Francisco, sem palavras, a atenção dada desde a graduação e a disponibilidade de contribuir com este trabalho, suas ponderações foram decisivas. Muito obrigado professor, também, lhe admiro muito. Ao Marcos, pela atenção, disponibilidade de se deslocar de Santa Catarina e pelas excelentes contribuições dadas. Também pelos conselhos dados no momento do Simpósio de História na UFSC, muito agradecido Marcos, sem palavras.

Dedico especial atenção e agradecimentos ao Jornal Agora, por proporcionar o acesso livre ao acervo de jornais na qual já venho pesquisando desde 2005.

Agradeço à amiga de infância e professora Eileen Santos Almeida, por ter me ajudado com o resumo em língua estrangeira, sem palavras!

Em especial, nesse momento, gostaria de dedicar minha homenagem ao grande e nobre “*Guerreiro da Ecologia*” Luiz Felipe Pinheiro Guerra. Disse-me uma vez ele, um apaixonado pela causa, que não existem paixões isentas de sacrifícios. Essas palavras foram ditas em um momento difícil da minha caminhada, mas me serviram de uma forma tão intensa que foram decisivas para minha vida. Seu Guerra, sua luta não foi em vão, as gerações futuras lembrarão do Senhor como um protetor da *Mater Natura*. Muito obrigado, pelo legado deixado às futuras gerações!

Em memória póstuma agradeço, também, ao grande professor Lauro de Britto Vianna, meu amigo, mestre e orientador de graduação, pelas conversas, pelas lições, até mesmo pelas broncas e puxões de orelhas. Foi um pai acadêmico. Estejas onde estiveres, professor, no plano espiritual, serei sempre seu discípulo e saiba que lhe admiro muito. Foi um orgulho ser seu amigo, bolsista e orientando.

Agradeço também, especialmente, à historiadora e assistente social Rose Silva, pelas sugestões, atenção, carinho e disponibilidade em contribuir com algumas considerações feitas ao trabalho aqui dissertado. A historiadora e jornalista Catarina Buriti, pelo carinho, atenção e pelas considerações a acerca do resumo do presente trabalho.

Finalizo este momento agradecendo a um ser muito especial e infinito no seu propósito, aquele que esteve sempre presente em meus dias de solidão, nos momentos em que os caminhos pareciam longos, durante esta escrita, enviando energias positivas, que me renovaram e continuam renovando a minha trajetória: DEUS.



## RESUMO

Esta pesquisa enfoca uma discussão sobre o processo histórico das relações entre sociedades humanas e naturezas, a crise ambiental, a emergência da conscientização ecológica, o surgimento do movimento ecológico nos anos de 1960 e a formação do campo crítico-ambiental, tendo como foco a cidade do Rio Grande/RS. No mesmo contexto, ocorreu o surgimento de um jornalismo ambiental, com isso, as manifestações ambientalistas passaram a reverberar nos jornais, rádios e nas emissoras de televisão. Nos anos de 1970, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural constituiu-se como referência na luta ambiental nacional e também como espaço de práticas educativo-ambientais, influenciando a formação de opinião pública e o ativismo ecológico. No período já mencionado acima, em Rio Grande, surgiu uma coluna jornalística, no jornal *Agora*, denominada, “Crônica Ecológica”, escrita pelos ecologistas da AGAPAN. Para orientar o estudo destas crônicas surgiram as seguintes questões de pesquisa: Como se desenvolveu o processo de crescimento econômico e seus passivos ambientais em Rio Grande sob o olhar dos ambientalistas? Quais seriam as contribuições dessa coluna para o campo da crítica, da história e da educação ambiental? Foram relacionados, dessa forma, os seguintes objetivos: Analisar, interpretar e compreender a crítica e as práticas de educação ambiental da AGAPAN/Rio Grande e como estas ações educativas e a crítica ambiental foram sistematizadas e repercutiram na sociedade local? Como metodologia utilizou-se a Análise de Conteúdo, onde foram instituídas categorias educativo-ambientais (educação ambiental, história ambiental, crise ambiental, crítica ambiental, conscientização ecológica, crônica ecológica, ambientalismo, jornalismo ambiental) escolhidas *a priori*, e, posteriormente, analisadas através daquela ferramenta metodológica. Justifica-se esta pesquisa pelo papel de interpretação da recente história ambiental no extremo sul do Brasil. O trabalho também reforça o campo da Educação Ambiental, a partir do entrecruzamento da Educação com a História através da categoria “*Ambiental*” tratando da pertinente reflexão sociedade/natureza como “*Totalidade*” bem como analisa o processo histórico sobre o prisma do ambientalismo que se estruturou através das crônicas e das ações educativas protagonizadas pelos cronistas. Como resultados desta dissertação, concluiu-se sobre a existência já naquela época de denúncia de diversos impactos e problemas de ordem, social e ecológica como: poluição atmosférica, sólida e hídrica na orla e no entorno do Rio Grande/RS; os conflitos emergentes da crítica ambiental em oposição à expansão do modelo econômico e aqueles decorrentes do adensamento populacional que se avolumaram no município. Com isto surgiu diversos impactos ambientais provocados pelo crescimento econômico local que repercutiam, impactavam e transformavam as dimensões sociais e ecológicas regionais. De encontro ao exposto anteriormente, apontamos inúmeras ações educativo-ambientais protagonizadas pelos atores sociais da AGAPAN/Rio Grande através das crônicas ecológicas, convertendo-se, assim, em práticas de educação ambiental não formal.

**Palavras chave:** Educação Ambiental, História Ambiental, Jornalismo Ambiental, Crítica Ambiental e Crônica Ecológica.

## RESUMEN

Esta investigación plantea una discusión sobre el proceso histórico de las relaciones entre sociedades humanas y naturaleza, la crisis ambiental, emergencia de la concienciación ecológica, el surgimiento del movimiento ecológico en los años de 1960 y la formación del campo crítico-ambiental, teniendo como foco la ciudad de Rio Grande/RS. En este contexto, ocurrió el surgimiento de un periodismo ambiental, y con ello, las manifestaciones ambientalistas empezaron a repercutir en los periódicos, radios y en las emisoras de televisión. En los años de 1970 el Asociación Gaucha de Protección al Ambiente Natural se constituyó como referencia en la luta ambiental nacional, y, también, como espacio de prácticas educativo-ambientales influyendo la formación de opinión pública y el activismo ecológicos. En este periodo, en Rio Grande, surgió una columna periodística en el periódico *Agora* denominada, “Crônica Ecológica”, hecha por los ecologistas de la AGAPAN. Para direccionar el estudio de estas crónicas se ha hecho las siguientes cuestiones de investigación: ¿Cómo se desarrolló el proceso de crecimiento económico y sus pasivas ambientales en Rio Grande bajo el mirar de los ambientalistas? ¿Quales son las contribuciones de esa columna para el campo de la crítica, de la historia y de la educación ambiental? Fueron relacionados, de esa forma, los siguientes objetivos: Analizar interpretar y comprender la crítica y las prácticas de educación ambiental no formal de la AGAPAN/Rio Grande y ¿cómo estas acciones educativas y la crítica ambiental fueron sistematizadas y repercutieron en la sociedad local? Como metodología se utilizó el análisis de contenido, en el cual fueron instituidas categorías educativo-ambientales (educación ambiental, historia ambiental, crisis ambiental, crítica ambiental, concienciación ecológica, crónica ecológica, ambientalismo, periodismo ambiental) elegidas *a priori*, y, después analizadas a través de aquella herramienta metodológica. Se justifica esta investigación por el papel de interpretación de la reciente historia ambiental en el extremo sur de Brasil. El trabajo también reforza el campo de la Educación Ambiental, desde el entrecruzamiento de la educación con la historia a través de la categoría “*Ambiental*” tratando de la pertinente reflexión sociedad/naturaleza como “*Totalidad*” además de analizar el proceso historico sobre el prisma del ambientalismo que se estructuró a través de las crónicas y de las acciones educativas protagonizadas por los cronistas. Como resultados de esta disertación, se llegó a la conclusión de la existencia ya en aquella época de denuncia de distintos impactos y problemas de orden, social y ecológica como: polución atmosférica, sólida e hídrica en la orla y en el alrededor de Rio Grande/RS; los conflictos emergentes de la crítica ambiental en oposición a la expansión del modelo económico y aquellos decurrentes del adensamiento populacional que aumentaron en la ciudad. Con esto, surgieron distintos impactos ambientales provocados crecimiento económico local que repercutian, impactaban y transformaban las dimensiones sociales y ecológicas regionales. Al revés del expostoenteriormente, apuntamos muchas acciones educativo-ambientales protagonizadas por los actores sociales de AGAPAN/Rio Grande a través de las crónicas ecológicas, se convirtiendo en prácticas de educación ambiental no formal.

**Palabras clave:** Educación Ambiental, História Ambiental, Periodismo Ambiental, Crítica Ambiental y Crônica Ecológica.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 – DA CRISE AMBIENTAL AO DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA POLÍTICA, À EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA HISTÓRIA AMBIENTAL .....</b>	<b>18</b>
1.1 A CRISE AMBIENTAL E O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA POLÍTICA .....	18
1.2 BREVE HISTÓRIA E ALGUNS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	24
1.3 BREVE HISTÓRIA E ALGUNS FUNDAMENTOS DA HISTÓRIA AMBIENTAL .....	32
1.4 OS HISTORIADORES E O CAMPO AMBIENTAL .....	42
<b>CAPÍTULO 2 – DO PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA CRÍTICA AMBIENTAL À CONSOLIDAÇÃO DO AMBIENTALISMO SUL BRASILEIRO .....</b>	<b>45</b>
2.1 OS PRIMEIROS CRÍTICOS AMBIENTAIS .....	45
2.2 OS HERDEIROS DO PENSAMENTO POLÍTICO E DA CRÍTICA AMBIENTAL DE JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA .....	48
2.3 O AMBIENTALISMO SUL BRASILEIRO .....	52
2.3.1 Henrique Luiz Roessler e Balduino Rambo .....	53
2.3.2 A AGAPAN e Outras Entidades da Luta Ambiental no Sul do Brasil .....	57
<b>CAPÍTULO 3 – JORNALISMO E AMBIENTALISMO: O CONTEXTO E O SURGIMENTO DAS CRÔNICAS ECOLÓGICAS DA AGAPAN/RIO GRANDE O JORNAL AGORA .....</b>	<b>66</b>
3.1 JORNALISMO E AMBIENTALISMO NO EXTREMO SUL DO BRASIL .....	66
3.2 O JORNAL AGORA .....	74

3.3 LUIZ FELIPE PINHEIRO GUERRA E AS CRÔNICAS ECOLÓGICAS .....	80
--	----

**CAPÍTULO 4 – CRÔNICAS ECOLÓGICAS E A CRÍTICA AMBIENTAL NO EXTREMO SUL DO BRASIL(1978 – 81) ..... 88**

4.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA COLUNA CRÔNICA ECOLÓGICA .....	88
---	----

4.1.1 Preparação das informações .....	91
--	----

4.1.2 Transformação do Conteúdo em Unidades de Análise e Unidade de Contexto .....	94
--	----

4.1.2.1 Unidade de Contexto .....	88
-----------------------------------	----

4.1.3 Categorização .....	99
---------------------------	----

4.1.4 Descrição e Interpretação das Unidades de Análise .....	101
---	-----

4.1.4.1 Temáticas e Críticas Ambientais nas Crônicas Ecológicas de Luiz Felipe Pinheiro Guerra .....	102
--	-----

4.1.4.2 Temáticas e Críticas Ambientais nas Crônicas Ecológicas de Helton Bartholomeu da Silva .....	117
--	-----

4.1.4.3 Temáticas e Críticas Ambientais nas Crônicas Ecológicas de Adelino Marques Mendes .....	123
---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	131
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	138
----------------------------------	-----

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente dissertação de mestrado trata da reflexão intitulada de: *HISTÓRIA, CRÍTICA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DAS CRÔNICAS ECOLÓGICAS DA ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE PROTEÇÃO AO AMBIENTE NATURAL NO EXTREMO SUL DO BRASIL (1978 – 81)*.

Para realizá-la, foi percorrido um caminho trabalhoso, intenso, mas instigante e compensador. Assim sendo, no segundo ano do curso de História (graduação) feito na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) tivemos que desenvolver um projeto de pesquisa para propor a temática da nossa monografia de final de curso. Esboçamos uma proposta denominada de “História dos Preços dos Derivados do Petróleo em Rio Grande de 1973 a 1979”. Então que, na metade do ano de dois mil e cinco (2005), levamos o projeto e uma carta de recomendação redigida pela Comissão de Curso de História à Refinaria Ipiranga. A empresa não demonstrou interesse no projeto, pois seria necessário recorrer a fontes contábeis. Então, recorremos ao jornal *Agora*. Nesse diário encontramos diversas notícias, mas nada que pudesse nos possibilitar uma sequência de preços acerca do mercado dos derivados de petróleo. Paralelamente àquela pesquisa, encontramos a coluna “*Crônica Ecológica*”.

Dessa maneira, observamos que havia uma sequência da coluna. Então, construímos uma planilha de coleta das referências, que nos possibilitou mapear e recolher os dados que localizavam os textos no acervo daquele jornal. Também tomamos conhecimento de que se tratava de uma coluna da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), entidade ambientalista sediada no Rio Grande do Sul. Logo após a coleta das referências das crônicas, buscamos coletar esses textos fotocopiando-os. Depois de obter as cópias, começamos a organizá-los, seguindo os procedimentos da Análise de Conteúdo, que será tratada no quarto capítulo do presente trabalho. Encontramos cento e dez (110) crônicas ecológicas. Analisamos todo o conjunto desses textos e selecionamos por unidades temáticas de análise. Assim procedendo, podemos ter uma dimensão dos temas tratados e qual a temática que mais se fez presente nos três cronistas, tendo como eixo comum de crítica ambiental o projeto de modernidade capitalista industrial (progresso industrial capitalista) implantada pela ditadura civil-militar em Rio Grande. Depois do tema central selecionado, focamos

análise nas crônicas ecológicas que tratavam daquele assunto. Em anexo, disponibilizaremos o conjunto das crônicas ecológicas encontradas em nossas pesquisas de campo.

Nesse sentido, o objetivo geral aqui estipulado foi: analisar, interpretar e compreender a crítica ambiental de Luiz Felipe Pinheiro Guerra, Helton Bartholomeu da Silva e Adelino Marques Mendes. E, a partir disso, refletir através da história ambiental as implicações da relação sociedade humana, natureza e desenvolvimento no município do Rio Grande/RS entre os anos de 1978 a 1981.

Os objetivos específicos do presente trabalho foram: sistematizar, a partir das crônicas ecológicas, os problemas ambientais recorrentes em Rio Grande no período aqui estudado; observar as alterações ambientais da época, provocadas pelo então modelo de crescimento econômico e suas repercussões no ambiente, através de uma abordagem relacional; verificar e compreender as temáticas e as críticas ambientais desenvolvidas pelos ambientalistas riograndinos.

Justificamos o presente trabalho, justamente, pela relevância da temática. Rio Grande está passando por um momento de crescimento econômico, algo que o município já passou, anteriormente, em diversos momentos de sua história. Entendemos que os ciclos de crescimento econômico local geraram/geram repercussão ambiental. E que a temática abordada pela fonte aqui analisada, nesse sentido, torna-se atual por descrever e analisar as implicações do projeto de crescimento econômico, nas décadas de 1970 e 1980, ao ambiente.

Dessa forma, a relação projeto societário e ecossistema costeiro aconteceu de forma insustentável, gerando assim, sérios impactos ao ser humano e a natureza não-humana.

Outra justificativa que trazemos à tona é o fato de que os profissionais da área da História estão atentos aos debates realizados no meio acadêmico. Com a inserção da temática ambiental no ensino fundamental, médio e superior abriu-se um campo de possibilidades e a dimensão histórica, nesse sentido, tornou-se indispensável. Os temas que as pesquisas históricas estão abordando e as interpretações elaboradas pelos historiadores, através da história ambiental, são importantes para a compreensão da relação sociedades humanas e natureza elementos e dimensões fundamentais para a compreensão da atual crise ambiental. Assim, compreendendo as teorias e práticas desenvolvidas pelo movimento ambientalista para, através disso, contribuir para a

fundamentação e construção da identidade do campo “*Ambiental*”, tanto através da História como através da Educação.

Portanto, nosso trabalho justifica-se por relacionar as dimensões sociedade, natureza, desenvolvimento, educação e história, relevantes para o entendimento do atual paradigma de crise ambiental planetária.

Partindo para a discussão acerca do tema proposto, analisamos no primeiro capítulo a emergência da crise ambiental, o despertar da consciência ecológica, até o surgimento da Educação Ambiental e da História Ambiental. Nesse capítulo, refletimos sobre o processo de desenvolvimento das sociedades humanas e sua relação com a natureza. Também verificamos as transformações da natureza mediante a intervenção humana. Observamos, assim, os diversos impactos ambientais ocasionados pela ação humana no ambiente. Procuramos apontar que a história humana é pródiga em ocorrências de crises ambientais, mesmo anteriores ao capitalismo. O que ocorreu a partir do advento da modernidade ocidental capitalista foi à intensificação e o aperfeiçoamento dos meios de impactar a natureza. A sociedade capitalista gerou a intensificação da “pegada ecológica<sup>1</sup>” devido ao aumento da população, à crescente demanda por energia, minério, papel, incremento do plantio e consumo de alimento, aumento da capacidade de gerar resíduos e o lançamento de poluentes na atmosfera, e, também, à manipulação genética de organismos vivos, sem falar, na exploração do trabalho e da natureza. Sobre o contexto, elucidamos uma discussão sobre a Guerra Fria. Dentro do processo de antagonismo entre EUA e URSS, descrevemos o processo de emergência do movimento ambientalista, suas influências e lutas. Dissertamos acerca da Revolução Comportamental elucidando os movimentos históricos ocorridos, o Maio de 1968 na França e a Primavera de Praga na Tchecoslováquia, que influenciaram diretamente o surgimento do movimento ecológico europeu. Logo após, refletimos sobre a emergência do movimento ecológico e o surgimento de dois campos do conhecimento: Educação Ambiental e História Ambiental.

---

<sup>1</sup>A pegada ecológica se define como a área de terra e água ecologicamente produtiva que se necessita de forma contínua para proporcionar os recursos energéticos e materiais consumidos, e absorver todos os resíduos gerados por esta população. O consumo das comunidades, empresas e governos entram no cálculo, pois a pegada ecológica busca mensurar as demandas de capital natural da população em questão em relação ao território que ocupa. O tamanho da pegada não é fixo, mas depende do ingresso financeiro e valores socioculturais, assim como do estado da tecnologia disponível. Ao contrário do espaço ambiental, o cálculo da pegada demonstra que não existe um piso nem um teto ambiental. Hoje, segundo os cálculos da pegada ecológica, a humanidade já excederia a capacidade global de carga do planeta, impondo altos custos às gerações futuras.

No segundo capítulo, discorreremos análise acerca da crítica ambiental brasileira. Observamos que a construção de discursos referentes à natureza e projeto nacional apresentou-se em diversos momentos do processo histórico, configurando-se assim a formação da crítica ambiental brasileira. Visualizamos isso através das duas obras de José Augusto Pádua sobre a formação e o desenvolvimento daquele campo de pensamento. Logo após, verificamos o prosseguimento do campo da escrita da crítica ambiental através da obra de Daniel Prado. Esse autor enfocou a atuação e o pensamento de Alberto Torres, um dos críticos ambientais evidenciado por José Augusto Pádua, como “possível influência” do surgimento e do desenvolvimento da crítica ambiental de Henrique Luiz Roessler, tema central da tese doutoral de Prado.

No decorrer dos anos de 1930 a 1960, evidenciou-se uma tradição de críticos ambientais de orientação conservacionista como o já citado Roessler e o Padre Balduino Rambo. Depois de oito anos da morte de Henrique Roessler, outra geração de conservacionistas, preservacionistas e ecologistas constroem à Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, iniciando outra fase do ambientalismo sul brasileiro.

No terceiro capítulo, intencionamos descrever o surgimento do jornalismo ambiental, explicitando alguns eventos importantes nesse sentido. A representação desse surgimento e as principais mudanças que decorreram da cobertura de notícias ambientais permitiram a compreensão do papel condicionante da imprensa no processo. Encaminhamos essa discussão elucidando um breve histórico do Jornal Agora e a fundação da coluna “crônica ecológica” por Luiz Felipe Pinheiro Guerra.

No quarto capítulo, transcorremos com a análise de conteúdo das crônicas ecológicas. Procuramos seguir os passos do método aqui empreendido, seguindo cinco etapas: preparação das informações; transformação do conteúdo em unidades de análise e contexto; classificação das unidades em categorias; descrição e interpretação. Na fase de preparação das fontes organizamos as crônicas, digitalizamos e codificamos. Na fase de transformação do conteúdo em unidades de análise e contexto organizamos da seguinte forma: Temáticas e críticas ambientais em Adelino Marques Mendes (unidade de análise); Temáticas e críticas ambientais em Helton Bartholomeu da Silva (unidade de análise); Temáticas e críticas ambientais em Luiz Felipe Pinheiro Guerra (unidade de análise). E ainda: crise ambiental, consciência ecológica, educação ambiental, história ambiental e ambiente (unidade de contexto); ambientalismo e crítica ambiental (unidade de contexto); eco jornalismo e/ou jornalismo ambiental (unidade de contexto);



Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (progresso capitalista industrial moderno) em Rio Grande (unidade de contexto).

O processo de categorização orientou o nosso trabalho na construção da sua identidade teórica e nos ajudou a entender o processo histórico aqui discutido. A partir dessa etapa foram escolhidas as categorias e os aportes teóricos necessários ao embasamento do trabalho. No que respeita ao processo de categorização do presente trabalho foram selecionadas *a priori* as categorias: crise ambiental, consciência ecológica, educação ambiental, história ambiental e ambiente (capítulo 1); ambientalismo (capítulo 2) e crítica ambiental (capítulos 2 e 4); eco jornalismo e/ou jornalismo ambiental (capítulo 3); e ainda, crônica ecológica, sociedade, natureza e desenvolvimento, progresso industrial capitalista moderno, (capítulo 4). Procuramos discutir e fundamentar as categorias aqui escolhidas no decorrer de todo o trabalho numa relação dialética entre teoria (conceito) e prática (processo histórico).

Enfim, a fase de descrição e interpretação das fontes seguiu-se da análise das crônicas ecológicas, seus temas e críticas ambientais, da seguinte forma: Temáticas e críticas ambientais nas crônicas ecológicas de Luiz Felipe Pinheiro Guerra; Temáticas e críticas ambientais nas crônicas ecológicas de Helton Bartholomeu da Silva e Temáticas e críticas ambientais nas crônicas ecológicas Adelino Marques Mendes. Nesse sentido, a proposta aqui discutida procurou relacionar: ambientalismo, ambiente, história ambiental, educação ambiental, jornalismo ambiental, sociedade, natureza e desenvolvimento; configurando-se assim como um trabalho de Educação Ambiental através das teorias e métodos da História Ambiental.

## Capítulo 1

# DA CRISE AMBIENTAL AO DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA POLÍTICA, À EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA HISTÓRIA AMBIENTAL

### 1.1) A Crise Ambiental e o Despertar da Consciência Ecológica Política

No processo de desenvolvimento das sociedades humanas, ao longo da história das civilizações, observamos o surgimento de instituições como Estado, organizações políticas, militares e religiosas; doutrinas ideológicas; modos de vida<sup>2</sup>; organização das sociedades em “bandos, tribos, clãs, castas, estamentos, ordens e classes sociais”<sup>3</sup>; produção científica e tecnológica, que por consequência geraram mutações sobre o ambiente. Com o advento da cultura moderna século XV e a consolidação do modo de vida capitalista séculos XVIII e XIX, através de suas várias formas, desde o capitalismo comercial, sob a política econômica do mercantilismo e/ou liberalismo até o atual capitalismo industrial, sob a política econômica estatal-desenvolvimentista e/ou neoliberal, acentuou, intensamente, as ações de transformação da natureza (PRADO, 2005, p. 85).

As ações de transformação da natureza mediante a intervenção humana desencadearam alguns efeitos negativos. Esse ciclo de destruição no qual as atividades humanas transformam o ambiente, ao executá-las gera resíduos que alteram as condições ambientais. Aquelas ações geraram, de acordo com Viola (1987, p. 1):

[...] destruição do solo através de seu uso abusivo, provocando erosão, inundações e alterações do clima; ameaça à vida biológica nos oceanos, lagos e rios, devido à poluição de suas águas; envenenamento da atmosfera com vapores prejudiciais; criação e produção de armas com poderes absolutos de destruição de qualquer forma de vida; concentração de atividades industriais e comerciais em áreas superlotadas, até o ponto em que as deseconomias externas do congestionamento, da poluição e da alienação da moderna vida industrial e urbana anulam os ganhos em qualidade de vida obtidos através do aumento do consumo material.

---

<sup>2</sup> Modos de vida: Tribal, Asiático, Escravista, Feudal e capitalista.

<sup>3</sup> Respectivamente, pré-história, sociedades antiga e clássica, medieval e moderna.

De acordo com Artur Soffiatti, anterior à sociedade moderna capitalista-industrial, as relações e comportamentos humanos já geravam múltiplas crises ambientais. Como consequências dessas crises ambientais algumas civilizações desapareceram, como é o caso dos Maias na América pré-colombiana que geraram uma crise ambiental pelo “mau” uso dos recursos naturais. Na Grécia, alguns escritos de Platão apontam elementos que configurariam uma crise ambiental<sup>4</sup>.

Regina Horta Duarte também nos aponta que a ação humana gerou impactos ambientais em momentos remotos da história. Conforme Duarte (2005, p. 37):

[...], a ação do homem causou, em momentos históricos remotos, significativos desflorestamentos, erosão dos solos e alterações nos equilíbrios dos ecossistemas. O uso do fogo pelos homens do neolítico como forma de limpar florestas, há cerca de 40 mil anos atrás, é evidenciado em escavações arqueológicas na África. O aparecimento da agricultura e da criação de animais certamente alterou paisagens. O surgimento das cidades e, posteriormente, das grandes, civilizações mesopotâmicas e egípcias, com crescimento demográfico expressivo, demandou inúmeras construções, exploração de minérios, busca de blocos de pedras para monumentos gigantescos, extração de madeiras para cozinha e aquecimento etc. Certamente o esplendor da civilização egípcia não se fazia sem uma intensa exploração da natureza.

O surgimento das cidades da Mesopotâmia, com uma demanda de lenha, madeira para construção de barcos, acarretou no desmatamento das florestas de cedro e carvalho no Crescente Fértil. A cidade suméria de Ur importou madeira e os impérios sucessivos importaram essa matéria prima de lugares distantes como a Índia. Os fenícios forneciam aos faraós do Egito grandes quantidades de cedro. As ações fenícias causaram grande impacto nas florestas da região do atual Líbano. Os fenícios, helênicos e romanos utilizaram-se da madeira para construir suas frotas marítimas e, com isso, ocasionaram aumento na exploração madeireira (DUARTE, 2005, p. 38).

Ainda descrevendo alguns dos impactos gerados pela ação humana no decorrer do processo histórico, de acordo com Regina Horta Duarte (2005, p. 38):

Além de servir ao comércio, os navios serviam à guerra e à conquista, implicando em mais destruição. Os espartanos, durante a Guerra do Peloponeso (431-421 a.C.), cortaram tantas árvores quanto foi possível na região da Ática, a fim de destruir esse importante suprimento de seus inimigos atenienses. O grego Teofrasto (372-287 a.C.) apontou a diminuição

---

<sup>4</sup> Ver Teleconferência: Perspectivas e Desafios da Educação Ambiental. Produção SENAC. Departamento Nacional, s/d

das chuvas na Grécia e a relacionou à destruição das florestas. Notou ainda que a madeira para construção tornava-se crescentemente escassa nas áreas da Europa próximas ao Mediterrâneo.

A sociedade capitalista não foi a primeira a alterar o meio natural com ações e práticas destrutivas. Porém, a amplitude da “pegada ecológica” é bem maior. Isso se evidenciou com o crescimento demográfico: a crescente demanda por energia, minério, papel, incremento do plantio e consumo de alimento; o aumento da capacidade de gerar resíduos (plásticos, latas, substâncias químicas, baterias, sucatas de carros, etc.); o lançamento de poluentes na atmosfera e, também, a manipulação genética de organismos vivos.

As guerras contemporâneas atingiram um grau de destruição antes impensável, com a utilização de gases químicos, uma capacidade explosiva com destruição rápida de extensas áreas. Sem falar nos modelos de desenvolvimento adotado pelo ocidente e sua configuração social exploratória (DUARTE, 2005, p. 38 – 39).

Visão compartilhada por Eduardo Viola (1987, p. 1), quando ele aponta que “o comportamento predatório não é novo na história humana, não se restringe nem ao fim do século XX e nem aos últimos dois séculos de industrialismo, o que sim é novo é a escala dos instrumentos de predação, cujo símbolo máximo são as armas nucleares.”

O mesmo autor apresentou quatro fatores que ameaçavam/ameaçam concretamente a vida humana e a natureza do contexto histórico da segunda metade do século XX em diante e que geraram o despertar da consciência ecológica. Eles são: “a guerra nuclear, o lixo atômico acumulado, acidentes em usinas nucleares e o efeito estufa”. (VIOLA, 1987, p. 2).

Nesse sentido, o potencial bélico desenvolvido a partir da segunda metade do século XX em diante, tanto convencional quanto nuclear, acumulado, permitiria a destruição da vida na Terra em torno de 120 vezes. Com relação às usinas nucleares temos o acidente da usina nuclear de *Three Miles Island* nos Estados Unidos da América no dia 28 de março de 1979 com a liberação de radioatividade. Em 1986 o acidente da usina de Chernobyl confirmou o perigo da manipulação da energia nuclear. O acidente de Chernobyl ocorreu no dia 26 de abril de 1986, na Ucrânia, então parte da União Soviética, produzindo uma nuvem de radioatividade que atingiu a União Soviética, Europa Oriental, Escandinávia e Reino Unido, com a liberação de 400 vezes mais contaminação que a bomba lançada em Hiroshima e Nagasaki no Japão, na Segunda Guerra Mundial.

Complementando o quadro de fatores que ameaçaram/ameaçam a vida no planeta, temos o efeito estufa. Conforme Viola (1987, p. 2), “o efeito estufa seria o menos conhecido pela opinião pública no contexto da década de 1970, apesar de ter sido objeto de estudos científicos feitos pelo *Massachusetts Institute of Technology* nos Estados Unidos da América.” Ainda conforme o autor (1987, p. 2), “como consequência do aumento do dióxido de carbono na atmosfera (produto fundamental da queima de combustíveis fósseis e mesmo biomassa), há um acúmulo progressivo de energia e uma tendência ao aumento da temperatura média da Terra.”

Além dos quatro fatores apontados por Eduardo Viola (1987), há outros problemas ambientais tais como a diminuição da camada de ozônio, ou seja, a película existente na atmosfera que filtra os raios ultravioletas, protegendo os organismos da superfície terrestre contra as irradiações solares. A diminuição da camada de ozônio ocorreu/ocorre devido à utilização dos gases CFCs (Cloro-Flúor-carbono) presentes nos aerossóis. Também temos as chuvas ácidas que são precipitações na forma de água e neblina que contém ácido nítrico e sulfúrico. Eles são decorrentes da queima de enormes quantidades de combustíveis fósseis, como petróleo e carvão, utilizados para a produção de energia nas refinarias, usinas termoelétricas e nos veículos. Outro problema é a perda da biodiversidade que está intimamente ligada ao intenso desmatamento florestal, sem falar nos resíduos sólidos, dejetos industriais e os problemas de ordem social, que não aprofundaremos nesse momento.

A Guerra Fria (disputa política, territorial, militar, tecnológica, social e ideológica entre Estados Unidos da América liderando o bloco capitalista contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas encabeçando o bloco socialista) orientou a tônica do processo histórico de 1945 a 1991, sendo o pano de fundo da história aqui a ser contada. De acordo com Eric Hobsbawm (1995, p. 224):

A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, foi sem dúvida um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade.

O século XX, um dos mais agitados e intensos da história humana, teve um marco referencial, ou seja, um “divisor de águas” que, sem dúvidas, foi o ano de 1968. Esse marco proporcionou um exame que desembocou em diversas manifestações e propostas de transformação cultural. No planeta todo, muitos estavam amedrontados,

outros estavam arrebatados, com a probabilidade de questionar heranças culturais antigas e sagradas: legados culturais, estrutura familiar e social, patriotismo, coragem militar, lealdades ideológicas e religiosas. Alguns deixaram se levar pela empolgação daquele ano. Enquanto um mundo acabava, outro estava despontando. Os “otimistas” queriam estar entre os parteiros, os “ortodoxos” queriam que ele fosse abortado.

O emblemático ano de 1968 é considerado um marco histórico de ascensão dos “novos movimentos sociais” (NMS). Ocorreram diversas manifestações em alguns países da Europa, tais como: França e Tchecoslováquia. São processos históricos conhecidos como: Maio de 1968 (França) e a Primavera de Praga (antiga Tchecoslováquia).

O Maio de 1968, na França, foi um importante marco para a nova ordem cultural. Os movimentos estudantis estavam fazendo uma revisão da sociedade francesa. Estava sendo feito um exame nos valores políticos, sociais e culturais. A juventude buscava uma utopia libertaria e a realidade da sociedade moderna e capitalista dominante era sua oposição. As barricadas estudantis francesas almejavam depor do poder o general/presidente Charles de Gaulle. Em janeiro de 1968, começaram diversas manifestações por causa da falta de voz e vez dos estudantes nas universidades. Outra reivindicação foi à exigência de dormitórios mistos para a Universidade de Nanterre em Paris. Entretanto, houve forte repressão policial e os estudantes ficaram irreduzíveis. O que parecia uma manifestação pacata desencadeou uma onda de protesto que gerou o intuito de questionar e transformar a sociedade francesa de baixo para cima. A influência de pensadores de orientação anarquista no Maio de 1968 na França gerou um precedente que irá influenciar o surgimento do movimento ecológico europeu.

Com a crise do socialismo real foi desencadeado uma onda de movimentos no interior do bloco socialista. Um importante processo gerado pela crise do socialismo real foi de chamada “Primavera de Praga”. Esse movimento foi uma tentativa de democratizar o comunismo que teve como mentor Alexander Dubcek. Ele tornou-se primeiro-secretário do Partido Comunista da Tchecoslováquia em 05 de janeiro de 1968. Com isso, ele tentou a partir do seu cargo dentro do partido, uma espécie de “desestabilização” do sistema que predominava no país. Ficou conhecido como o arquiteto da “Primavera de Praga”. Essa democratização desencadeou um desejo por reformas e o primeiro-secretário respondeu a ele. Alexander Dubcek fez uma reforma profunda nas estruturas societárias do país com a intenção de remover os vestígios do autoritarismo stalinista, que ele considerava uma aberração no sistema

socialista. Os partidários de Dubcek estabeleceram milícias dissidentes, promoveram os direitos humanos e organizaram movimentos civis nos anos de 1970 e 1980. O primeiro-secretário acabou esbarrando nos dirigentes da URSS que tinham grandes influências do stalinismo. Mesmo assim, a “Primavera de Praga” de 1968 representou como exemplo, a parte integral do desenvolvimento da sociedade transnacional e da transformação da esfera publica na segunda metade do século XX.

Em decorrência da centralização e burocratização dos Estados Socialistas foi gerada uma crise dentro do marxismo na década de 1970 e, com isso, ocasionou a migração de diversos militantes e pensadores da esquerda aos movimentos ecológicos. Dessa dissidência gerou-se a corrente de pensamento que convencionou chamar-se de ecossocialismo. Eduardo Viola apontou alguns fatores que estiveram na base da crise do marxismo, tanto como modelo de explicação da sociedade, quanto referencial para a sua transformação. De acordo com Viola (1987, p. 3) são alguns fatores da crise do marxismo:

[...] o caráter totalitário do socialismo real, a complexidade sócio-política do capitalismo contemporâneo e a crise ecológica. O caráter totalitário da sociedade soviética e do resto do bloco socialista foi ficando cada vez mais claro para a esquerda ocidental anticapitalista (que tinha-se negado a “ver” a realidade durante pelo menos três décadas) através de uma série de acontecimentos exemplares: a invasão soviética à Tchecoslováquia em 1968; revoltas operárias na Polônia em 1970 e 1976; formação das organizações de defesa dos direitos humanos na URSS; dinâmica genocida do Khmer Vermelho em Camboja logo após a tomada de Phnom Penh em 1975; forte repressão dos livros de A. Soljenitsyn O arquipélago Gulag e R. Barho “A Alternativa”.

Dessa forma, a década de 1960, precisamente, o ano de 1968 representou a ruptura de pensamento e o surgimento de um novo paradigma de ideias, uma nova concepção de mundo que influenciará os novos movimentos sociais que emergirão deste contexto, inclusive o movimento ecológico. De acordo com Eric Hobsbawn (1995):

A ameaça constante de guerra produziu movimentos internacionais de paz essencialmente dirigidos contra as armas nucleares, os quais de tempos em tempos se tornaram movimentos de massa em partes da Europa, sendo vistos pelos cruzados da Guerra Fria como armas secretas dos comunistas. Os movimentos pelo desarmamento nuclear tampouco foram decisivos, embora um movimento contra a guerra específico, o dos jovens americanos contra o recrutamento para a Guerra do Vietnã (1965 – 75), se mostra mais eficaz. No fim da Guerra Fria, esses movimentos deixaram recordações de boas causas e algumas curiosas relíquias periféricas, como a adoção do logotipo antinuclear pelas contraculturas pós-1968 e um entranhado preconceito entre os

ambientalistas contra qualquer tipo de energia nuclear (HOBSBAWM, 1995, p. 234-5).

Os movimentos contraculturais tinham referências similares às do movimento ecológico. Ambos eram anti-industriais, anticonsumismo; criticavam, amplamente, a racionalidade de uma sociedade que utilizava a ciência e a tecnologia para desenvolver e produzir armas de destruição em massa e pesticidas que causavam impactos ambientais. Dessa forma, o movimento ecológico político influenciou os movimentos contraculturais e os *hippies*, que tiveram na moral ambientalista suas referências, argumentando sobre os benefícios do retorno as áreas virgens e a natureza. Nesse sentido, a industrialização e o crescimento econômico, sob a ideologia moderna e capitalista desencadeou, assim, frustração com os governos e a crença de que somente a ação direta poderia, realmente, chamar a atenção para questões importantes que não eram consideradas pela classe e poder político-econômico dominante (PEREIRA, 2008, p. 1). Em meio a esse contexto histórico, década de 1960 e 1970, mudança social, política e cultural, surgem o Ambientalismo, a Educação Ambiental e a História Ambiental.

## **1.2) Breve História e Alguns Fundamentos da Educação Ambiental**

Natureza, Sociedade e Educação, qual a relação existente entre tais dimensões? O ser humano educa-se em sociedade, no contato com a natureza e/ou tentando dominá-la. Outro questionamento que vem à tona é o que é educação? Grosso modo, é o processo ensino/aprendizagem que humaniza a espécie humana no tempo e no espaço de uma dada sociedade e uma cultura, em um ambiente. Educação, nesse sentido, é entendida como uma prática social, que tem por objetivo desenvolver o ser humano. Para isso, ela utiliza-se dos diferentes valores e ideias de mundo que existem em cada cultura<sup>5</sup>.

Nas sociedades indígenas a educação faz parte da vida em comunidade. Para o índio, aprender é partilhar de uma base comum de conhecimento com o seu grupo. Os

---

<sup>5</sup>Vídeo Série Educador Ambiental - *Educação Ambiental: uma viagem pela história*. Produção SENAC. Departamento Nacional, 2001.



idosos contam e cantam para os jovens, os mitos, as lendas, os sonhos, e assim vai se reforçando a visão de mundo da tribo. De acordo com Loureiro (2006, p. 59):

Nas sociedades tribais a educação tinha (e ainda tem) uma finalidade comunitária, de dar bases comuns de conhecimentos e saberes sobre a vida, transmitindo de geração para geração as “verdades” da tribo, com seus mitos, lendas e cosmogonia. Geralmente, era feita dos mais velhos para os mais jovens, como um mecanismo de preservar o que era tradicional, o que mantinha a identidade do grupo. Não havia um espaço que poderia ser denominado de escola, o aprendizado se pautava, portanto, nos ritos e atividades culturais cotidianas e sob uma organização social homogênea. Mesmo tendo essas características se alterado recentemente em boa parte das comunidades indígenas, por influência da cultura ocidental dominante, a ideia central de educação permanece: ser universal a todos da tribo e reproduzir a cultura ao longo das gerações, numa dinâmica reflexiva lenta, posto que essa não é a finalidade do educar nesse tipo de sociedade.

Outra forma de educação é à maneira africana, que foi transmitida pelos afrodescendentes através da sua religiosidade e ideia de natureza. De acordo com o professor Joel Rufino dos Santos, a maneira africana de aprender é a mais profunda, que é o modo de aprender pelo segredo e pelo sagrado. Através do segredo se penetra na alma profunda das coisas, ou seja, na natureza dos entes. Por exemplo, a relação que os africanos têm com a natureza, é positiva, de proteção, de simbiose, de troca permanente. Isso só é possível porque nessa cultura o aprendizado é sempre uma penetração no mistério dos entes naturais. Essas culturas africanas, a ideia de aprendizado, essa maneira de aprender pelo corpo, através da dança ritualística e da religiosidade, com o objetivo de penetrar no segredo dos entes, funciona em nosso país, hoje, como elemento de resistência das classes populares à opressão, a tudo isso que caracteriza a vida da sociedade moderna ocidental e capitalista<sup>6</sup>.

Nas sociedades orientais a educação tem outras características, de acordo com Loureiro (2006, p. 60):

Nas antigas sociedades orientais, mesmo hoje diante de um cenário que leva a educação a se enquadrar no ideário liberal globalizado e, simultaneamente, a procurar se universalizar há uma grande preocupação em se educar para preservar os costumes e se evitar a transgressão às normas, definidas a partir de rígidos sistemas religiosos e morais. Diferentemente das sociedades tribais em que o saber é difuso, nas civilizações orientais profundamente hierarquizadas e segmentadas, certos conhecimentos são privilégios de castas e elites religiosas e econômicas.

---

<sup>6</sup>Vídeo Série Educador Ambiental - *Educação Ambiental: uma viagem pela história*. Produção SENAC. Departamento Nacional, 2001.

Na cultura clássica, até o século V a.C, os mitos, a religião e a arte da Grécia se inspiravam na natureza. Deuses e deusas regiam a colheita, a plantação, a caça. A coruja, por exemplo, era símbolo da sabedoria. E, de certa forma, essa ideia de natureza influenciava na educação através da filosofia “pré-socrática”. Filósofos como Tales de Mileto, Anaximandro de Mileto, Anaxímenes de Mileto, Xenófanes de Cólofon, Heráclito de Éfeso, Pitágoras de Samos, Parmênides de Eléia, Zenão de Eléia, Melisso de Lamos, Empédocles de Agrigento, Filolau de Cróton, Arquitas de Torento, Anaxágoras de Clazomena, Diógenes de Apolônia, Leucipo de Abdera e Demócrito de Abdera, perceberam uma ideia de “natureza”, ou seja, a *physis* dos gregos, diferente da que vai predominar no pensamento de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles (GONÇALVES, 1993, p 29).

De acordo com Bornheim (1985 *Apud* GONÇALVES, 1993, p. 29):

A palavra *physis* indica que por si brota, se abre, emerge, o desabrochar que surge de si próprio e se manifesta neste desdobramento, pondo-se no manifesto. (...), a *physis* encontra em si mesma a sua gênese; ela é *arké*, princípio de tudo aquilo que vem a ser. O “por-se no manifesto” encontra na *physis* a força que leva a ser manifesto.

Ainda outro aspecto que caracteriza a *physis* dos gregos conforme Gerd Bornheim (1985 *Apud* GONÇALVES, 1993, p. 30):

A *physis* é a totalidade de tudo o que é. Ela pode ser aprendida em tudo o que acontece: na aurora, no crescimento das plantas, no nascimento de animais e homens. [...], a *physis* não designa principalmente aquilo que nós hoje, compreendemos por natureza, estendendo-se, secundariamente ao extranatural. Para os pré-socráticos, já de saída, o conceito de *physis* é o mais amplo e radical possível, compreendendo em si tudo o que existe.

Com a ascensão do pensamento aristotélico-platônico começou a “natureza” tornar-se secundária, e, a partir de Platão e Aristóteles inicia-se o privilegiar e o centralizar no homem de ideias como centro do pensar filosófico grego. Ocorreu, a partir desse momento, a desqualificação dos pensadores anteriores como expressão de um pensamento mítico e não qualificado como filosófico. Esse processo gerou uma transformação no conceito de *physis* lançou as bases da educação greco-romana do século V a. c.

Após o século V a. c., segundo Loureiro (2006, p. 60):

Em sociedades de matriz ocidental, principalmente para o mundo greco-romano no século V a.C., a educação começa a ser definida como um processo de formação e construção consciente dos indivíduos, contudo, não numa visão de educação unitária, mas em cima de funções desempenhadas por grupos específicos em sociedade: uma educação para os que pensam – ricos e nobres – e outra voltada para a instrumentalização e ação sobre a natureza para os que executam – pobres e escravos. Mas, mesmo essa divisão não foi homogênea com o passar dos séculos. Por exemplo, a educação clássica, voltada para os que possuíam a atribuição de nobreza e direção política, passou do cultivo ao corpo e à mente, do saber literário e artístico-musical, para o saber livre e escolar e para a habilitação do cidadão que estará em cargos políticos.

Ainda conforme Loureiro (2006, p. 60):

Na fase do expansionismo de impérios, civilizações que pautavam seu crescimento e desenvolvimento na conquista de novos territórios viam na educação o meio principal para levar sua cultura e linguagem a esses espaços conquistados e, com isso, dominar. Em Roma, a educação passa a ser objeto de intervenção crescente do Império, sendo focalizada nos aspectos morais e éticos, nas ações políticas e cotidianas.

Na Idade Média, conforme Loureiro (2006, p. 60), “o naturalismo e o intelectualismo gregos são superados pela ascensão do cristianismo”. A partir da ascensão do judaísmo-cristianismo que a separação entre ser humano/natureza e espírito/matéria irá dar a tônica no pensamento ocidental e, nesse sentido, influenciar as orientações da educação medieval. Com o pensamento de que “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança” é que o ser humano tornar-se-á o centro indiscutível da natureza no pensamento humano no ocidente. Conforme Gonçalves (1993, p. 32), com “o cristianismo no Ocidente, Deus sobe aos céus e, de fora, passa agir sobre o mundo imperfeito do dia-a-dia dos mortais”. Dentro dessa orientação filosófica, a educação começa a ser balizada pelas “sagradas escritas”, ou seja, a Bíblia passa a ser o manual de educação medieval. Conforme Loureiro (2006, p. 60), “A Igreja, nesse momento, passa a exercer domínio sobre as concepções pedagógicas, afirmando a supremacia dos valores espirituais sobre os mundanos, o culto a Deus e à moral cristã, e a eliminar todo o conhecimento que pudesse levar a desvios da fé”.

Dentro de um processo da transformação societária, a sociedade ocidental moderna capitalista inaugurou um modo peculiar de abordar a relação, sociedades humanas com a natureza. Aquela sociedade construiu uma concepção de natureza como “objeto”, algo como uma fonte inesgotável de recursos. E, do outro lado, a sociedade

ocidental moderna capitalista legou ao ser humano o título de senhor e dominador da natureza, ou seja, o que chamamos hoje de antropocentrismo. Dentro dessa visão de mundo, estabeleceu uma relação sem limites de exploração. Isso tem implicações extremamente grave na relação que as sociedades humanas estabeleceram com a natureza. E, do ponto de vista da formação científica e educacional, os estudantes se formam em ciências naturais ou em ciências humanas conhecendo muito bem a sociedade ou a natureza, porém, não estabelecendo relações entre as duas dimensões<sup>7</sup>.

De acordo com Loureiro (2006, p. 61):

No século XVI, fatos históricos levam a mudanças significativas na forma de se pensar a educação, em função do próprio modo como a sociedade passa a se organizar. Dentre eles, destacamos a Revolução Comercial e o início da consolidação do modo de produção capitalista, resultando na decadência do feudalismo e ascensão da burguesia, com as cidades assumindo o papel central. A educação renascentista, em contraponto ao período anterior e para afirmar o novo projeto de sociedade, enfatiza valores antropocêntricos e a crença no poder absoluto dos homens no domínio da natureza. Aqui o saber deve ser secularizado, ou seja, sem parcialidade religiosa, e a razão valorizada como o meio para a liberdade humana.

Ainda conforme Loureiro (2006, p. 61):

Nos séculos XVII e XVIII, com a consolidação da nova ordem por meio do mercantilismo e depois da Revolução Industrial, a busca é por uma educação que afirme a liberdade (nos moldes e segundo os interesses europeus), a capacidade de discernir, e o realismo, privilegiando a dimensão prática, a experimentação, o uso do método científico das ciências naturais dentro do paradigma cartesiano, e o domínio da natureza para uso em benefício do crescimento econômico. Aqui a educação deixa definitivamente de ser privilégio de classe, o que traz alguns preceitos para a educação recente: responsabilidade do Estado em garanti-la; obrigatoriedade e gratuidade do ensino; orientação voltada para as ciências e ofícios.

No processo histórico dos séculos XVIII e XIX, o “cidadão” em sua vivência em sociedade, enquadra-se, grosso modo, em duas grandes ideias de mundo: uma visão liberal que privilegia o individualismo e a educação tem como função transmitir valores e comportamentos que tem como objetivo garantir e consolidar como universal a racionalidade individual e a preservação da sociedade ocidental moderna e capitalista; e, de outro lado, a visão de mundo que prevê uma educação dialógica que baseia o coletivo como agente de transformação histórica e societária, visão socialista

---

<sup>7</sup> Vídeo Série Educador Ambiental - *Educação Ambiental: uma viagem pela história*. Produção SENAC. Departamento Nacional, 2001.

(LOUREIRO, 2006, p. 62). Claro que paralelamente a essas duas visões de mundo existiam outras ideias e/ou possibilidades de se enxergar o mundo, mas que não serão discutidos no presente trabalho.

Complementando a ideia acima citada, segundo Loureiro (2006, p. 62):

Em consequência, na atualidade, a construção e o exercício da cidadania na órbita educativa se buscam de diferentes formas, sob campos antagônicos de mundo em disputa, com ênfase operacionais não excludentes, contudo profundamente distintas em relação à finalidade que se pretende concretizar no fazer educativo, segundo a perspectiva assumida. Universalização do ensino fundamental, qualificação profissional (em serviço ou não), fim do analfabetismo, acesso universal aos meios tecnológicos informacionais, fim de qualquer forma de discriminação de gênero, etnia, cor e opção sexual no acesso e permanência na rede escolar, entre outras, passam a ser bandeiras amplas e consensuais de educadores, que destas se apropriam visando concretizar seus ideais de sociedade, seja no marco capitalista, seja objetivando superá-lo.

Ainda citando Loureiro (2006, p. 62 – 63):

Desse modo, independentemente da perspectiva adotada, informar, conhecer, mobilizar, organizar e agir no cotidiano passam a se constituir como etapas do fazer educativo, e não a educação em si isoladamente, como se afirma no senso comum. Logo, a educação implica e é implicada por processos teóricos e práticos políticos, culturais e sociais que redefinem os valores que são considerados, a uma dada sociedade, adequados a uma vida digna e sustentável (ou não).

No século XX, o conceito de natureza predominante na cultura ocidental moderna e capitalista começou a ser questionado com o surgimento do movimento ambientalista. De acordo com Carlos Walter Porto Gonçalves, a sociedade ocidental moderna e capitalista vem sofrendo vários tipos de análises críticas, que destacaríamos três, de importância para o movimento ambientalista, e, conseqüentemente, para educação ambiental.

A primeira corrente de críticas foi feita pelos socialistas, pelos anarquistas e pelos comunistas. A crítica dessa corrente apontava para a desigualdade produzida pelo sistema capitalista, ou seja, a exploração capitalista sobre os trabalhadores.

O segundo tipo de crítica, feita pelos antropólogos, que chamavam a atenção para as características do mundo ocidental europeu, que tendia a expandir seu modo de vida e visão de mundo, como se fosse o único modelo de civilização, não respeitando outras formas de cultura. O movimento ambientalista surgiu nos anos de 1960, apontando um terceiro tipo de crítica, que não excluiu as anteriormente citadas, as

engloba e tenta superá-las. Essa vertente crítica mostra que a sociedade ocidental moderna e capitalista tem limites na utilização e relações com a natureza. E, esses limites mostram que a sociedade ocidental moderna e capitalista não pode generalizar para toda a humanidade o seu modelo de crescimento econômico<sup>8</sup>.

De acordo com Gonçalves (2000 *Apud* LOUREIRO, 2006, p. 63):

Por ser igualmente um fenômeno que se materializa em sociedade, o movimento ambientalista é constituído por tendências afinadas e antagônicas no que se refere ao entendimento do humano na natureza e ao projeto societário que signifique a superação do atual padrão de vida. É interessante observar que os questionamentos mais contundentes à civilização moderna surgem de atores sociais novos que ganham espaço no debate público na década de 1960 (movimentos estudantis, pacifistas, antinuclear, grupos de contracultura, de defesa dos direitos humanos, movimento feminista etc.), na Europa nos países do denominado Estado de Bem-Estar Social.

Complementando a ideia de Gonçalves (2000), Loureiro (2006, p. 63) diz que, “onde tudo parecia ir bem, a insatisfação com os padrões societários e as incertezas quanto aos riscos futuros ganham dimensões que vieram a influenciar agentes sociais de todos os países”. Dessa forma, argumentamos embasado em ALMEIDA; WAEHNELDT; DO RIO; CARVALHO; GUIMARÃES; GOMIDE; SERRÃO; KRANZ, (2008, p. 221) que diz:

[...] as inspirações ideológicas dos movimentos ecológicos podem ser analisadas como vinculadas aos movimentos de contracultura dos anos 1960 (movimentos pacifistas, *hippies*, feministas, *punks*, estudantis, *beatniks*, entre outros). Tais movimentos estiveram radicalmente envolvidos na crítica das sociedades industriais e dos costumes racionalizados da vida moderna. Foram acentuadamente enfatizados os limites do progresso enredado à exploração capitalista, que era vista em uma dupla conotação, ou seja, como exploração tanto dos recursos naturais como, também, do trabalho humano. O crescimento tanto do consumo de matérias-primas, como da própria população humana foram entendidos como desencadeadores de um colapso futuro das condições de vida no planeta. Estes discursos, divulgados amplamente pela contracultura ecológica foram considerados promotores da idéia de catástrofe ambiental, e como prognósticos de uma necessária inversão radical nos nossos estilos de vida e hábitos de consumo, pois a vida no planeta estaria em perigo. Livros como *Primavera Silenciosa* (de Rachel Carson) e *Antes que a natureza morra* (de Jean Dorst) tornaram-se marcos da contracultura ecológica.

---

<sup>8</sup> Vídeo Série Educador Ambiental - *Educação Ambiental: uma viagem pela história*. Produção SENAC. Departamento Nacional, 2001.

Nesse sentido, existiu um elemento que unificou os diversos sujeitos que orbitaram ao redor dos movimentos ambientalistas: o ideário contestador do modelo de sociedade ocidental moderna e capitalista. De acordo com Almeida (2008, p. 221):

[...] os movimentos ecológicos ao surgirem na esteira de um conjunto amplo de outros movimentos contestatórios inauguram, em relação aos discursos de proteção da natureza de épocas anteriores, uma disseminada crítica global à sociedade industrial e os estilos de vida dela derivados. Esse ideário, embora circulante pelos movimentos em seu conjunto, esteve longe de homogeneizá-los e circunscrevê-los a uma única direção. Os movimentos ecológicos aglutinaram um conjunto amplo de sujeitos com interesses e propósitos muito variados.

Dessa forma, foi no processo histórico de formação e consolidação dos movimentos ecológicos dos anos de 1970 que princípios “educativos” começaram a enfatizar discussões acerca do campo ambiental. Apesar de não podermos afirmar, no início dos anos de 1970, a existência do campo consolidado da Educação Ambiental, podemos enxergar a dimensão educativa articulada na construção do pensamento e nas práticas dos militantes ambientalistas. Segundo José Lutzemberger (1977 *Apud* ALMEIDA, 2008, p. 224):

Fundamentalmente, a solução dos problemas ambientais está na educação. Mas a educação é um processo lento, demasiado lento para conter ainda a avalanche que se aproxima do estrondo. Já não podemos esperar que a próxima geração indique o novo rumo e repare os estragos. Se nada fizermos hoje, não lhes deixaremos chance para tanto. Que adianta ensinar aos jovens o amor à Natureza se, daqui a dez ou vinte anos, quando a eles couber o poder de decisão, não mais existir natureza para salvar. Para que ainda tenha sentido a educação da juventude, devemos fixar já os novos caminhos, devemos começar logo a reparar o que pode ser reparado, devemos evitar a continuação e o incremento dos estragos e devemos iniciar hoje os processos que só frutificarão em longo prazo.

A relevância da educação para a causa ambiental estava enfatizada desde a gênese dos movimentos ambientalistas. Partindo disso, tornou-se necessário agir. Os movimentos ecológicos ocupavam as ruas, manifestavam-se através dos jornais, como observaremos em outros capítulos do presente trabalho, revistas, rádios e programas de televisão.

Os movimentos procuravam fazer barulho, se mostrarem grandes e fortes, inibidores das práticas pelas quais lutavam e condenavam. Essas eram ações imediatas e que deveriam estar articuladas cotidianamente. A educação,

embora vista como fundamental, atendia a um tempo não imediato, pois seus frutos só seriam colhidos futuramente. Nada substituiu as lutas que deveriam urgentemente tomar as ruas. De qualquer forma, a importância da educação estava marcada nesse importante “Manifesto”. E mais, as próprias estratégias de luta podem ser vistas como “educativas”, como práticas de subjetivação, ou seja, como formadoras dos sujeitos (ALMEIDA, 2008, p. 224).

A partir dos anos de 1970, o princípio educativo vinculado ao campo ambiental aparece de forma visível e disseminada através da luta dos movimentos ecológicos. Eles vinculam-se enquanto ação política no que diz respeito aos valores e atitudes dos sujeitos sejam individuais e coletivos. O educativo-ambiental surgiu nos espaços não formais, ou seja, fora dos espaços oficiais que acabam por serem materializados através de conferências e documentos internacionais. Nesse sentido, ocorreu a emergência de princípios e práticas educativas, nos espaços e lutas dos movimentos ecológicos contestatórios (ALMEIDA, 2008, p. 224 – 225). A formação e construção da opinião pública através de “colunas ecológicas” e “notícias ambientais” nos jornais impressos, as lutas e reivindicações dos militantes do movimento, as entrevistas nos programas de rádio e televisão podem ser considerados como ações educativo-ambientais, ou seja, como práticas de Educação Ambiental em espaços não formais da sociedade.

### **1.3) Breve História e Alguns Fundamentos da História Ambiental**

Atualmente, uma área que está ocupando espaço importante nas escolas e universidades brasileiras é a História Ambiental. Ela é influenciada pelas preocupações e pelos discursos sobre o ambiente já tendo consistentes bases teóricas e metodológicas podendo, assim, contribuir à construção do campo da Educação Ambiental. Os profissionais de História, já algum tempo, vêm sendo convidados a ampliar o seu envolvimento ou a trabalhar com temas ambientais, que são de grande interesse na atualidade (GERHART & NODARI, 2010, p. 57).

De acordo com José Augusto Pádua (2010, p. 81):

A História Ambiental, como campo historiográfico consciente de si mesmo e crescentemente institucionalizado na academia de diferentes países, começou a estruturar-se no início da década de 1970. A primeira sociedade científica voltada para esse tipo de investigação, a American Society for Environmental History, foi criada em 1977. A publicação de análises substancialmente



histórico-ambientais, no entanto, algo bem diferente da simples proposição de influências naturais na história humana, já vinha se delineando desde a primeira metade do século XX e, em certa medida, desde o século XIX.

A História Ambiental surgiria da politização da pesquisa, auxiliando na promoção de um campo ainda confuso hipoteticamente. Muitos confundiam história ambiental, educação ambiental com ambientalismo. Essa postura vai de encontro às construções teóricas refletidas por LucienFebvre e outros historiadores da revista dos *Annales*. Nesse sentido, essa afirmativa gira em torno de o historiador não estar isolado do seu contexto e sempre estudar o “tempo pretérito” com as perguntas que emergiram no presente (PÁDUA, 2010, p. 81).

Direta ou indiretamente, é evidente que o debate público vem incitando os historiadores a tomar seu lugar no campo ambiental. Conforme José Augusto Pádua (2010, p. 82):

Em 1974, na apresentação do número especial sobre História e Ambiente da revista *Annales*, o editor Emmanuel Le Roy Ladurie (1974, p. 537) fez questão de afirmar que não estava cedendo “aos imperativos de uma moda”, pois “desde longo tempo” a revista havia escolhido “se interessar pelos problemas de uma história ecológica”. Ao afirmar a proposta de se ocupar do ambiente para “isolar os verdadeiros problemas e recusar as facilidades de um discurso vulgarizador”, no entanto, ficava evidente o contraponto com o debate público e a presença subjacente dos “problemas ambientais”.

De acordo com Viola & Leis (1991 *Apud* PÁDUA, 2010, p. 82):

A emergência de um “ambientalismo complexo e multissetorial” a partir da década de 1970, dotado de alto perfil na cena pública global, representou um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea. Ele pode ser considerado como um movimento histórico, mais do que um movimento social, que repercutiu nos diferentes campos do saber.

A orientação central do processo histórico do surgimento do Ambientalismo, da História Ambiental e da Educação Ambiental é decorrente do campo da “ecologia” na década de 1970. Essa ideia transpôs e rompeu os meios acadêmicos e inspirou os comportamentos sociais, as ações coletivas e as políticas públicas, do local ao global.

A ideia de “ecologia” penetrou na educação, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e em diversos aspectos da arte e da cultura. Por “ecologia” elucidamos o conceito discutido por Lago e Pádua no livro “O que é Ecologia”. Conforme Lago e Pádua (1985, p. 13):

[...] o campo da Ecologia não é um bloco homogêneo e compacto de pensamento. Não é homogêneo porque nele vamos encontrar os mais variados pontos de vista e posições políticas e não é compacto porque em seu interior existem diferentes áreas de pensamento, dotadas de certa autonomia e voltadas para objetos e preocupações específicos. Podemos dizer que, grosso modo, existem no quadro do atual pensamento ecológico pelo menos quatro grandes áreas, que poderíamos denominar de Ecologia Natural, Ecologia Social, Conservacionismo e Ecologismo. As duas primeiras de caráter mais teórico-científico e as duas últimas voltadas para objetivos mais práticos de atuação social.

A partir do ambientalismo que tem sua origem no ecologismo, ocorreu uma guinada tanto na Educação, quanto na História. O adjetivo “*ambiental*” constituiu-se como eixo transversal em decorrência da crise ambiental. As diversas áreas do conhecimento começam um movimento histórico para contribuir na busca de respostas sobre aquele paradigma. Nesse caso, o adjetivo “*ambiental*” anexado ao vocábulo “História”, constituiu-se como um novo campo de possibilidades.

De acordo com Jose Augusto Pádua (2010, p. 82):

O avanço da chamada globalização, com o crescimento qualitativo e quantitativo da produção científico-tecnológica e da velocidade dos meios de comunicação, catalisou uma explosão de temas da vida e do ambiente na agenda política. A discussão ambiental se tornou ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização. A própria imagem da globalidade planetária, em grande parte, é uma construção simbólica desse campo cultural complexo.

Nesse sentido, o campo de pesquisa da ciência histórica vem revelando certa preocupação com os problemas ditos ambientais. Conforme José Augusto Pádua, a partir dos anos de 1970, a grande novidade está “na difusão desse tipo de debate para uma parcela muito mais ampla da esfera pública. Os saberes acadêmicos foram desafiados e estimulados por tal movimento”. Não é por acaso que nos últimos anos foram organizadas algumas linhas, laboratórios e grupos de ensino e pesquisa tendo como foco o campo ambiental. “Estabeleceu-se um movimento de mão dupla, em que as produções científicas influenciaram e foram influenciadas pelas ações públicas” (PÁDUA, 2010, p. 82).

Por outro lado, os historiadores foram estimulados por um processo interno da área, especialmente porque estavam ocorrendo diversas transformações de cunho epistemológico orientado pela questão ambiental no contexto do século XX. Esses processos já estavam no transcorrer de uma mudança nos séculos anteriores, justamente

no que diz respeito à compreensão do mundo natural e de seu lugar na vida humana. De acordo com José Augusto Pádua (2010, p. 83):

Três mudanças merecem particular atenção: 1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo.

Na medida em que o processo histórico em que as sociedades humanas foram construindo seus ambientes mediante a interação e relação com os espaços concretos do planeta, surgiram diversas formas de práticas sociais e percepções culturais estabelecendo paradigmas e ideias de natureza. “A produção de um entendimento sobre esse mundo tornou-se um componente básico da própria existência social” (PÁDUA, 2010, p. 83).

De acordo com José Augusto Pádua (2010, p. 83) “em seu monumental estudo sobre a história das concepções intelectuais sobre a natureza no mundo ocidental, da Antiguidade clássica ao século XVIII, constatou que virtualmente todos os pensadores foram obrigados a enfrentar o tema, [...]”. Segundo Pádua, três grandes indagações orientavam os estudos. São os seguintes questionamentos de acordo com o autor (2010, p. 83):

É a natureza, tal qual ela se apresenta na Terra, dotada de sentido e propósito? Possui essa natureza, especialmente o lugar onde cada sociedade habita, uma influência sobre a vida humana? Foi a realidade da Terra, em sua condição primordial, modificada pela ação histórica do homem? Os resultados da investigação de Glacken deixam claro que as duas primeiras perguntas dominaram amplamente a reflexão filosófica e científica até o século XVIII. Tratava-se de entender como a natureza influenciava a história humana e não o contrário.

A atualidade da temática ambiental deve ser entendida numa perspectiva de amplo sentido. A ideia da “relação insustentável” com a natureza colocou um problema radical para a continuidade da vida humana. Ela não está somente relacionada às grandes transformações urbano-industriais que se intensificaram em uma escala sem precedentes a partir dos séculos XIX e XX. A temática ambiental também se relaciona a uma série de fatores históricos anteriores que com ela interagem. Conforme Pádua (2010, p. 84):

É o caso da expansão colonial europeia e da incorporação de vastas regiões do planeta, uma grande variedade de territórios e ecossistemas, a uma economia-mundo sob sua dominância. E também da institucionalização da ciência como um modo privilegiado de entendimento do mundo, com pretensão de universalidade e capacidade para estabelecer redes planetárias de investigação e troca de informações. A proposta de comparar regiões, produções naturais, economias e culturas – de construir um saber geográfico planetário – é fundamental para entender a emergência de uma preocupação com os riscos da ação humana. A própria ideia de colapso, de destruição do futuro, começa a aparecer nesse contexto.

As observações da repercussão da ação humana devastadora, seja na Europa ou nas colônias, começaram a produzir denúncias acerca do desflorestamento, da erosão dos solos, da sedimentação dos rios e etc. Segundo Linné (1972 *Apud* PÁDUA, 2010, p. 84):

A ciência iluminista começava a falar em “sistemas naturais” interdependentes, na importância de cada espécie para a manutenção do todo natural, na relevância das florestas para a conservação da umidade e da saúde do território. Um texto publicado em 1760 pelo naturalista sueco Lineu, em conjunto com H. Wilcke, afirmava que “a partir do que nós sabemos, é possível julgar quão importante é cada uma das disposições da natureza, de forma que... se uma única função importante faltasse no mundo animal, nós poderíamos temer o maior desastre do universo”.

O livro *Man and nature or physical geography as modified by humanaction*, publicado em 1864, por George Perkins Marsh (1965) configurou-se como marco. Aquele trabalho concentrou análise na Europa e nas imediações do mediterrâneo. A intenção era construir uma análise sobre as transformações provocadas pela ação humana sobre a flora e fauna, nas florestas, no meio líquido e em solo firme, tendo como eixo denunciativo a destruição ambiental desde a antiguidade (PÁDUA, 2010, p. 84 – 85). Também, encontramos alguns exemplos semelhantes no contexto brasileiro, como detectou José Augusto Pádua em duas de suas obras a cerca da crítica ambiental brasileira. Pádua (2010, p. 85) nos diz que José Bonifácio de Andrada e Silva escreveu sobre a perda dos bosques em Portugal, e, nesse sentido, utilizou-se de uma perspectiva histórica para empreender tal análise. Conforme Pádua (2010, p. 85):

É interessante observar que mais tarde, já de volta ao Brasil e no contexto pós-independência, José Bonifácio de A. e Silva (1973, p. 103) retomou a leitura histórica dos problemas ambientais ao defender que a continuidade de uma agricultura escravista e tecnologicamente rudimentar acabaria por transformar “o nosso belo Brasil”, em “menos de dois séculos”, nos “paramos e desertos áridos da Líbia”.

Não estamos argumentando e afirmando que José Bonifácio praticou o que, atualmente, denominamos de história ambiental. Porém, de acordo com Pádua (2010, p. 86):

[...] uma percepção histórica sobre processos de mudança ambiental, produzidos por uma interação entre fatores humanos e naturais, estava sendo claramente delineada. Muitos outros exemplos poderiam ser buscados, dentro e fora do Brasil. Variações relacionadas com a mudança epistemológica mais ampla que foi mencionada antes: o juízo de que a ação humana pode interferir no meio natural, até mesmo provocando desastres.

Nesse sentido, o contexto de emergência da história ambiental será a segunda metade do século XX. Esse movimento é bem mais complexo do que a mera ciência que visa o diagnóstico de problemas ambientais. Aquele irá incorporar transformações no pensamento humano e nas percepções sobre a relação sociedade e natureza no ambiente. A história ambiental nascerá de um contexto na qual a preocupação com o ambiente e sua perpetuação, serão marcas de um movimento universal de pensamentos e lutas. Por isso, ambientalismo, educação ambiental e história ambiental emergiram no mesmo contexto. Segundo José Augusto Pádua (2010, p. 90):

O século XX, porém, testemunhou o aparecimento de novas formulações teóricas, ainda mais surpreendentes, que contribuíram para consolidar a idéia da irreversibilidade e da seta do tempo, poder-se-ia mesmo dizer “da história”, como um componente fundamental no entendimento da Natureza. Um marco radical nesse sentido está na visão muito recente, formulada como mais propriedade a partir da firmeza e solidez da natureza – se manifesta mediante um processo de expansão e transformação permanente.

A História Ambiental, atualmente, ao estabelecer um diálogo com as ciências da natureza, se estabelece num campo teórico diferente do que retroalimentou concepções deterministas do passado. Ao adquirir maior sofisticação teórica, as ciências naturais calcaram-se em finas metodologias ecológicas abertas e interativas, o que permitiu, nesse sentido, a emergência daquele campo interdisciplinar. Conforme Pádua (2010, p. 91 – 92):

A visão de uma natureza em permanente movimento e transformação ao longo do tempo, obviamente, não favorece a capacidade de persuasão de teorias deterministas (mesmo que elas ainda possam existir nos quadros do grande politeísmo teórico da atualidade). É nesse ambiente teórico renovado, na virada do século XX para o XXI, que a história ambiental procura

repensar, na definição de Elinor Melville e Guillermo Castro, “as interações entre os sistemas sociais e os sistemas naturais, e as consequências dessas interações para ambas as partes, ao longo do tempo” (Castro, 2007).

O surgimento da história ambiental está ligado à ausência da dimensão biofísica na historiografia. A presença de um enfoque chamado de “flutuante”, ou seja, uma concepção de pensamento que vê o ser humano acima dos demais habitantes do planeta, como se aquele ser não fosse mamífero e primata. Concepção que nega a dimensão biológica e a dependência humana com relação à natureza. Os seres humanos, nesse sentido, são seres que precisam respirar e alimentar-se de elementos minerais e biológicos existentes na Terra. Seres que estabelecem contato constante com a natureza, ou seja, dependendo dos fluxos constantes de matéria e energia que garantem a reprodução da atmosfera, da hidrosfera, da biosfera e etc. Conforme Pádua (2010, p. 92 – 93), o “grande desafio teórico, no contexto da contemporaneidade, é pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sociocultural”. Fruto da experiência de diversos historiadores que, atualmente, trabalham com enfoque no ambiental, é a necessidade de buscar formas menos dualistas de análises dos estudos relativos à sociedade e a natureza.

Segundo José Augusto Pádua (2010, p. 94):

Cada vez se percebe mais a presença da história humana na constituição de paisagens “naturais”. Ao mesmo tempo, nota-se a forte diversidade das formas de percepção cultural do mundo biofísico e de sua relação com a vida humana, seja em sentido diacrônico, seja em sincrônico. No mundo industrial avançado, por sua vez, as novas tecnologias penetram nos processos da natureza de forma impensável no passado. Seja do ponto de vista epistemológico, seja do ponto de vista político, a percepção da unidade viva entre sistemas naturais e humanos se torna cada vez mais necessária.

Ainda citando Pádua (2010, p. 94):

É neste contexto que a história ambiental, como bem afirmou Donald Worster (1991, p. 199), deve ser vista não como uma redução, e sim com uma ampliação da análise histórica. Ela leva adiante o movimento, observado desde o final do século XIX, no sentido de expandir as temáticas e dimensões da historiografia para além da história dos Estados e dos grandes personagens. Um movimento que se manifestou na história econômica, na história social, na micro-história etc. Não se trata, portanto, de reduzir a análise histórica ao biofísico, como se esse aspecto fosse capaz de explicar todos os outros, mas de incorporá-lo de maneira forte – junto com outras dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas – na busca por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica.

A história ambiental é, em resumo, para Donald Worster (1991, p. 198), “parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido”. Ainda conforme aquele autor:

Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie “supranatural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas. A velha história não poderia negar que vivemos neste planeta há muito tempo, irias, pôr desconsiderar quase sempre esse fato, portou-se como se não tivéssemos sido e não fôssemos realmente parte do planeta. Os historiadores ambientais, por outro lado, perceberam que não podemos mais nos dar ao luxo de sermos tão inocentes (WORSTER, 1991, p: 199).

Dentro dessa concepção de história ambiental, Donald Worster elaborou três níveis que orientariam as pesquisas daquele campo. O primeiro nível de análise trata do funcionamento da natureza no passado. Segundo Worster (1991, p. 202):

O primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; incluímos aí tanto os aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza, inclusive o organismo humano, que tem sido um elo nas cadeias alimentares da natureza, atuando ora como útero, ora como estômago, ora como devorador, ora como devorado, ora como hospedeiro de microorganismos, ora como uma espécie parasita.

O segundo nível de análise trata da interação entre sociedade e natureza, relacionando-se no ambiente. De acordo com Worster (1991, p. 202):

O segundo nível da história ambiental introduz o domínio sócio-econômico na medida em que este interage com o ambiente. Aqui nos preocupamos com ferramentas e trabalho, com as relações sociais que brotam desse trabalho, com os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de recursos naturais. ...O poder de tomar decisões, inclusive as que afetam o ambiente, raramente se distribui de forma igualitária por uma sociedade, de modo que descobrir as configurações do poder faz parte desse nível de análise.

O terceiro nível de análise trata das construções teóricas das relações sociedade e natureza e das visões de mundo. Conforme Worster (1991, p. 202):

[...] formando um terceiro nível de análise para o historiador, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza. As pessoas estão constantemente ocupadas em construir

mapas do mundo ao seu redor, em definir o que é um determinado recurso, em determinar que tipos de comportamento podem ser ambientalmente destrutivos e devem ser proibidos – de modo mais geral, em escolher os fins das suas vidas.

No que respeita o nosso trabalho aqui construído, nos enquadrámos no terceiro nível de análise de Donald Worster. O nível na qual o enfoque é a análise de ideias e pensamentos. Porém, mesmo trabalhando com as ideias, de certa forma, os outros níveis propostos por Worster, mesmo indiretamente, são tratados. Pois, as idéias são frutos de um contexto concreto, ou seja, de uma materialidade. Nesse sentido, partindo da materialidade do mundo que as idéias são, de certa forma, desenvolvidas. No nível da percepção, das idéias e valores, conforme Worster (1991, p. 210):

Os humanos são animais que carregam ideias, assim como ferramentas, e uma das mais abrangentes e mais consequentes delas tem o nome de “natureza”. Mais precisamente, a “natureza” não é uma ideia, mas muitas ideias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados uns sobre os outros, frequentemente da forma menos sistemática possível. Todo indivíduo e toda cultura criam esses aglomerados.

Para os historiadores, de um modo geral, o conceito fundamental e orientador de qualquer análise histórica é a categoria Tempo. Esse conceito é primordial para a identidade de uma análise histórica seja ela qual for. Nesse sentido, não poderia ser diferente no campo da história ambiental. Para o historiador ambiental, segundo Drummond (1991, 177), “em especial, o tempo é um crucial fio condutor das mudanças e continuidades que lhe propiciaram os seus objetos de estudo, quando não os seus conceitos. Lidar com o tempo, por isso, é um instrumento básico de seu ofício”.

Drummond argumenta que o tempo das sociedades e culturas da humanidade está contido num tempo geológico ou natural. O autor diz que, esse tempo não pode ser ignorado pelas ciências sociais. De acordo com ele, “a questão do tempo não é banal para iniciar um artigo sobre história ambiental. Afinal, as ciências sociais ficaram à margem dessas novas dimensões de tempo geológico”. De acordo com José Augusto Drummond (1991, p. 179):

As ciências sociais não colidiram de frente com o ainda autoritário teto de seis mil anos, porque não precisavam – ou pensavam não precisar – ir além de alguns poucos milênios para interpretar os fatos sociais, ou a ação social, ou o processo histórico. Esses poucos milênios da história humana registrada em documentos pareciam mais do que suficientes. Por serem criadores de



símbolos e culturas, os humanos foram subtraídos – às vezes explicitamente – do tempo geológico e dos processos naturais a ele associados.

O autor argumenta que, as sociedades humanas, foram categorizadas e analisadas, principalmente, a sociedade moderna, obedecendo apenas à referência do tempo cultural de alguns milênios. “Para os clássicos das ciências sociais e humanas, as sociedades humanas estavam, portanto, fora ou acima da história natural, ou do “tempo geológico” adotado a duras penas no estudo dos fatores vivos e mortos na natureza” (DRUMMOND, 1991, p: 179). Drummond nos diz que, a história ambiental praticada, atualmente, resultou de um projeto “reformista” de alguns historiadores de países como os Estados Unidos da América, França e Inglaterra. “É uma reação a essa pressão de ajustar os ponteiros dos relógios dos dois tempos, o geológico (ou natural) e o social” (DRUMMOND, 1991, p. 180).

Tecendo considerações as formas metodológicas e analíticas que orientam a construção de um trabalho de história ambiental, José Augusto Drummond elaborou cinco características para laborar naquele campo. A primeira característica diz respeito a uma análise que centraliza sua pesquisa numa região com alguma homogeneidade e/ou identidade cultural. Pode ser um território árido, um vale de um rio, uma ilha, uma floresta, uma parte do litoral. Essa linha de atuação situa-se bem próxima de uma história natural.

A segunda característica que orienta os trabalhos no campo da história ambiental é o diálogo com todas as ciências naturais. Conforme Drummond (1991, p. 181):

[...] esses estudos se afastam da tradição humanista das ciências sociais, inclusive da história regional. Usam textos básicos e avançados de geologia (inclusive solos e hidrologia), geomorfologia, climatologia, meteorologia, biologia vegetal e animal e ecologia (a ciência da interação entre os seres vivos e entre eles e os elementos inertes do ambiente).

Uma terceira possibilidade de atuação dos historiadores ambientais é centrar suas análises na interação entre o quadro de recursos naturais “úteis e inúteis” e os modelos civilizatórios das sociedades humanas. “As ciências naturais contribuem na identificação do conjunto de recursos naturais disponíveis no território de uma sociedade” (DRUMMOND, 1991, p. 181 – 182). Essa linha de pesquisa aproxima-se do campo da gestão ambiental no sentido de trazer a possibilidade de fazer o mapeamento

dos recursos que podem ser, ou não, utilizados em prol de um desenvolvimento econômico de um país ou região.

A quarta característica enunciada por Drummond, dá importância aos historiadores que valorizam as fontes, nosso caso. Fontes pertinentes aos estudos das relações entre sociedade e natureza no seu respectivo ambiente. Conforme Drummond (1991, p. 182), podem “ser usadas as fontes tradicionais da história econômica e social censos populacionais, econômicos e sanitários, inventários de recursos naturais, imprensa, leis e documentos governamentais, atas legislativas e judiciárias, crônicas”. Nessa linha de pesquisa, o historiador encontra-se com fontes já conhecidas, mas utiliza-se do olhar ambiental para analisá-las. De acordo com José Augusto Drummond (1991, p. 183):

Os historiadores ambientais usam também memórias, diários, inventários de bens, escrituras de compra e venda de terras, testamentos. Usam descrições de dietas, roupas, moradias, matérias de construção, mobiliários, ferramentas e técnicas produtivas, estudos sobre epidemias e doenças, projetos e memórias descritivos de obras (estradas, ferrovias, portos), listas de bens comercializados, romances, desenhos, pinturas – tudo enfim que permita ver (a) quais os recursos naturais são locais e quais são importados, (b) como eles são valorizados no cotidiano das sociedades e (c) que tecnologias existem para o seu aproveitamento.

E, por fim, outra característica da história ambiental é o trabalho de campo. Nessa linha de pesquisa, os historiadores vão a campo pesquisar e observar as paisagens naturais, flora, fauna, clima, ecologia, marcas rurais e urbanas que a cultura humana deixa nesses locais. “Evidentemente podem aproveitar para explorar fontes locais: entrevistar moradores antigos, consultar arquivos e cientistas que trabalham na região” (DRUMMOND, 1991, p. 183).

#### **1.4) Os historiadores e o campo ambiental**

O conceito de *ambiente*, ou seja, a categoria *ambiental* desenvolvida a partir dos anos de 1970 se refere à relação entre sociedades humanas e natureza, “especialmente e historicamente localizadas, não podendo ser confundida com a visão clássica das ciências naturais e das perspectivas tecnocráticas, que excluíam a dinâmica social”

(LOUREIRO, 2006, p. 64). Conforme Gonçalves (2000 *Apud* LOUREIRO, 2006, p. 64), o “conceito de ambiente, portanto, passa exprimir uma totalidade, que só se concretiza à medida que é preenchido por sujeitos com suas visões de mundo”. Visão complementada com a opinião de Enrique Leff (2001 *Apud* LOUREIRO, 2006, p. 64) quando ele aponta que a categoria *ambiental* é a:

[...] “complexidade do mundo”, desde o momento em que se constitui como a categoria central de um movimento histórico de rediscussão da sociedade, da natureza e da vida em seus significados mais profundos, influenciando também a educação na conformação do que se designa por Educação Ambiental.

Dentro dessa perspectiva de Educação Ambiental, a relação “história e ambiente” é historicamente recente. A questão ambiental em educação e história pode ser compreendida, aqui, “como uma série de obstáculos culturais e materiais e de riscos concretos que se erguem diante da qualidade da vida humana e como um processo de extinção de espécies da fauna e da flora que contém inúmeras implicações de ordem socioeconômica” (MARTINEZ, 2006, p. 11).

De acordo com Paulo Henrique Martinez (2006, p. 11):

Os últimos cinquenta anos foram marcados por profundas mudanças nas relações sociais e, logo, nas formas de interação da sociedade humana com o mundo natural. Fenômenos como a contaminação do ar, das águas e dos solos, catástrofes naturais, doenças desconhecidas até pouco tempo, alterações no clima e nas paisagens, ameaças à biodiversidade, tornaram-se crescentes e desencadearam efeitos sobre a vida humana, para os quais são buscadas alternativas nos dias que correm.

Nesse sentido, a categoria *ambiental* ingressou nas agendas de discussão da economia, da política, da ciência, da filosofia, da educação e, conseqüentemente, da história. No despontar do século XXI, verificou-se crescente demanda social pelos conhecimentos provindos do campo das ciências históricas, dentro deste, pela História Ambiental. Dessa forma, duas categorias despontam no cenário historiográfico: tempo e natureza (MARTINEZ, 2006, p. 13).

Segundo Martinez (2006, p. 13 – 14):

As fontes deste interesse crescente pelo passado brotam, por um lado, de uma intensa e acelerada mudança social, que emana sobretudo de países industrializados do hemisfério norte, com os Estados Unidos à frente, nos quais a tecnologia ocupa novos espaços na esfera produtiva e nas relações

sociais. As comunicações em tempo real geram impactos diretamente sobre a relação entre passado e presente, produzindo a “história” ao vivo pela televisão e redes virtuais proporcionadas pela informatização do cotidiano. A separação e a distância do passado são cada vez menores. No entanto, o passado são cada vez mais distante, ainda quando está muito próximo, em termos de tempo decorrido. Por outro lado, o gigantesco valor econômico que a biodiversidade foi adquirindo nos últimos anos, ampliado pelas ameaças reais de extinção de muitas formas de vida, inúmeras delas ainda desconhecidas e pouco estudadas, desperta atenções para o meio ambiente e para o relacionamento dos seres humanos com a natureza em diferentes épocas e sociedades.

Seguindo a lógica até então discutida, a História Ambiental é um campo de construção de conhecimento que aborda as questões ambientais no tempo tendo como sua ceara investigativa o ambiente. Nesse sentido, sendo o campo *ambiental* interdisciplinar, de certa forma, gera algumas facilidades para aproximações e diálogos entre a História e o Ambiental. Com relação a essa afirmativa, Martinez (2006, p. 21), diz que o “fato é que a História possui uma vasta experiência de diálogo e de trabalho interdisciplinar que facilita suas aproximações no estudo das relações do ser humano com a natureza no passado”.

Nesse sentido, “a primeira tarefa está na preparação dos historiadores para lidar com essa abordagem do passado, a das relações entre sociedade e natureza” (MARTINEZ, 2006, p. 21). Sendo assim, a natureza é concebida como parte do processo social, e o ser humano concebido como parte do processo natural em constante e contínua interação. No que diz respeito ao ente humano, a dimensão física e material adquire valor e significa pela sua inserção e presença na vida cotidiana da humanidade, pois, conforme Martinez (2006, p. 21), “o ambiente é, necessariamente, uma construção social. Uma natureza com face humana”. O ambiente se projeta como possibilidade para compreensão das sociedades. Não como pano de fundo, mas como fruto de uma totalidade das relações entre humanidade e natureza no tempo, caso da história ambiental. Dessa forma, as “problemáticas ambientais trazem embutidas, ainda, projetos de ação educativa e para o ensino de História, ambos requeridos para a Educação Ambiental” (MARTINEZ, 2006, p. 23).

## Capítulo 2

# DO PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA CRÍTICA AMBIENTAL À CONSOLIDAÇÃO DO AMBIENTALISMO SUL BRASILEIRO

### 2.1) Os primeiros críticos ambientais brasileiros

A construção de discursos de proteção à natureza apresentou diversas ocorrências, em vários locais e momentos do processo histórico brasileiro. Em duas obras que tratam da crítica ambiental no Brasil, o historiador José Augusto Pádua (1987 & 2002) nos demonstra que, por exemplo, José Bonifácio de Andrada e Silva, o chamado “patriarca da independência”, um dos intelectuais ativistas no processo de emancipação brasileira de Portugal, século XIX, demonstrava preocupação com as práticas de desmatamento e de queimadas. Ele chamava a atenção para a crescente desertificação das terras e o dessecamento das águas (ALMEIDA; WAEHNELDT; DO RIO; CARVALHO; GUIMARÃES; GOMIDE; SERRÃO; KRANZ, 2008, p. 220).

José Augusto Pádua em seu livro *“Um Sopro de Destruição – Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786 – 1888)”* relata um parecer a cerca de sua pesquisa. Conforme Pádua (2002, p. 11):

O material que fui capaz de levantar incluiu cerca de 150 textos, produzidos por mais de 50 autores, nos quais se discutiram de forma direta, em um período de 102 anos, as consequências sociais da destruição das florestas, da erosão dos solos, do esgotamento das minas, dos desequilíbrios climáticos etc.

Pádua (2002, p. 13) diz que, os pensadores analisados por ele, de maneira geral:

[...] não defenderam o ambiente natural com base em sentimentos de simpatia pelo seu valor intrínseco, seja em sentido estético, ético ou espiritual, mas sim devido à sua importância para a construção nacional. Os recursos

naturais constituíram o grande trunfo para o progresso futuro do país, devendo ser utilizados de forma inteligente e cuidadosa. A destruição e o desperdício dos mesmos eram considerados uma espécie de crime histórico, que deveria ser duramente combatido.

José Augusto Pádua (2002, p. 16) fala que “os primeiros críticos ambientais brasileiros não se concentraram em um ponto apenas do país, mas se espalharam por diferentes capitâneas”. De acordo com Pádua (2002, p. 16):

Os principais nomes desse período inicial foram Alexandre Rodrigues Ferreira (1756 – 1815), na Amazônia; Manuel Arruda da Câmara (1752 – 1811), em Pernambuco; Baltasar da Silva Lisboa (1761 – 1840) e Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (1762 – 1835), na Bahia; José Gregório de Moraes Navarro (?) e José Vieira Couto (1752 – 1827), em Minas Gerais; Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira (1750 – 1824), no Maranhão e depois em São Paulo; João Severiano Maciel da Costa (1769 – 1833), no Rio de Janeiro; e José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 – 1838), em São Paulo e depois no Rio de Janeiro.

A tradição de críticos ambientais enumerada por Pádua (2002) encontrou sua expressão mais aprofundada nos escritos de José Bonifácio de Andrada e Silva. Esse intelectual participou do grupo de discípulos de Vandelli em Coimbra. José Bonifácio ficou por volta de três décadas na Europa e retornou para o Brasil, somente, em 1819. Nesse período em que esteve na Europa, José Bonifácio teve diversas oportunidades para obter uma boa formação. A partir de 1790, passou por um programa de estudos e estágios práticos com duração de dez anos em diversos países. José Bonifácio conviveu com alguns dos mais destacados nomes dentro da tradição e formação do pensamento ecológico. Nomes tais como: o botânico Antoine-Larent de Jussieu e o naturalista Alexander Von Humboldt. Segundo José Augusto Pádua (2002, p. 16):

Sua sensibilidade para com o tema da destruição ambiental aflorou ainda nesses anos europeus, quando escreveu tratados contra a destruição dos bosques e a caça predatória das baleias. Após retornar ao Brasil, essas reflexões ganharam um sentido político mais amplo, que enfatizava a reforma ambiental como instrumento de superação do passado colonial. Seu legado teórico mais importante, nesse sentido, foi o de estabelecer a existência de um nexu causal entre a produção escravista e a destruição do ambiente natural.

Mesmo logo após a morte de José Bonifácio de Andrada e Silva, a crítica ambiental brasileira continuou tendo o enfoque ilustrado, político e progressista. Em um trabalho denominado de “*Natureza e Projeto Nacional*” José Augusto Pádua (1987)

havia constatado a existência e o prosseguimento da crítica ambiental em intelectuais abolicionistas como Joaquim Nabuco (1849 – 1910) e André Rebouças (1838 – 1898). E, também, encontrou alguns ensaístas na Primeira República como Euclides da Cunha e Alberto Torres (PÁDUA, 2002, p. 16). José Augusto Pádua nos relata que:

Mais tarde percebi que esse universo era bem maior. Ele inclui, apenas para citar alguns nomes mais importantes, historiadores e geógrafos, como Januário da Cunha Barbosa (1750 – 1846), Raymundo da Cunha Mattos (1776 – 1839), Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva (1808 – 1865) e Domingos Ferreira Penna (1818 – 1888); médicos, como Francisco Freire Alemão (1797 – 1874) e Emílio Joaquim da Silva Maia (1808 – 1859); naturalistas, como Guilherme Capanema (1824 – 1908), José Saldanha da Gama (1839 – 1905) e João Silva Coutinho (1830 – 1889); artistas, como Manoel de Araújo Porto-Alegre (1806 – 1879); especialistas em agricultura, como Carlos Taunay (1791 – 1867), Frederico Burlamaque (1803 – 1866), Nicolau Joaquim Moreira (1824 – 1894) e Miguel Antônio da Silva (1832 – 1879); fazendeiros como Francisco de Lacerda Werneck (1795 – 1861) e Luiz Corrêa de Azevedo (?); e políticos, como Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1796 – 1865), Luís Pedreira do Couto Ferraz (1818 – 1886) e Tomás Pompeu Brasil (1818 – 1877).

Conforme Pádua, a tradição de críticos ambientais abordada em sua obra não se constituiu em um bloco monolítico de pensamento. Existiram diferenças na formulação individual de cada autor mencionado. Essas diferenças ocorreram inclusive em termos de abrangência e profundidade dos temas que foram tratados nas suas críticas. Pádua diz que, alguns autores se preocuparam particularmente com o tema “florestas”. Enquanto outros perceberam a existência de uma multiplicidade de problemas interligados tais como: desflorestamento, esgotamento dos solos, disponibilidade da água, mudanças climáticas, extinção de espécies animais, vegetação e etc.

Uma diferença bastante profunda, talvez a mais profunda de todas, disse respeito ao posicionamento de cada autor diante do escravismo. A maioria deles considerou que era viável modificar o caráter ambientalmente destrutivo da economia brasileira sem acabar com o sistema do trabalho forçado. Alguns outros, na tradição de Bonifácio, Rebouças e Nabuco, defenderam a ideia de que enquanto vigorasse a escravidão não seria possível estabelecer uma relação saudável entre o homem e a terra no Brasil (PÁDUA, 2002, p. 17).

Segundo Pádua, a corrente de críticos ambientais brasileiros elogiou o meio natural por causa da sua riqueza e potencial econômico, sendo sua destruição interpretada como sinal de atraso, ignorância e falta de cuidados. Para os críticos ambientais, o verdadeiro progresso teria como premissa básica a conservação e uso

correto do meio natural que, por conseguinte, só fazia sentido no contexto desse progresso. “A natureza era vista como um objeto político, um recurso essencial para o avanço social e econômico do país” (PÁDUA, 2002, p. 28). Enfim, do que os críticos ambientais brasileiros estavam servindo de testemunhas, de fato, era do desenvolvimento do processo histórico cujo prosseguimento resultou na perda de mais ou menos cem milhões de hectares das florestas tropicais brasileiras, já que, atualmente, resultou em 7% da cobertura original da mata atlântica. Essa foi a causa que os críticos ambientais, encontraram para ir além da ideologia abstrata de uma natureza continuamente magnificente e vigorosa para enxergar com clareza o movimento destrutivo que estava em curso (PÁDUA, 2002, p. 32).

## **2.2) Os Herdeiros do Pensamento Político e da Crítica Ambiental de José Bonifácio de Andrada e Silva**

A crítica ambiental precitada por José Bonifácio de Andrada e Silva reaparecerá no grupo de pensadores que são considerados seus herdeiros intelectuais. Essa corrente abolicionista, monarquista, liberal e reformista, teve como destaques Joaquim Nabuco e André Rebouças. Eles associavam, no estilo Bonifácio, a crença no regime moderado da monarquia constitucional orientada por reformas sociais, de certa forma, avançadas. O objetivo seria o combate ao escravismo, o latifúndio improdutivo e a heterogeneidade social (PÁDUA, 1987, p. 26).

Joaquim Nabuco, por exemplo, mencionou a trajetória de destruição da natureza brasileira sendo obra da escravidão. De acordo com Joaquim Nabuco (1977 *Apud* PÁDUA, 1987, p. 26):

Onde quer que se a estude, a escravidão passou sobre o território e os povos que a acolheram como um sopro de destruição. (...). Aonde ela chega queima as florestas, minera e esgota o solo, e quando levanta suas tendas deixa após si um país devastado em que consegue vegetar uma população miserável de proprietários nômades.

Por outro lado, segundo José Augusto Pádua (1987, p. 27), André Rebouças:



[...] também defendia teses semelhantes. Em seus estudos sobre a agricultura nacional e as secas do Nordeste, o autor protesta contra o desflorestamento (a “devastação pelo fogo, pelos descascamentos, pelas derrubadas e pelas formigas”) e contra o “barbarismo” da esterilização do solo. Esses malefícios só poderiam ser sanados pelo uso das técnicas modernas de química agrícola e reflorestamento, e pelo combate às suas causas sociais mais profundas: o monopólio da terra, a escravidão e o “landlordismo”.

Nesse sentido, tanto Joaquim Nabuco quanto André Rebouças, defendia um projeto nacional liberal. A meta desse projeto nacional era o desenvolvimento do livre comércio, da indústria, da ética do trabalho livremente assalariado, das estradas e ferrovias, dentro dos parâmetros da modernidade ocidental europeia. Tanto Rebouças quanto Nabuco, entendia que o projeto nacional não poderia ser “realizado sem a abolição do trabalho escravo, o parcelamento da terra, a expansão da instrução pública e uma série de outras reformas que recolocariam o Brasil nos trilhos da evolução do mundo civilizado” (PÁDUA, 1987, p. 27).

De acordo com José Augusto Pádua (1987, p. 27):

O problema da destruição da natureza se coloca nesse contexto, assim como já se colocava para José Bonifácio, não como uma consequência do crescimento da civilização industrial moderna, como afirmam os atuais ecologistas, mas sim como um sintoma da *falta* dessa mesma modernidade. Na utopia liberal de Nabuco e Rebouças, a modernidade capitalista era sinônimo de eficiência e uso correto dos recursos naturais. A luta pela natureza, portanto, se confundia com a luta pela civilização.

O tema natureza também se fez presente na obra e no projeto nacional de Euclides da Cunha. Existe na obra deste autor elementos que apontam uma crítica a civilização moderna. O autor demonstra certo desencanto pela artificialidade da vida urbana. Euclides da Cunha também crítica os males do cosmopolitismo que cria um ambiente fictício de uma civilização de empréstimo. Ele aponta e questiona o surgimento de algumas anomalias do crescimento e do progresso que são contestáveis, como o que ligou a expansão ferroviária e a monocultura do café. A marca de algumas das obras de Euclides da Cunha é a defesa de um projeto da modernidade liberal. No que diz respeito à destruição da natureza a solução estaria na engenharia de campo que extinguiria os desertos e sanearia as áreas interioranas. E, ainda, na indústria química, que forneceria os recursos para fortalecer e multiplicar a fertilidade do solo. Para Euclides, a “ação ideal do homem em relação às forças da natureza seria aquela que as corrige, as domina nobremente, as encadeia num esforço consciente e sério” (PÁDUA, 1987, p. 29).

De acordo com José Augusto Pádua (1987, p. 30):

A perspectiva de Euclides, como podemos ver, praticamente duplica o projeto de Bonifácio, Nabuco e Rebouças. O famoso lema de Euclides – “ou nos civilizamos ou desapareceremos” – parece ter sido, portanto, a linha básica dos que trataram criticamente a questão da natureza no pensamento político brasileiro até o início do século XX.

Outro importante herdeiro do pensamento político e da crítica ambiental de José Bonifácio de Andrada e Silva é o intelectual Alberto Torres. Entre eles existem semelhanças não somente na natureza das críticas, como também na postura intelectual. O abatimento que esses dois pensadores partilhavam pela forma como a história do Brasil havia sido desenvolvida a partir das raízes coloniais fazia que, tanto Andrada e Silva, quanto Torres compartilhassem certo fervor missionário. Ambos sentiam-se parte de um momento fundador que transformaria a configuração social, anteriormente, existente. Segundo José Augusto Pádua (1987, p. 31):

Para Bonifácio, as esperanças do rompimento se confundiam com a Independência de 1822, e para Torres, não com algum marco histórico definido – já que a República de 1889 havia frustrado suas expectativas –, mas sim com o sentimento de que o estado de decadência nacional atingia os seus limites e a sociedade reagiria de alguma forma, aceitando propostas realistas de mudança na constituição e na vida nacional. Esse senso histórico fez com que ambos tivessem a capacidade intelectual de, sem pudor algum, formular e apresentar um projeto nacional para o país.

Para Alberto Torres, o progresso é processo, prosseguir, adaptação, experimentação consciente. E seus resultados não seguem uma sequência de desenvolvimento linear. “O movimento histórico tanto pode atingir uma qualidade, vitalidade e solidez real, quando se configura na forma superior de vida nacional, quanto pode resultar numa agitação vazia, estéril e sem substância” (PÁDUA, 1987, p. 32).

O Estado aparece na obra de Alberto Torres como agente do processo de desenvolvimento das nações. Para Torres o Estado é o representante legítimo da aptidão do ser humano. Segundo Torres o Estado é a única força capaz de promover e orientar a vida coletiva do país. “No mundo moderno, dando espaço aos componentes liberais do seu pensamento, Torres admitia que o Estado não deveria ser ‘coletivista’ ou ‘patriarcal’, restringindo-se ao controle político e jurídico à medida que a vida econômica iria dele se emancipando” (PÁDUA, 1987, p. 32).

Outro ponto importante da obra de Alberto Torres havia explicitado que a história da humanidade tem se desenvolvido mediante a uma relação de impactos ambientais. De acordo com José Augusto Pádua (1987, p. 33) Torres argumentava que:

Toda a vida histórica da humanidade tem sido uma vida de devastação e esgotamento do solo, de incêndio de tesouros e de florestas, de saque de minérios ao seio da terra, de esterilização da sua superfície. Esse fato seria lamentável de um ponto de vista apenas ético se não fosse uma questão mais desafiadora (e aqui sua atualidade chega a ser espantosa): a finitude dos recursos naturais.

Fazendo uma avaliação do que foi descrito por José Augusto Pádua (1987 & 2002) chegamos à conclusão que esses intelectuais herdeiros de José Bonifácio de Andrada e Silva constituíram uma tradição crítica ambiental que possivelmente irá influenciar as gerações futuras de ambientalista e líderes políticos brasileiros, mesmo sendo uma minoria. No que diz respeito a Alberto Torres, de acordo com Prado (2011, p. 47):

Suas observações denunciavam a problemática ecológica agravada durante os primeiros governos republicanos, especialmente quando estes concediam licenças de uso e extração dos recursos naturais para exploração estrangeira. Em sua análise, a conservação da natureza seria tática para o desenvolvimento interno, e, especialmente sua utilização, um monopólio do próprio Brasil e a utilização de mão-de-obra nacional em detrimento dos colonizadores de origem europeia.

Com relação à tese de desenvolvimento econômico pode ser pontuada na obra de Alberto Torres centralidade na agricultura como via de crescimento. Essa ideia ia de encontro aos modelos ocidentais que se orientavam pelo modo de vida urbano-industrial. Essa ideia serviu de inspiração aos seus antecessores, da tradição crítica ambiental no Brasil (PRADO, 2011, p. 48). De acordo com Prado (2011, p. 48):

Em 1915, Alberto Torres publicava o livro *As fontes da vida no Brasil*, um manifesto político-ecológico de 31 páginas, criticando os dirigentes da então recente República brasileira. Os pontos principais de sua crítica eram voltados ao modelo adotado de expansão econômica e às idealizações difundidas à época sobre natureza, riquezas e fertilidade, consideradas como “ilusões” criticando também a intensa dependência da elite brasileira em relação às políticas e costumes estrangeiros, por isso mesmo, afastados da necessidade e da realidade do país.

Em suas teses Alberto Torres defendia os recursos hídricos e seus mananciais. Conforme Prado (2011, p. 49), “na segunda década do século XX já diagnosticava o avanço destrutivo sobre a floresta amazônica”. Ainda conforme Prado (2011, p. 50):

Um dos fundamentos centrais da crítica político-ecológica de Alberto Torres era o desenvolvimento aplicado no Brasil com vistas ao abastecimento dos países estrangeiros, e, deste imperativo, com vistas a suprir as demandas cada vez mais urgentes do mercado externo, um descompasso com a conservação dos recursos naturais.

Ainda citando a obra de Prado (2011, p. 50), “para Torres, essa ‘adoração quase idílica ao estrangeiro’ explicava a política de expansão econômica fundamentada na lavoura extensiva, na mineração, monocultura e latifúndios, assim como conquista do sertão e a construção de estradas de ferro.”

Utilizando-se de linguagem metafórica, Daniel Prado (2011) levanta a hipótese de Alberto Torres ser “um possível afluente até Roessler”, sendo este último, objeto de estudos doutorais daquele autor. Nesse sentido, entendemos na mensagem acima explícita que, possivelmente, a obra de Alberto Torres tenha influenciado as ideias de Henrique Luiz Roessler mesmo que seja indiretamente. As obras de Pádua (1987 & 2002) e Prado (2011) nos levam a pensar que o debate ecológico vem de uma tradição de críticos ambientais que influenciarão as futuras gerações de cronistas ecológicos. Nesse sentido, a obra pioneira de Henrique Luiz Roessler abre um precedente e, certamente, irá influenciar o movimento ecológico sul brasileiro.

### **2.3) O ambientalismo sul brasileiro**

No processo histórico dos anos de 1930 a 1960, ocorreram algumas lutas pela preservação da natureza, questões como o reflorestamento, a luta contra a caça ilegal, a construção de parques naturais, e diversos temas de caráter conservacionista deram à tônica das reivindicações ecológicas. Nos anos de 1970, com a formação dos movimentos ecológicos políticos ocorreram lutas contra a poluição do ar, das águas, contra as armas e a energia nuclear, contra o consumismo, contra o desperdício, contra as guerras, industrialismo, questionando, assim, o modo de vida. Na década de 1980 a

1990, o debate se renova tendo como referência o conceito de “desenvolvimento sustentável”, envolvendo tanto entidades ambientalistas, empresas, governos e sociedade civil, desembocando na Conferência das Nações Unidas denominada de “Eco 92” ou também conhecida como “Rio 92”, realizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

### **2.3.1) Henrique Luiz Roessler e Balduino Rambo**

No Estado do Rio Grande do Sul, a União Protetora da Natureza (UPN) foi à primeira entidade de proteção à natureza não governamental. Ela foi fundada em 1955, por Henrique Luiz Roessler em São Leopoldo/RS. “O Estado foi, ao longo da história, palco de inúmeros episódios em que diferentes sujeitos, individualmente ou em grupo, atuaram pela defesa ambiental” (PEREIRA, 2011, p. 120).

De acordo com Pereira (2011, p. 125), “a defesa ambiental nos anos de 1930-60 no Rio Grande do Sul pode ser analisada na perspectiva da ‘proteção à natureza’”.

Os sujeitos que se envolveram em ações de defesa ambiental nesse momento, em geral, estavam imbuídos de ideais tanto conservacionistas quanto preservacionistas. No Brasil, para esse período, “os conceitos de proteção, conservação e preservação eram intercambiáveis” (FRANCO, DRUMMOND, 2009, *Apud* PEREIRA, 2011, p. 125).

No contexto nacional, no período do Governo Provisório de Getúlio Vargas, e a seguir, no Estado Novo, dois sujeitos se destacaram na luta pela proteção à natureza. Eles são: Henrique Luiz Roessler (1896-1963) e o Padre jesuíta Balduino Rambo (1905-1961). “Ambos viveram no mesmo contexto, com atuação bastante diferente, entretanto perseguiram um objetivo comum: defender a natureza” (PEREIRA, 2011, p. 125).

Então, é interessante observar que, segundo Pereira (2011, p. 125 – 126):

Com a publicação do Código Florestal, em 1934, foi necessária a criação de um órgão responsável pela fiscalização de seu cumprimento. O Serviço Florestal surgiu em 1938 (BRASIL, Decreto-Lei nº 982), vinculado ao Ministério da Agricultura, e com ele foi instituída uma polícia florestal em todo o país. Henrique Roessler ofereceu-se para trabalhar nessa polícia e conseguiu, em 1939, ser nomeado Delegado Florestal em São Leopoldo. Tratava-se de um cargo não remunerado, em que o funcionário ficava responsável pela fiscalização das florestas e pela aplicação das multas e penas previstas no Código Florestal. Em 1944, Roessler foi promovido a

Delegado Florestal Regional, passando a chefiar os demais delegados e fiscais florestais do Estado.

O delegado florestal Henrique Luiz Roessler “empreendeu uma rigorosa fiscalização no Rio Grande do Sul, especialmente na região nordeste do Estado – onde houve massiva colonização por grupos étnicos italianos -, em virtude da prática da ‘passarinhada’” (PEREIRA, 2011, p. 126 – 127). A passarinhada era tanto a caça de pássaros quanto a feitura do prato acompanhado de polenta e molho, que, segundo De Boni e Costa (1979 *Apud* PEREIRA, 2011, p. 127) “surgiu da necessidade de alimentação e estimulado pela abundância de pássaros”.

Através dos cargos públicos, estabeleceu uma rede de colaboradores entre os Delegados Florestais do Estado, que o informavam quando ia ocorrer alguma infração e, muitas vezes, acompanhavam-no nas diligências, quando ocorriam vistorias de propriedades (para fiscalizar derrubadas) e até mesmo episódios de luta corporal com caçadores que não aceitavam entregar suas armas ou produto de sua caça. Todo ano, o Serviço de Caça e Pesca divulgava, através de uma portaria, o período de permissão à caça, bem como as espécies e quantidades que poderiam ser caçadas. Era preciso ter licença tanto para a prática da caça quanto da utilização da arma de fogo. As contravenções ocorriam principalmente porque os caçadores não tiravam as licenças e não obedeciam as regras das portarias anuais (PEREIRA, 2011, p. 126 – 127).

Em se tratando da pesca, ocorriam diversas infrações. Vejamos alguns exemplos: utilização de artefatos tais como: “rocegas<sup>9</sup>”, “tarrafas<sup>10</sup>”, “pari<sup>11</sup>” e até mesmo dinamite. Era proibido utilizar esses tipos de artefatos na pesca. Outro problema era a falta de telas e/ou uma proteção nas bombas de sucção que faziam a irrigação das lavouras de arroz no Estado. De acordo com Roessler (2005 *Apud* PEREIRA, 2011, p. 127):

Com o gargalo grande, a força de sucção atraía milhões de alevinos para os canais de irrigação todos os anos, o que causava enorme prejuízo à pesca e, segundo Roessler, também para a economia popular, pois muitos peixes que poderiam saciar a fome de pessoas carentes eram mortos para tornar-se adubo e alimento na criação de porcos.

---

<sup>9</sup>Instrumento usado para retirar objetos do fundo do mar.

<sup>10</sup>Espécie de rede de pesca de forma cônica, guarnecida de chumbo nas bordas, que se lança à mão.

<sup>11</sup> Esteira feita de talas. Consiste em cruzar um igarapé com essa esteira, atacando-a nas varas cravadas no chão, denominadas paritás, para que os peixes fiquem presos na esteira.

Outro problema grave detectado por Roessler era a poluição por resíduos tóxicos das indústrias e curtumes da região do Vale dos Sinos. Quanto a florestas, Pereira (2008, p. 127 – 128) comenta que a situação era dramática.

Os fiscais não eram remunerados; na verdade, sua remuneração consistia na cobrança de taxas, pela confecção de emolumentos, requerimentos, vistorias, etc. Isso levou ao desvio de função e irregularidades, debatidas, inclusive, na Assembléia Legislativa do Estado (ANAI S AL-RS, 14/06/1951: 429 – 431). Os funcionários também eram engessados pela legislação, que era muito permissiva. O próprio Roessler já havia sugerido a seus superiores a reforma do Código Florestal e a proibição da exportação da madeira gaúcha.

Em 1954, Henrique Luiz Roessler perdeu a credencial de seus cargos no Ministério da Agricultura. O motivo da perda das credenciais era o impedimento por parte do Estatuto do Funcionário Público Federal. Esta lei vedava os funcionários públicos de prestarem serviços voluntários. Foi, então que, em 1955, Henrique Roessler fundou a União Protetora da Natureza (UPN). Utilizando-se da UPN, Roessler continuou seu trabalho de proteção à natureza. Isso possibilitou ao conservacionista fazer campanhas de conscientização através de cartazes/panfletos, artigos jornalísticos e palestras. Conforme Pereira (2011, p. 128 – 129):

Em 1957, Roessler começou a escrever semanalmente no Correio Rural, suplemento do jornal *Correio do Povo*. Publicou cerca de 300 crônicas sobre a temática ambiental, onde analisava os problemas, criticava os desperdícios, denunciava a má administração e o desleixo das autoridades para com as áreas naturais. Roessler foi o único presidente da UPN, que se desfez com a sua morte, em 1963.

A importância do trabalho e da militância de Henrique Luiz Roessler deu-se pelas iniciativas pioneiras. Ele, sem dúvidas, construiu uma frente de luta através da educação para a proteção dos elementos naturais mediante as suas crônicas. “Henrique Luiz Roessler divulgou fortemente a proteção à natureza no Estado e realizou diversas práticas de defesa ambiental, tanto como delegado florestal quanto como presidente da UPN” (PEREIRA, 2011, p. 128).

Outro grande militante da causa de proteção à natureza foi o Padre Balduino Rambo, teólogo jesuíta e botânico, deixou um legado vasto. Escreveu artigos científicos, livros didáticos, ampla produção literária e um rico diário pessoal. Fazendo referência a obra de caráter ambiental de Rambo, conforme Pereira (2011, p. 128):

Quanto à proteção da natureza, destacamos *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*, livro publicado em 1942, onde escreveu o Rio Grande do Sul, atendendo a três aspectos: científico, didático e o aspecto estético, ou seja, a beleza natural das paisagens. O último capítulo da obra intitulava-se “Proteção à Natureza”, onde Rambo concebeu que a proteção à natureza estava a serviço das ciências naturais, antropogeográficas e históricas; baseava-se sobre o princípio de ética natural e era aliada de valor da higiene e pedagogia sociais, ajudando na educação nacional.

Para Balduino Rambo, conforme Pereira (2011, p. 129 – 130), “a proteção à natureza abrangia quatro setores”.

Em primeiro lugar, deviam ser protegidos os monumentos naturais, pois eram criações da natureza de importância científica, histórica ou fisionômica, como árvores, formações geológicas, rochedos e montanhas de caráter peculiar. O segundo setor abarcava a proteção a espécies botânicas e geológicas periclitantes: conservação das espécies estreitamente localizadas ou raras e das “matas virgens”. Rambo (1942: 433) se referia ao desmatamento, “sujeito ao bel-prazer dos donos do lote colonial ou da fazenda”. Levantou também o problema do reflorestamento, em que eram plantados eucaliptos no lugar da mata nativa derrubada, para o autor, “essa árvore australiana nunca há de se enquadrar, do ponto de vista fisionômico, na expressão natural de nossa terra”. Ele sugeriu que o replantio fosse feito com espécies indígenas, ou com madeiras de lei nacionais, como cedros, louros, e cabriúvas. Quanto aos animais, o estado era desolador: “nas matas da borda da Serra colonizada, nada resta da maior parte dos mamíferos e aves de caça” (RAMBO, 1942: 434). O problema das leis de caça não serem executadas estava causando a destruição da fauna de mamíferos, aves e peixes, num ritmo assustador. Em terceiro lugar, o padre propunha a harmonização das obras humanas com a paisagem natural: aqui Rambo mencionava as construções humanas, como cidades, suas ruas, casas; o traçado das estradas, que quando seguiam os vales dos rios, deviam acentuar as linhas naturais da paisagem; e, na utilização das quedas de água, o padre percebia a importância de aliar a utilidade com a conservação da natureza. Por último, sugeria a conservação dos Parques Naturais e Nacionais, pois “são territórios maiores, em que a natureza primitiva se conserva totalmente intacta, aumentando-lhe os atrativos com o acréscimo de elementos consoantes, quando for conveniente” (RAMBO, 1942: 436).

Conforme Araújo (2007 Apud PEREIRA, 2011, p. 129), o Rio Grande do Sul ganharia seu primeiro parque natural, em 1947, a Reserva do Turvo, em Derrubadas/RS. Outros parques, sugestão de Rambo, foram construídos após a Reserva do Turvo, exemplo: o Parque Nacional dos Aparados da Serra em Cambará do Sul. Retornando à obra de Balduino Rambo, no último capítulo de *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*, o autor denunciou diversos impactos ambientais ocasionados pelas derrubadas da agricultura e a voracidade da indústria madeireira. Conforme Buckup (2005 Apud PEREIRA, 2011, p. 130):



Rambo também exerceu influência na constituição de órgãos de pesquisa no Estado. No cargo de Diretor da Divisão de Ciências da Secretaria de Educação e Cultura, em 1955, foi um dos fundadores e primeiro diretor do Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais. Por uma sugestão, foram criados o Jardim Botânico e o Jardim Zoológico do Rio Grande do Sul. Essas instituições, hoje sob o comando da Fundação Zoobotânica (criada em 1972), guardam preciosas coleções da fauna, da flora e de fósseis, que permitem a pesquisa da história natural no Estado.

Nos idos dos anos de 1930 a 1960 a causa pela proteção à natureza foi marcada pelas lutas de cunho “preservacionista” e “conservacionista” no que diz respeito aos “pioneiros da ecologia” no Rio Grande do Sul. Balduino Rambo e Henrique Luiz Roessler (UPN) marcaram de forma indelével as lutas e o pensamento das gerações futuras do ambientalismo sul brasileiro nas décadas posteriores, influenciando toda uma geração que veio a formar no Rio Grande do Sul a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) e, assim, influenciar nas “Crônicas Ecológicas” objeto da presente análise.

### **2.3.2) A AGAPAN e Outras Entidades da Luta Ambiental no Sul do Brasil**

Depois de oito anos do falecimento de Henrique Luiz Roessler e o fechamento da UPN, um grupo de pessoas, em uma reunião, decidiu fundar uma entidade voltada à proteção da natureza. Dentre essas pessoas: Nicolau A. Campos (cronista, ecologista e discípulo de Henrique Luiz Roessler), Augusto César Cunha Carneiro (advogado e ex-militante comunista), José Antônio Lutzemberger (Engenheiro agrônomo, naturista e ex-funcionário da Multinacional BASF, mais conhecido por “Lutz” e primeiro presidente da AGAPAN), Alarich Schultz e Eugênio Grumann (professores universitários e redatores do estatuto da AGAPAN), o casal Juarez Romano-Hilda Zimmermann entre outros. Fundaram no dia 27 de abril de 1971 a AGAPAN em Porto Alegre/RS. De acordo com Pereira (2011, p. 131):

Em seu Programa de Luta (AGAPAN, 27/04/1971), constava que a entidade defenderia a natureza ameaçada, nas formas de fauna, vegetação, solo, atmosfera, águas, lutaria pela salvação da humanidade da destruição, e pela promoção da ecologia como ciência da sobrevivência. Além disso, a AGAPAN promoveria o combate ao massacre de animais e à caça indiscriminada, às devastações das vegetações e às queimadas, ao uso exagerado dos meios mecânicos contra o solo e à toda erosão provocada ou

facilitada, à poluição do ar causada pelas indústrias e veículos, à poluição dos cursos d'água pelos resíduos industriais e esgotos não tratados, do uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas, herbicidas, raios ionizantes, sem a devida proteção às destruições desnecessárias de belezas paisagísticas. Pregava também a luta por uma nova moral ecológica.

O movimento ecológico no Rio Grande do Sul e a ecologia da AGAPAN configuraram-se em uma novidade a qual atraiu militantes de diversos movimentos sociais e antigos membros da UPN de Henrique Luiz Roessler. No início da AGAPAN, José Antônio Lutzemberger foi o primeiro presidente, grande maestro, ativista e formador de opinião da entidade. A “sanha mágica”, ou seja, o conceito de ecologia era o que orientava toda obra e luta da AGAPAN e suas delegacias tanto na capital quanto no interior do Estado, por exemplo, Rio Grande/RS. O conceito de ecologia de José Lutzemberger que, conforme Pereira (2011, p. 131 – 132), “aparece no Programa de Luta da entidade é o mesmo desenvolvido em seu livro *Manifesto Ecológico Brasileiro – Fim do Futuro?* (LUTZEMBERGER, 1983)”. Recentemente, encontramos um texto que resume “o conceito de ecologia em Lutzemberger” publicado no Jornal Agora de Rio Grande/RS no ano de 1981. Nele, Lutzemberger dissertou acerca do funcionamento do sistema de vida no planeta Terra e apresentou alguns aspectos para compreensão da problemática ambiental.

De acordo com José Antônio Lutzemberger (*Agora*, 1981, p. 6) ecologia é, assim, conceituada:

Nós humanos somos um aspecto parcial e momentâneo de um incrivelmente longo e paciente processo, da fantástica história evolutiva do caudal da vida que caracteriza nosso planeta e o distingue dos demais planetas deste sistema solar.

A evolução orgânica é um processo sinfônico. As espécies, todas as espécies, e o homem não é exceção, evoluíram e estão destinadas a continuar evoluindo conjuntamente e de maneira orquestrada. Nenhuma espécie tem sentido por si só, isoladamente, todas as espécies, dominantes ou humildes, espetaculares ou apenas visíveis, quer nos sejam simpáticas ou as consideramos desprezíveis, quer se nos afigurem como úteis ou mesmo nocivas, todas são peças de uma grande unidade funcional. A natureza não é um aglomerado arbitrário de fatos isolados, arbitrariamente alteráveis ou dispensáveis. Tudo está relacionado com tudo. Assim como uma sinfonia os instrumentos individuais só tem sentido como parte do todo e a grandiosidade do todo é função do perfeito e disciplinado funcionamento de cada uma das partes, os seres vivos em seu fundo abiótico somente podem ser compreendidos como partes integrantes da maravilhosa sinfonia da Evolução Orgânica, onde cada instrumento, por pequeno, fraco ou insignificante que possa parecer, é essencialmente indispensável.

Ainda citando Lutzembergere complementando o seu conceito de ecologia:

Num esquema de infinitas variações, ajustes e especialidades, plantas animais, fungos, bactérias e vírus, em interação recíproca, mútua e multilateral. Biosfera, atmosfera, hidrosfera e litosfera encontram-se integradas num grande sistema homeostático, isto é, o fundo mineral, complementa-se num sistema equilibrado autorregulado: a ecosfera.

Em seu entrosamento multicomplementar, os seres vivos em conjunto, ou seja, a biosfera, constituem-se no motor da ecosfera. Este motor, movido a vida e energia solar através de fotossíntese das plantas, aciona os ciclos bio-geo-químicos que são o sistema de suporte de vida da nave espacial terra. O caudal da vida está de tal maneira estruturado que ele constitui seu próprio sistema de suporte de vida. A sobrevivência de todas as partes depende mesmo do funcionamento harmônico da ecosfera como um todo. Esta, por sua vez, só subsiste através do entrosamento de todas as suas partes. A vida começou na terra há mais de três bilhões de anos e conseguiu manter-se e aperfeiçoar-se continuamente porque ela sempre funcionou como um sistema integrado homeostático.

Como toda nave, a Nave Espacial Terra é finita, seus recursos são limitados. Os ciclos bio-geo-químicos, entre os quais se destacam o ciclo do oxigênio, do gás carbônico e do nitrogênio assim como o grande ciclo da água que serve de veículo para quase todos eles são o fluxo, em ciclo fechado, dos recursos materiais da vida, de tal maneira que tudo é sempre reaproveitado – os detritos e os cadáveres de uns são matéria prima dos outros. Nada se perde, tudo circula perpetuamente. (Lutzemberger, 1981, p. 6).

Logo após o término do texto sobre o “conceito de ecologia”, Lutzemberger (Agora, 1981, p. 6) enumera os aspectos mais importantes para a compreensão da problemática ambiental. Eles são:

- 1 - A ecosfera é uma unidade funcional, onde cada peça tem sua função específica, complementar de todas as demais. As espécies são no contexto da ecosfera o que são os órgãos no organismo. O todo só funciona harmonicamente quando funcionam perfeitamente as partes;
- 2 – Temos, por isso, interesse na preservação de todas as espécies;
- 3 – A base de sobrevivência do sistema é o comportamento disciplinado em equilíbrio autorregulado – a homeostase;
- 4 – A reciclagem perfeita e perpétua de todos os materiais utilizados permite a continuação indefinida, através das eras geológicas, como os recursos limitados.

Lutzemberger termina o texto sobre o conceito de ecologia explicitando a seguinte frase, “A ecologia como ciência do funcionamento de grande sinfonia é a Ciência da Sobrevivência”. Essa tônica irá influenciar as produções discursivas e as lutas na qual a AGAPAN estará envolvida no contexto dos anos de 1970 e 1980. No Manifesto Ecológico Brasileiro, Lutzemberger refletiu sobre diversas questões que também fizeram parte do Programa de Lutas da AGAPAN. O Programa de Lutas da AGAPAN propõe lutar contra a utilização de inseticidas e agrotóxicos, lembrando da Guerra do Vietnã, na qual se utilizou o DDT como desfolhante. Esses eram herbicidas

atirados pelos aviões estadunidenses contra os guerrilheiros “vietcongs”. Os desfolhantes destruíram grandes extensões de florestas vietnamitas, transformando-as em pastos comprometidos. De acordo com Pereira (2011, p. 131 – 132) Lutzemberger também critica:

[...] o estrago dos pesticidas nas lavouras, contaminando os cursos d’água (os aquíferos no subsolo, inclusive), por onde escoam o veneno, ou a aplicação deste diretamente nas plantações, citando o exemplo do arroz, em que os agrotóxicos são utilizados com a justificativa de controlar aguapés em canais e lagos. A luta contra os “defensivos agrícolas” (termo veiculado pelas indústrias fabricantes desses produtos) ou agrotóxicos foi uma das principais lutas de Lutzemberger, como presidente da AGAPAN e em sua militância individual, nas posições que ocupou ao longo de sua trajetória. Outros temas relatados pelo engenheiro agrônomo são a caça ilegal, e mesmo a legal, que se fazia com regras absurdas; o reflorestamento, que, com incentivo fiscal, tornou-se, na verdade, estímulo para a derrubada das matas nativas, em troca do plantio de pinus ou eucalipto, impossibilitando a recuperação do ambiente natural; a destruição de monumentos arquitetônicos e do patrimônio histórico, para a construção de vias expressas, viadutos e túneis; a radiação ionizante, proveniente do uso da energia atômica, que afeta e altera o código genético, podendo causar câncer e mutações.

Outra questão importante que emergia no campo de debate proposto pela AGAPAN, personificada em Lutzemberger era a ética e a moral ecológica. A moral ecológica foi abordada por “Lutz” em discurso na reunião de fundação da AGAPAN e também em outros momentos. Logo após a assembleia geral de fundação, “Lutz” publicou um artigo no *Correio do Povo*, com o título “*Por uma ética ecológica*”. O artigo descrevia em forma de alerta a situação da natureza, os danos irreparáveis da destruição ecológica e as consequências de um legado que levará o ser humano a extinção.

Dentro da escala das reivindicações e lutas feitas pela AGAPAN, a que teve maior visibilidade e transcendeu o âmbito local, porto-alegrense, foi a campanha contra a poda das árvores. Em 1975, o prefeito da cidade de Porto Alegre, Telmo Thompson Flores, mandou derrubar inúmeras árvores para a construção do Viaduto Imperatriz Leopoldina na Avenida João Pessoa. Foi então que, para protestar contra a derrubada das árvores, o estudante Carlos Alberto Dayrell membro da AGAPAN/Porto Alegre, subiu em uma das árvores para impedir o corte daquelas. O episódio aconteceu no dia 25 de fevereiro de 1975, e foi amplamente divulgado nos meios de comunicação social do país, tornou-se um dos marcos do ambientalismo sul brasileiro. Conforme Sirkis (1992 *Apud* PEREIRA, 2011, p. 133 – 134), aquele fato “representou um ato de

resistência política contra o poder público local, que construía grandes obras sem se preocupar com as consequências para o meio ambiente”.

Complementando o dito acima, segundo Pereira (2011, p. 134):

O protesto de Dayrell foi emblemático, característico do funcionamento do movimento ambientalista da década de 1970, em que as ações eram propostas por entidades ou indivíduos de diferentes classes sociais e concepções políticas. Em torno do estudante, reuniram-se cerca de 500 pessoas, pressionando para que a árvore não fosse derrubada. O manifestante manteve-se firme, só descendo quando Lutzemberger chegou para negociar. No fim do dia, a polícia militar encerrou o protesto com violência; repórteres e apoiadores de Dayrell foram presos.

Outro embate emblemático que a AGAPAN travou no campo de luta foi contra a Borregard (empresa norueguesa de processamento de celulose para fabricação de papel). A empresa se instalou no município de Guaíba/RS, nas imediações da região metropolitana de Porto Alegre/RS. A Borregard começou suas operações no dia 16 de março de 1972. Foi um dos grandes empreendimentos feitos no Estado naquele contexto. Porém, a empresa trouxe consigo algumas “contraindicações”. Emitia via chaminé um “perfume” que inundava Porto Alegre, vindo da cidade de Guaíba. O mau cheiro da Borregard e toda a poluição provinda das indústrias eram responsáveis por 20% da poluição aérea na região de Porto Alegre (SAMPAIO *Apud* PEREIRA, 2011, p. 135).

Contra as consequências das atividades industriais da Borregard foi articulado um movimento, que é descrito por Pereira (2011, p. 135), dessa forma:

Foi articulada uma grande campanha contra a Borregard, que reuniu técnicos do governo, ativistas ambientais, entidades profissionais, imprensa e políticos. Até mesmo uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi aberta, na Assembleia Estadual, onde a Associação Médica do Rio Grande do Sul apresentou relatório sobre casos de problemas de saúde oriundos da poluição provocada pela Borregard: dores de cabeça, irritação dos olhos, náuseas, vômitos, etc.

Em consequência disso e de uma forte campanha, a empresa de celulose Borregard foi fechada em dezembro de 1973 pelo Secretário da Saúde do Estado Jair Soares. Logo após a um processo de readequação, retornou as suas atividades industriais em março de 1974, comprometendo-se em reduzir seus índices de poluição. “Porém, foi novamente fechada em novembro do mesmo ano, tendo de investir US\$ 3,5 milhões de dólares em equipamentos para voltar a operar” (PEREIRA, 2011, p. 135).

De acordo com Bones e Hasse (2002 *Apud* PEREIRA, 2011, p 136):

Além das questões ambientais, o relatório da CPI abrangeu as negociações político-financeiras para a implantação da indústria em parceria com um grupo norueguês. Após as investigações, finalmente os noruegueses abandonaram o negócio, ficando o controle acionário (51%) nas mãos do Montepio da Família Militar (MFM), o que possibilitou a nacionalização da empresa, pois 44% já correspondiam ao dinheiro injetado pelo BNDES no projeto.

Logo após os problemas gerados pela Borregard e a frente de luta ambiental que ocasionou seu fechamento, a empresa mudou sua postura em relação à questão ambiental. A Borregard passou a se chamar de Celulose Rio-Grandense Ltda. (Riocell) e convidou José Antônio Lutzenberger para organizar e construir um parque natural próximo as suas instalações e também para orientar um programa de reciclagem do seu lixo industrial (PEREIRA, 2011, p. 136).

Outro marco importante na história do ambientalismo sul brasileiro, e, para o nosso trabalho fundamental, foi a Maré Vermelha em Balneário Hermenegildo, Santa Vitória do Palmar/RS. Em função desse episódio foi organizado por parte da AGAPAN e da Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), a Operação Hermenegildo. Essa operação foi organizada em conjunto com outras entidades, para chamar atenção da sociedade brasileira à mortandade de peixes e animais na praia de Hermenegildo. Conforme Pereira (2011, p. 137), após “um temporal em 31 de março de 1978, nos dias seguintes, a população começou a sentir um forte cheiro na praia, que fica na região de fronteira com o Uruguai, cerca de 500 km de Porto Alegre”.

De acordo com Pereira (2011, p. 137):

No início de abril, começaram as notícias sobre um possível gás venenoso, que estaria causando a morte de mariscos, gatos, cães, gaiotas, cavalos e até humanos (CORREIO DO POVO, 11/04/1978; FOLHA DA TARDE, 13/04/1978). Em 12 de abril, o Secretário da Saúde do estado, Jair Soares, visitou as praias afetadas, chegando até a costa uruguaia, e declarou que esta era a maior tragédia ecológica do Estado (ZERO HORA, 12/04/1978: capa). No dia 19, divulgou-se que o agente poluidor teria sido descoberto. Os técnicos do centro de Pesquisas Toxicológicas do Rio Grande do Sul, sediado em Pelotas, improvisaram uma pesquisa, custeada com recursos próprios, e chegaram à conclusão de que o poluente que contaminava a Costa-Sul era o Iso-Tiocianato de Melita.

No dia 25 de abril, o governo do Estado do Rio Grande do Sul, em “tom de mistério” e “maquiando” o desastre ecológico, declarou que a causa do acontecido em

Hermenegildo seria o fenômeno ecológico denominado de “Maré Vermelha”. Por outro lado, os ecologistas levantavam a tese de que havia acontecido uma catástrofe ecológica, mediante ao naufrágio do navio Taquari, que estava ancorado desde 13 de abril de 1971 próximo ao Cabo Polônio, na costa do Uruguai. Este navio continha carga química da multinacional Dow Chemical. “Passados sete anos, nenhuma medida foi tomada para retirá-lo do local. A explicação dos ecologistas era de que, no dia 31 de março de 1978, a forte tempestade arrastou o navio para o fundo do mar, onde a carga teria se espalhado, causando todo o desastre.” (PEREIRA, 2011, p. 137).

Mesmo próximos da verdade, os ambientalistas não conseguiram provar a sua tese e a opinião pública ficou dividida. Por outro lado, a história contada pelo governo do Estado não foi plenamente aceita. “Apesar de ter sido uma operação mal-sucedida, a campanha movida pelas entidades ecológicas não conseguiu impor a sua versão do real motivo pelo qual teria ocorrido o fenômeno” (PEREIRA, 2011, p. 137 – 138). Diversos indivíduos e entidades estiveram presentes no balneário de Hermenegildo em Santa Vitória do Palmar/RS, em 1978, quando da ocorrência da “Maré Vermelha” ou desastre ecológico.

Além da AGAPAN, de acordo com Pereira (2011, p. 138), outras entidades militaram no movimento ecológico sul brasileiro.

[...], a ADFG foi uma das entidades mais atuantes nos anos 1970. Criada em 13 de março de 1964, a Ação Democrática Feminista Gaúcha tinha como objetivo inicial uma maior participação feminina em questões políticas e sociais. Em 1974, porém as militantes assumiram a bandeira ecológica, após assistir a uma palestra de José Lutzemberger chamada *Os quatro princípios básicos da ecologia*, em 1972, num seminário ocorrido na Assembleia Legislativa (BONES, HASSE, 2002: 74). As integrantes da ADFG ficaram impressionadas com a perspectiva de entrar na luta ambiental e seguiram parceiras da AGAPAN em suas ações e reivindicações. Em 1981, a ADFG passou a representar a federação internacional Friends of Earth (Amigos da Terra), sendo até a atualidade o único membro brasileiro.

Uma segunda entidade, denominada de UPAN surgiu no interior da AGAPAN e depois se tornou independente. E, também, a partir disso surgiu, paralelamente, uma terceira entidade denominada de Movimento Roessler, neste contexto. Conforme Pereira (2011, p. 138 – 139):

Outra importante entidade foi fundada em 1971, em 13 de julho, em São Leopoldo, a União Protetora do Ambiente Natural, UPAN, nas dependências da Faculdade de História Natural da Unisinos. Inicialmente, esteve vinculada à AGAPAN, denominada AGAPAN/SL (Núcleo Leopoldense), pois alguns

de seus fundadores também faziam parte da associação porto-alegrense. Em 1986, ocorreu a mudança de nome, com a desvinculação da AGAPAN Porto Alegre. Passou a chamar-se UPAN, numa clara referência à UPN de Roessler, para homenageá-lo. Em 1978, mais uma entidade ambientalista é fundada no Estado, em Novo Hamburgo, com o nome de Movimento Roessler para Defesa Ambiental. O Movimento Roessler surgiu com o impacto causado pela Operação Hermenegildo. Essa campanha foi tão importante, que pessoas simpáticas ao tema da ecologia resolveram fundar essa entidade em Novo Hamburgo.

A partir dos anos de 1980, os movimentos ecológicos entram em uma nova fase. Apresentou-se no cenário ambiental uma quarta entidade de expressão, o Centro de Estudos Ambientais (CEA), fundado em Rio Grande, na Rua Tiradentes número 550, esquina com a Rua Dom Pedro I, no dia 18 de julho de 1983. Alguns membros da AGAPAN/Rio Grande reuniram-se no endereço acima, casa de Luiz Felipe Pinheiro Guerra, e apoiados pelo secretário da AGAPAN/Porto Alegre na época, João Batista Aguiar, fundaram o Centro de Estudos Ambientais. Entre outros, estavam: Helton Bartholomeu da Silva, Luiz Felipe Pinheiro Guerra, Adelino Marques Mendes e Nelson Reis de Oliveira Júnior.

No primeiro momento a intenção e os objetivos da fundação do Centro de Estudos Ambientais era a produção de conhecimentos ambientais, conforme Luiz Felipe Pinheiro Guerra (2012) em depoimento. Depois da saída de Guerra, o Centro de Estudos Ambientais ficou sob orientação de Antônio Carlos Porciúncula Soler e Luiz Antônio Rampazzo que são atuantes até hoje.

De acordo com Pereira (2011, p. 142):

O CEA também atua em conjunto com outras ONGs, pois considera “que os ecossistemas se espalham para além dos limites municipais e, no caso das Zonas úmidas, para mais além, através das fronteiras políticas do Brasil e Uruguai, requerendo uma aliança entre diversos agentes para a implantação de medidas de cuidado ecológico” (CEA, Website, Acesso: 09/12/2012). Entre suas campanhas, destacam-se demandas locais, como o “Movimento pela proteção das dunas de Rio Grande e do Balneário Cassino”; Movimentos “Lagoa limpa”, “Abraça a lagoa” e “Eu também quero a lagoa despoluída”, para proteção das lagoas gaúchas. O CEA, em cooperação com a Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), organizou o I Curso em Extensão em Direito Ambiental no Estado, em 1990. A entidade atua também em educação ambiental, no debate de políticas ecológicas e projetos em parceria com a UNESCO e o Ministério do Meio Ambiente.

Ao longo da trajetória dos movimentos ecológicos no Rio Grande do Sul, vimos três grandes pilares. Em um primeiro momento o conservacionismo de Henrique Luiz Roessler e Balduino Rambo. Em um segundo momento o ecologismo de José Antônio



Lutzemberger, tendo como influências externa a bióloga estadunidense Rachel Carson. A linha divisória entre Conservacionismo e Ecologismo é branda e em muitos momentos participam de lutas similares. O Conservacionismo tende a criticar aspectos da estrutura que promove agressões à natureza. Já o Ecologismo, desenvolveu uma crítica ao sistema industrial, não se limitando a defesa do meio natural, questionando o modo de vida como um todo, participando de lutas de caráter social. Dessa forma, o Rio Grande do Sul é o berço do ambientalismo sul brasileiro. Henrique Luiz Roessler lançou as bases e a raízes do ambientalismo através das suas práticas de defesa ambiental e crônicas ecológicas. José Lutzemberger, através da AGAPAN, lançou as bases de uma nova ética e moral ecológica. Dessa forma, dizemos que, as “Crônicas Ecológicas” na qual é o nosso objeto de estudo tem essas influências de pensamento. De Henrique Luiz Roessler e Balduino Rambo, passando por José Lutzemberger construiu-se, no Rio Grande do Sul, uma tradição de ativistas e críticos ambientais. Essa tradição, sem dúvida, irá influenciar a formação e as lutas do movimento ambientalista das décadas na década de 1970 em diante, tanto no Rio Grande do Sul quanto no restante do Brasil. Serão frutos dessas referências, os ambientalistas da AGAPAN/Rio Grande Luiz Felipe Pinheiro Guerra, Helton Bartholomeu da Silva e Adelino Marques Mendes, que constituíram uma tradição de críticos ambientais e ativistas ecológicos no município do Rio Grande/RS. Dessa tradição de críticos e ativistas ambientais, surgiu o que atualmente chamamos de Centro de Estudos Ambientais (ONG CEA), que é ainda hoje uma referência do ambientalismo sul brasileiro. Os herdeiros dessa longa tradição de ativistas e críticos ambientais estão ainda atuantes no CEA/Pelotas.

## Capítulo 3

### **JORNALISMO E AMBIENTALISMO: O CONTEXTO E O SURGIMENTO DAS CRÔNICAS ECOLÓGICAS DA AGAPAN/RIO GRANDE/RS NO JORNAL AGORA**

#### *3.1) Jornalismo e Ambientalismo no extremo sul do Brasil*

O desenvolvimento histórico da imprensa esteve relacionado à constante e permanente busca e divulgação de informações por parte das sociedades. Nesse sentido, a narração dos acontecimentos e as necessidades burocráticas e administrativas dos Estados consistiram em elemento motriz para a criação de sistemas de coleta e propagação das informações. Mesmo tendo uma história precedente, de acordo com Francisco das Neves Alves (1998, p. 7):

[...] só ao final do século XVIII e durante a centúria seguinte que o jornalismo veio a desenvolver-se e atingir sua fundamental importância na formação da opinião pública, acompanhando as ondas revolucionárias que demarcaram a história européia e mundial desse período.

O desenvolvimento da imprensa ocorreu paralelamente ao avanço das revoluções liberais. Desenvolveu-se de forma acentuada na França, Inglaterra e Estados Unidos da América. Alves diz que esta fase revolucionária serviu para certo incentivo das atividades jornalísticas em várias partes do ocidente. O autor (1998, p. 7) descreve o fato, assim:

Esta fase revolucionária serviu para dar extraordinário impulso às atividades jornalísticas em diversas partes do mundo ocidental, como na América Latina, onde tiveram importante participação nos processos de emancipação nacional, primeiramente na de colonização espanhola, onde as tipografias já se faziam presentes há um maior tempo e, mais tarde, na América Portuguesa.

De acordo com Darnton (1996 *Apud* ALVES, 1998, p. 7):

[...] a mensagem jornalística vem experimentando mutações significativas, em decorrência das transformações tecnológicas que determinaram as suas formas de expressão, mas sobretudo em função das alterações culturais com que se defronta e das adaptações por que passa a instituição jornalística em cada país ou em cada universo geocultural. Apesar destas diferenças na disseminação das atividades ligadas ao jornalismo através de diversas regiões onde a imprensa se fez presente, ela ajudou a dar forma aos eventos que registrava, constituindo-se numa força ativa na história ainda mais nos momentos em que a luta pelo poder foi uma luta pelo domínio da opinião pública.

O jornalismo desempenhou importante função desde o surgimento dos Estados Nacionais, não só na divulgação e informação dos acontecimentos, mas também contribui como espaço de discussão e formação de opinião. De acordo com Alves (1998, p. 8):

O significado da imprensa passou a ser tão fundamental que alguns autores chegaram a compará-la a um “quarto poder” nos Estados. No caso brasileiro, a exemplo da maioria dos locais onde se desenvolveu, ao atuar na orientação, formação e/ou manipulação da opinião pública, o jornalismo, ao longo de suas diversas etapas de evolução, transformou-se em verdadeiro elemento constitutivo da sociedade e refletiu, através das páginas dos jornais, os diferentes momentos históricos do Estado Nacional Brasileiro, bem como influenciou direta/indiretamente em cada um deles. Desta maneira, a imprensa tornou-se um fator essencial nas interpretações históricas a respeito da formação brasileira, nos seus mais diversos fundamentos, como político, o econômico, o social, ou o ideológico.

Praticamente em todo o século XIX, e, sucessivamente, ao longo do século XX, a imprensa teve papel relevante e eficaz na formação e difusão de informações, opiniões, hábitos, gostos, atitudes, desejos e opinião pública. A imprensa se constituiu como um instrumento de manipulação de interesse e na intervenção da vida social (CAPELATO, 1988 *Apud* ALVES, 1998, p. 8).

Nesse sentido, definindo o que para nós se configura o que é jornalismo, utilizamos o conceito de Clovis Rossi (2007, p. 7) quando ele afirma que:

Jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens. Mas uma batalha nem por isso menos importante do ponto de vista político e social, o que significa e explica as imensas verbas

canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar veículos de comunicação de massa.

O ato de descobrir/cobrir os fatos ambientais pelos meios de comunicação social, aqui estudado, o jornalismo impresso, foi de suma importância, não exclusivamente para o reconhecimento e para difusão da problemática, mas também para tornar a imprensa um dos agentes atuantes e de destaque para abordar ou discutir os temas ambientais. Ainda assim, a questão ambiental, como pauta de notícias para os veículos de comunicação, passou por um processo de diversas transformações, desde o surgimento das manifestações de temas e lutas ambientais. Essas modificações, conforme Petrarca (2008, p. 28) “alteraram a própria construção e definição de notícia ambiental no espaço jornalístico contribuindo, inclusive, para a emergência de um novo tipo de jornalismo denominado de ‘jornalismo ambiental’ ou ‘eco-jornalismo’”.

De acordo com Boltanski (1982 *Apud* PETRARCA, 2008, p. 28):

A investigação deste processo envolve, basicamente, duas dimensões principais. A primeira compreende a análise dos determinantes externos e das condições sociais e históricas que contribuíram para a inserção da temática ambiental na mídia. A investigação dos protestos e das campanhas ambientais tornou-se crucial para compreender as mudanças nas concepções de notícias ambiental e seu processo de inserção na imprensa. Já a segunda dimensão diz respeito à investigação do processo de formação de uma categoria profissional. Isto implica o exame dos mecanismos através dos quais os agentes se agrupam em torno de problemáticas comuns e o importante “trabalho de mobilização” realizado por um conjunto de agentes.

Complementando a ideia exposta acima, Petrarca (2008, p. 28) assim declara:

Uma das maneiras de dar conta destas questões é por meio da análise das trajetórias sociais e profissionais dos jornalistas que se apresentam como “jornalistas ambientais” e que evocam um pertencimento a esta categoria. Tal análise permite aprender os padrões de recrutamento, as estratégias e os recursos que caracterizaram o investimento neste setor, bem como as representações que eles têm de si mesmo e do seu pertencimento social.

A representação deste processo e as principais mudanças que decorreram da cobertura de notícias ambientais permitiram a compreensão do papel condicionante da imprensa no processo. E, portanto, os problemas ambientais geraram o surgimento de um grupo de jornalistas que centraram seus interesses em focar na construção e publicação de notícias que envolvem a temática ambiental. De acordo com Petrarca (2008, p. 29):

Uma das características principais dos jornalistas inseridos no espaço do chamado 'jornalismo ambiental' é a participação destacada em movimentos ambientais e grupos voltados à defesa do meio ambiente. Tais participações constituem um dos fatores determinantes na constituição desta categoria, uma vez que a formação de um espaço de atuação depende tanto dos determinantes históricos, quando da história biográfica e profissional dos agentes inseridos em tais espaços.

Aconteceu nos idos de 1960, a inserção da temática ambiental na imprensa e a dedicação inicial às reportagens ambientais no Brasil. Isto está relacionado a um conjunto de acontecimentos e fatos internacionais. Nesse momento, a tendência é a importação de matérias jornalísticas sobre a temática do ambiente. Diversos eventos internacionais ligados à questão ambiental, ou seja, as manifestações da contracultura ecológica e as conferências de meio ambiente abriram o precedente para a cobertura de notícias desse caráter. Em consequência, esse foi o principal foco das notícias sobre o meio ambiente nos jornais brasileiros. Esses jornais contavam com o trabalho de agências de notícias internacionais como fontes fundamentais das matérias jornalísticas (PETRARCA, 2008, p. 30).

De acordo com Andreolli, Loureiro & Pacheco, Pádua e Ramos (1992; 1995; 1992; 1995 *Apud* PETRARCA, 2008, p. 30):

No cenário internacional, a situação era de intenso debate sobre a problemática ambiental. Em 1968, ocorreu a Conferência da Biosfera, em Paris, e em 1971 foi construído o primeiro relatório do Clube de Roma, o qual chamava a atenção do planeta para os limites do crescimento. No ano seguinte, a Organização das Nações Unidas realizou, na Suécia, a primeira conferência internacional para debater sobre meio ambiente. Conhecida como Conferência de Estocolmo, ela contribuiu para expandir, de maneira geral na sociedade, o debate ambiental se constituindo, inclusive, como um marco importante para a emergência e inserção da temática ambiental no espaço jornalístico.

Outro fator condicionante do surgimento de um jornalismo ambiental são as manifestações feitas pelos grupos de ecologistas no final da década de 1960 e início da década de 1970. Nesse sentido, resultado desse intenso processo, as questões ambientais passaram a ser consideradas pelos jornalistas da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América. O surgimento de uma categoria de notícias e certas questões como, poluição, por exemplo, começam e ser vistas como problemas do ambiente. De acordo com Hannigan (1995 *Apud* PETRARCA, 2008, p. 31):

Antes desse período, sobretudo nos EUA, os jornalistas tinham dificuldade em reconhecer a temática ambiental como categoria especial de notícias separada da temática da conservação, a qual havia se tornado um tema destacado nos jornais com reconhecimento por parte dos jornalistas.

Complementando o dito acima, segundo Petrarca (2008, p. 31):

A cobertura internacional dos fatos ambientais, nesse momento, estava muito vinculada a acontecimentos extraordinários e fatos específicos que, aparentemente, não tinham nenhuma interligação. Contudo, depois de 1970 a cobertura ambiental feita pelos meios de comunicação passou a decair, recuperando essa queda durante a crise energética em 1973-74. Anterior a essa data, no final da década de 1970, em função de uma seqüência de eventos, a questão ambiental despontou como notícia e alguns jornais estabeleceram uma rotina para acompanhar os fatos ambientais, porém, pouco tempo depois, já em meados de 1970, a ecologia esmoreceu como notícia e os jornais abandonaram muitas destas rotinas. Mas foi novamente um tema espetacular, como o da crise energética, que contribuiu para restabelecer a publicização da questão ambiental na imprensa cotidiana internacional.

A despeito da importação de matérias jornalísticas ambientais através das agências internacionais de notícias, no Brasil, décadas de 1960 e 1970, destacaram-se alguns programas de televisão voltados a discutir questões ambientais. Nesse cenário, destacou-se o programa *Amaral Neto* da Rede Globo de Televisão, que explorava reportagens tendo como foco as belezas e riquezas da natureza brasileira. Andrade caracterizando a forma como o programa “*Amaral Neto*” abordava à natureza. O autor (2003 *Apud* PETRARCA, 2008, p. 31) descreve assim:

Abordada de forma sensacionalista, a natureza era apresentada mais como algo a ser explorado e desbravado do que como um objeto de políticas ou de proteção. Tal programa era organizado e editado por um deputado e respondeu ao projeto político e econômico do governo militar de incentivo ao progresso da nação por meio dos veículos de comunicação.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, ocorreu uma guinada no jornalismo ambiental sul brasileiro. As matérias que tinham como foco temas ambientais começaram a dar atenção aos problemas locais e nacionais. O Rio Grande do Sul marcou de forma pioneira, o início de uma tradição jornalística ecológica através das crônicas de Henrique Luiz Roessler, no *Jornal Correio do Povo*, nos anos de 1957 a 1963. Mais tarde, década de 1970, as reportagens sobre o polo petroquímico e o desastre ecológico no Balneário de Hermenegildo, em 1978, ganham acentuado destaque na imprensa nacional e internacional. Nesse sentido, as “fontes de informação das notícias,

através das quais se baseavam os jornais, deslocaram-se das agências internacionais para grupos ambientais nacionais e locais” (PETRARCA, 2008, p. 32).

De acordo com Loureiro e Pacheco (1992 *Apud* PETRARCA, 2008, p. 32):

Esta mudança está associada a uma maior atuação e organização do movimento ambientalista que se destacou, neste período, no estado pela realização de uma série de eventos impactantes. Além disso, o final da década de 1970 e início da de 1980 representa um marco importante na configuração do movimento ambientalista no Brasil, como um todo, pois é neste período que a questão ambiental passa a integrar a ‘agenda dos problemas nacionais’ ocupando espaço não só na esfera política como nos meios de comunicação.

Complementando o quadro descrito por Loureiro e Pacheco, Oliveira (2005 *Apud* PETRARCA, 2008, p. 32) assim expõe:

Esse momento é marcado por diversas ações do movimento que incluía ações de denúncia, manifestações de rua e campanhas com o objetivo de mobilizar a opinião pública. Esta ‘nova era’ do movimento ambientalista brasileiro se caracteriza por uma diferenciação do pensamento ‘conservacionista’, que marcou as décadas anteriores, e voltava-se para reivindicações de combate à poluição, aos agrotóxicos, pautado no ativismo militante e na mobilização coletiva.

No Estado do Rio Grande do Sul, nesse contexto, o movimento ecológico foi caracterizado pelo destaque de seus líderes e em relação às associações e entidades. Segundo Oliveira (2005 *Apud* PETRARCA, 2008, p. 32):

Baseadas em atuações personificadas, as intervenções ambientalistas traziam na linha de frente dirigentes com elevado capital social, econômico e político, capaz de garantir uma mobilização ampla da opinião pública, por meio das atuações e manifestações de rua, em um contexto de regime político fechado que caracterizou a década de 1970 no Brasil.

Neste processo histórico algumas polêmicas se destacaram nos jornais gaúchos. Exemplo marcante de polêmica é o fechamento da empresa Borregard, fábrica de celulose, que se instalou na cidade de Porto Alegre, no período de dezembro de 1973 a março de 1974, funcionando somente três meses. Correspondentemente à poluição gerada pela empresa, diversos jornalistas, muitos deles do exterior, foram atraídos. Um dos elementos que auxiliaram para o fechamento da Borregard foi uma campanha antipoluição liderada pela empresa de comunicação chamada de Caldas Junior. A

campanha foi encampada, especialmente, por um dos seus maiores jornais, o Correio do Povo. Conforme Petrarca (2008, p. 33):

A campanha iniciada pelo Correio do Povo atingiu proporções destacadas que contribuíram para pressionar o governo do estado. Devido ao mau cheiro provocado pela fábrica em dias de vento e por ter poluído parte do Rio Guaíba, o governo foi levado a tomar providências imediatas e, caso a empresa não resolvesse o problema, teria de fechar. Nesse período, o proprietário do jornal possuía um haras que estava sendo diretamente afetado pela poluição gerada pela empresa. Além disso, o jornal já contava com um quadro de ambientalistas, pertencentes a entidades de forte mobilização no estado que escreviam colunas semanais no jornal, o que contribuiu fortemente para desencadear, sustentar e legitimar a campanha liderada por tal jornal.

O caso da empresa de celulose Borregard gerou mudanças na produção de notícias acerca do meio ambiente em 1970. Outra polêmica que se destacou foi à manifestação em defesa das árvores feita pelo estudante Carlos Dayrell. Ele permaneceu horas em cima de uma árvore na Avenida João Pessoa em Porto Alegre. Tal manifestação tinha o intuito de evitar o corte de vinte e quatro árvores pela prefeitura municipal de Porto Alegre para empreender a construção de um viaduto naquela avenida. A manifestação ocorrida em 1975 foi reportada por diversos jornais do Estado e interestadual. Carlos Dayrell era membro-ativista da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). A entidade realizava reuniões para discutir ações de defesa das árvores que seriam atingidas com a construção do viaduto.

De acordo com Petrarca (2008, p. 34):

Assim, estes fatos, além de conferirem dramaticidade à questão ecológica, contribuíram para torná-la visível e de ordem pública. O tratamento dado pelos jornais à temática ambiental, na década de 1970, na imprensa gaúcha, foi marcado por acontecimentos espetaculares locais realizados pelo movimento ecológico e por grandes tragédias ambientais, ao contrário do que aconteceu nas décadas anteriores. Nas décadas seguintes, a temática, no interior da imprensa, se expandiu e novamente apareceu associado a uma maior intervenção pública do movimento ambientalista que se diversificou com a redemocratização do país.

Os anos de 1980 marcaram, no Brasil, o período de redemocratização. Nesse sentido, esse processo de democratização contribuiu para a expansão do debate ambiental em diversos espaços da sociedade, inclusive nos jornais. Esse debate ganhou força com retorno de exilados políticos da esquerda que, a partir desse momento, passaram a ter dedicação à causa ambientalista. Esta feição política favoreceu o



comprometimento dos ativistas e dos movimentos sociais, de forma geral, através de protestos e manifestações. Nesse sentido, o movimento ecológico se expandiu e passou a se inserir nas lutas políticas e nas eleições apoiando candidatos que tivesse os slogans ecológicos em suas campanhas. “Em 1984 a campanha pelas ‘Diretas Já’ contou com a grande parte dos ativistas ecológicos que participaram em favor das eleições diretas para presidente da república” (PETRARCA, 2008, p. 35).

Segundo Petrarca (2008, p. 35):

Além disso, esse período de euforia dos movimentos sociais e do movimento ecológico, em especial, também se refletiu na imprensa, que passou a se mostrar mais receptiva e favorável à temática ambiental, divulgando com mais frequência tanto as ‘tragédias ambientais’ como também os acontecimentos cotidianos. Esse é o período em que a temática ambiental passa a constar no cenário do debate público e a imprensa e os jornalistas se tornaram alguns dos principais atores sociais envolvidos. A década de 1980 foi marcada pela diversificação da temática ambiental nos jornais, ocupando as páginas de economia, política, educação e cidades. Um dos principais fatores que contribuíram para esta mudança foram as alterações no movimento ambientalista que, neste período, se caracteriza por uma diversificação não só nas formas de recrutamento das lideranças como num maior aumento de entidades e associações preocupadas em inserir a temática ambiental em diferentes setores, integrando-a aos debates sindicais, jurídico, as atuações político-partidárias, a militância estudantil, aos interesses das associações profissionais. Um dos destaques, neste momento, foi o crescente número de empresas acionadas judicialmente por lesões ao meio ambiente e desrespeito à legislação ambiental. Esse fato passou a ocupar espaço nos jornais, principalmente nos assuntos dedicados à economia e à legislação. Devido a isso, alguns jornais decidiram incorporar a questão ambiental na sua rotina de notícias.

Dentro desse contexto, destacamos como agentes histórico-ambientais o jornal *Agora* do município do Rio Grande e o ativista ecológico Luiz Felipe Pinheiro Guerra, objetos da presente análise. Nesse momento do trabalho iremos, brevemente, dar um histórico do jornal *Agora*. O referido jornal, paralelamente, ao jornal *Correio do Povo*, foi um dos agentes que incorporaram na sua rotina de notícias a pauta de lutas e questões ambientais.

### 3.2) O Jornal Agora

O Jornal *Agora*, fundado em 20 de setembro de 1975, é uma publicação de propriedade das Organizações Risul Editora Gráfica Ltda. Tem como área de abrangência Rio Grande, São José do Norte e região. Circula desde a sua fundação de segunda-feira a sábado, com foco principal em matérias locais e regionais. A Organização Risul Ltda iniciou suas atividades comerciais no ramo de montagem de pneus e, posteriormente, como gráfica e editora em 1958. Em 1962, a empresa adentrou ao ramo jornalístico e, com isso, lançou a publicação chamada de “*O Peixeiro*”. O jornal “*O Peixeiro*” iniciou com a tiragem de 2.000 exemplares distribuídos gratuitamente nos cinemas locais aos domingos. Em 1975, com a aceitação de “*O Peixeiro*” foi oportuno a sua transformação em diário, quando se deu a primeira edição do jornal *Agora*, em 20 de setembro de 1975, com a manchete de capa “*Cidade revive Bento*”, fazendo uma alusão a um dos líderes do Movimento Farroupilha. No dia 20 de setembro de 1985, o *Agora* publicou uma edição especial que descreveu uma retrospectiva da história do jornal e as notícias que marcaram época, alusivas aos 10 anos de sua circulação em Rio Grande<sup>12</sup>.

Nos dez primeiros anos de suas atividades jornalísticas, de 1975 a 1985, o jornal *Agora* noticiou diversos acontecimentos, e, dentre eles, as notícias de caráter ambiental e, logo após, em 1978, lançou a coluna *Crônica Ecológica*. Conforme o editorial do jornal *Agora* (1985, n. 2.969, p. 2):

Em dez anos de vida, muitas fases experimentou o “*AGORA*”, até chegar no formato e aspecto de hoje. Várias foram as equipes de reportagem e redação que por aqui passaram, sempre inseridas nas metas pautadas pela direção. Todos sempre com um pensamento maior determinante: dar o melhor de seu trabalho e de seu esforço no sentido de levar ao leitor, razão de ser de toda essa estrutura montada para garantir a existência de um jornal diário moderno e dinâmico, a informação segura, imparcial e honesta. No momento em que o Rio Grande do Sul comemora o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o “*AGORA*” completa seus dez anos de vida. Dez anos, tempo que durou a epopéia que os bravos do Rio Grande legaram às gerações que se seguiram. E que nós prosseguimos tentando imitar através da fidelidade aos ideais propostos desde a primeira edição.

<sup>12</sup> Breve histórico do Jornal Agora publicado em: [http://www.jornalagora.com.br/site/content/o\\_jornal/index.php](http://www.jornalagora.com.br/site/content/o_jornal/index.php)

Em 20 de setembro de 1985, o *Agora* destinou um caderno especial que conta um pouco da sua história. Também, dedicou espaço a uma entrevista com o seu diretor Germano Toralles Leite. Na matéria intitulada de “*Jornal Agora: 10 anos*” podemos observar o momento da fundação do jornal e uma breve retrospectiva dos anseios do diário. Conforme *Agora (Caderno 10 anos do Agora, 1985, n. 2.969, p. 1)*:

No dia em que o “AGORA” completa o seu décimo aniversário de fundação, em meio aos abraços e sorrisos pela data tão significativa para todos nós, uma palavra não poderia faltar, a do diretor presidente da organização que há dez anos passados, mercê do seu idealismo e disposição de dar a Rio Grande mais uma opção de luta por seus anseios, fez circular a primeira edição deste jornal. Passados dos dez primeiros anos, o diretor Germano Toralles Leite externa a sua euforia sentindo que a luta não foi em vão, pois a comunidade aceitou a sua ideia e hoje é, também, homenageada pelo “AGORA”. Falando à nossa reportagem, Germano Leite lembra os momentos da fundação do jornal, salientando que “com a circulação do semanário ‘O Peixeiro’, que criáramos para movimentar o setor gráfico que recém estávamos iniciando, começamos a sentir que a cidade poderia muito bem suportar mais um jornal diário, tendo em vista a sua estrutura de comunidade portuária em pleno desenvolvimento”. “Colocada essa ideia na cabeça – continuou o diretor do “AGORA” – começamos paulatinamente a nos estruturar para esse novo empreendimento, cuja responsabilidade financeira e social seria muito grande. Longos anos se passaram entre a ideia e a concretização do ideal, até que em 20 de setembro de 1975, colocávamos a primeira edição do jornal”.

Sobre a entrada do novo jornal na comunidade, Germano Toralles Leite assim se expressou, conforme *Agora (Caderno 10 anos do Agora, 1985, n. 2.969, p. 1)*:

“Nós tivemos aceitação maravilhosa por parte da cidade no lançamento, mas notou-se, na medida em que circulávamos na constância diária, uma expectativa e uma dúvida sobre a perenização do órgão, já que frequentemente empreitadas desse tipo não conseguem vingar, fatos ocorridos exatamente na ocasião com o jornal “Hoje” de Porto Alegre, cuja duração não chegou a 30 dias e, também, com o ‘Diário de Pelotas’, do Grupo Fonseca Júnior, que não passou do terceiro mês de circulação. Durante esses longos dez anos, muitos fatos positivos e negativos nortearam a vida do jornal. Fomos procurando imprimir uma dinâmica na sua confecção e apresentação para não torná-lo exaustivo, mas sempre com o propósito inabalável de servir à comunidade que o vem apoiando em todos os sentidos”.

Quanto ao trabalho interno do jornal, o diretor Germano Toralles Leite salientou que (*Caderno 10 anos do Agora, 1985, n. 2.969, p. 1*):

[...] temos tido muita sorte nas equipes que lado a lado têm partilhado o dia a dia na dura batalha contra o relógio, para o fechamento diário de cada edição. Como diz nosso editor, Moacir Rodrigues, “a cada jornal há uma nova

emoção, como se fosse sempre a primeira edição a realizar”. “A expectativa, a vontade de aprimorar é sempre uma constante”.

Germano Toralles Leite encerrou a entrevista dizendo que (*Caderno 10 anos do Agora*, 1985, n. 2.969, p. 1):

“Hoje comemoramos o primeiro decênio. Nossa meta futura é continuar o mesmo trabalho, num exercício de permanente crescimento, tentando fazer jús à confiança que nos tem sido depositada. Nesses dez anos de vida e de lutas, pudemos afirmar a nossa linha de conduta, abrindo espaço para todas as expressões da comunidade, quer religiosas, políticas, sociais e econômicas. Todos têm, no “AGORA”, a acolhida para externar seus sentimentos, suas queixas, suas dúvidas e suas reivindicações. E, assim, pretendemos continuar”.

Em retrospectiva dos dez anos de funcionamento do jornal *Agora*, contexto pesquisado pelo nosso trabalho, o diário noticiou diversos acontecimentos. Nesse sentido, em seus primeiros anos lançado em caráter experimental, o jornal *Agora* anunciava que Rio Grande receberia o Polo Petroquímico. Nesse momento, assumia a prefeitura o senhor Rubens Emil Correa. Para aquilo, o deputado Walter Troina pedia apoio de todos para que as instalações da indústria petroquímica ficassem em Rio Grande. Em setembro, de 1975, quando efetivamente começava as suas atividades na comunidade, o jornal *Agora* levantava duas questões que mais tarde viriam se confirmar, que eram: o Terminal Turístico da praia do Cassino e o Projeto Atlântico da FURG.

Havia destaque para os alagamentos, que até os dias de hoje acontecem por problemas causados pelo mau funcionamento dos bueiros. Com relação ao assunto, opiniões divergentes tiveram espaço no *Agora*. Uns falavam do lixo jogado nos esgotos e outros falavam que a prefeitura deixava a desejar na manutenção da via pública. Em outubro do ano de 1975, o *Agora* teve como pauta, a aquisição por parte do hospital da Santa Casa de Rio Grande uma bomba de cobalto, para os devidos fins de utilização de diagnósticos. Ainda em outubro, o ministro dos Transportes Dirceu Nogueira, anunciava no *Agora* que a BR 101, ou seja, a chamada “*Estrada do Inferno*” seria concluída em 1976. Ao final do ano eram anunciadas 324 casas populares para o ano de 1976. Em dezembro o *Agora* noticiou que um pescador riograndino foi metralhado próximo ao Chuí em águas uruguaias. Desse ataque, segundo o *Agora*, resultou num tripulante ferido.

Ainda no mesmo mês foi feita uma reportagem sobre as “malocas” da Rua Henrique Pancada, denunciando seu estado precário e outras notícias viraram pauta e matérias no jornal *Agora*. Continuando a linha de raciocínio, expressando o que nos evidencia o jornal (*AGORA, Caderno 10 anos do Agora, 1985, n. 2.969, p. 9*) que:

O ano de 76 iniciava com a Câmara de Vereadores tendo em sua mesa, somente vereadores da ARENA – Aliança Renovadora Nacional, cujo presidente era Édes Cunha, hoje vereador pelo PDS. Em fevereiro, a situação sempre se repete, dizem alguns, mais de 100 caminhões aguardavam a barca de São José do Norte para proceder a travessia. Lógico que diante da deficiência de transporte, inúmeros eram os veículos obrigados a aguardar um ou mais dias até conseguir um lugar. Recentemente a balsa que faz a travessia esteve em conserto, sendo utilizados os serviços do DEPREC, porém, determinando um alarme geral na cidade nortense, que temeu ficar completamente isolada. Maio de 76, foi marcado pela preocupação com a pesca predatória da Tainha, já naquele tempo, se sabia que a pesca não poderia atender a processos discriminatórios. No mesmo tempo, era alertada a falta de Escolas de 2º Grau. Em meio a tantos problemas, surgia o desmatamento da Ilha dos Marinheiros e o pedido de aumento de mais 40% para o funcionalismo, tramitando na Câmara de Vereadores. Ao final do mês de agosto a SUNAB anunciava o aumento da carne e a Petrobrás o apoio a CRN – Companhia Riograndense de Nitrogenados, esta recentemente foi multada pelo alto nível de poluição apresentado. Com as características próprias de anos de eleições, as cisões partidárias surgiram a cada instante. A presença do Presidente da República – General Ernesto Geisel em Rio Grande fechou o mês com a inauguração da ponte sobre o São Gonçalo, cujo funcionamento já havia sido efetuado.

A partir do segundo ano de atividades, o jornal *Agora* introduziu alterações significativas, tanto no que respeita em termos gráficos quanto na questão editorial. Com o aumento de seu efetivo, o *Agora* a cada dia aumentava sua cobertura acerca dos acontecimentos do Rio Grande. Esta expansão foi reconhecida pela ADJORI (Associação de Diretores de Jornais do Interior) que durante a realização do seu 16º Congresso, ocorrido em Santa Maria, premiou o jornal *Agora* pelas suas campanhas comunitárias. A série de matérias que levaram o *Agora* a receber o premio versavam sobre saúde pública.

No que diz respeito ao contexto de atuação do jornal *Agora*, ocorriam certas limitações, pois ainda estávamos vivendo a ditadura civil-militar e o AI-5, ainda estava em vigor. De acordo com *Agora (Caderno 10 anos do Agora, 1985, n. 2.969, p. 9)*:

O ano de 1977 não foi fácil. O Ato Institucional nº 5 estava em pleno vigor e a liberdade de expressão era algo reclamado por todos os segmentos da sociedade. Não era fácil informar com a censura imposta pelas Forças Armadas. Por adotar uma linha editorial de informar aquilo que realmente acontecia, o jornal sofreu algumas pressões, principalmente de ordem econômica, como boicote a publicidade. Apesar da censura, as denúncias

feitas e os posicionamentos divulgados. Em 15 de dezembro de 1977, o vereador Edes Cunha, então da ARENA, declarou que, na sua opinião, o AI-5 deveria cair, justificando que deveria ser encontrada outra forma mais justa e mais constitucional.

O jornal *Agora* se colocou como um espaço de denúncias. São algumas denúncias feitas pelo jornal na época: a transferência da CIBRAZEM para Canoas e a desativação do prédio aqui no Rio Grande; na área cultural, o *Agora* alertou que Rio Grande precisava de um teatro para manifestações cênicas e culturais; denunciou o abandono dos cinemas e das casas de espetáculos. Porém, uma das denúncias mais importantes feitas pelo jornal *Agora*, no caso deste trabalho, foi o desastre ecológico em Hermenegildo, Santa Vitória do Palmar/RS. De acordo com *Agora* (*Caderno 10 anos do Agora*, 1985, n. 2.969, p. 9):

O fenômeno do Hermenegildo, praia perto de Santa Vitória do Palmar, também foi denunciado no AGORA. A reportagem acompanhou passo a passo o trabalho dos técnicos da saúde e as denúncias formuladas pelos ecólogos. Enquanto órgãos do governo afirmavam que o fenômeno que matou animais e inibiu a pesca era natural, os ecólogos defendiam que a situação era decorrente do naufrágio do navio Taquari que carregava em seus porões carga tóxica. Oficialmente, o caso foi encerrado como um fenômeno denominado de “Maré Vermelha”.

No mesmo ano, 1978, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo visitou Rio Grande. A vinda daquele general coincidiu com a ampliação do tamanho do jornal que passou a ser tabloide. A eleição dos riograndinos Rubens Emil Correa para prefeito municipal e Walter Troina para deputado estadual foram destaques da edição sobre as eleições daquele ano. Segundo semestre de 1978, marcou o início da luta ambiental de Luiz Felipe Pinheiro Guerra, e, conseqüentemente, dos outros militantes que vieram a fazer parte do elenco de críticos ambientais tendo como veículo de divulgação de sua militância e ativismo ecológico o jornal *Agora*. Em um primeiro momento, Guerra escreveu alguns textos e logo após a esses ensaios começou escrever a coluna “Crônica Ecológica” e também cobrir “notícias ambientais”.

O ano de 1979 marcou algumas mudanças significativas, tanto em âmbito nacional quanto local. Para o cargo de general/presidente foi escolhido João Baptista de Oliveira Figueiredo. Para tomar frente do executivo estadual foi escolhido Amaral de Souza, e, simultaneamente, Rubens Emil Correa como interventor do município. Neste ano, o *Agora* registrou a inauguração da Estação Ecológica do Taim, pelo ministro

Mário Andreazza. Em agosto mudanças ocorreram na direção do *Agora*, que iniciou nova fase. De acordo com *Agora*(*Caderno 10 anos do Agora*, 1985, n. 2.969, p. 9):

No ano de 1979, o AGORA registrou vários acontecimentos e casos que mereceram destaque especial e, a partir de setembro daquele ano, justamente quando o general João Batista de Oliveira Figueiredo começava a conceder alguma liberdade, o jornal anunciava mudanças de comportamento na sociedade local e estadual. No mês de setembro foi registrada a possibilidade dos bancos não abrirem naquele dia 3, pois os vigias de estabelecimentos bancários iniciavam um movimento de protesto por melhores salários. Alguns dias após o vereador Quessada denunciava que as casas da COHAB 2 estavam se desmanchando. A poluição já era tema discutido naquele ano e o então vereador “Didi” pedia providências à Secretaria da Saúde.

Em janeiro de 1980, o jornal *Agora* denunciava irregularidades na empresa de transporte “*Xavante*”. O jornal também noticiou um vendaval causando destruição na cidade. Nesse contexto, a AGAPAN/Rio Grande denunciava que a ligação do território da cidade do Rio Grande com a ilha da Torotama era misteriosa. Em março de 1981, o jornal *Agora* denunciava que as fábricas de adubo estavam poluindo as águas destinadas ao consumo da população e era descoberto o desvio de 100 mil litros de gasolina da refinaria Ipiranga. O jornal também anunciava o alto salário do prefeito municipal Rubens Emil Correa que ganhava quase meio milhão de cruzeiros por mês. A luta pela constituição para o Brasil foi comentada em março daquele ano. Em julho, o Secretário Germano Bonow veio a Rio Grande averiguar os problemas da cidade, e considerou inviável o monitoramento da poluição aérea em Rio Grande. No mês seguinte, foi registrado pelo *Agora* um surto de hepatite.

Em dez anos das suas atividades, o jornal *Agora* apresentou duas fases distintas. O primeiro editor do jornal *Agora* foi Joaquim Salvador Pinho, jornalista residente em Pelotas/RS. Pinho permaneceu na editoria do jornal *Agora* durante um ano. Na primeira fase, os fundadores tiveram responsabilidade de transformar um “ideal em realidade”, mas também de tornar sua existência conhecida e seu formato de “pocket-journal” aceito pelo público leitor e pelo meio empresarial do Rio grande. Em sua segunda fase, contando com melhor infraestrutura administrativa, o jornal *Agora* ganhou novo formato, diagramação simples, mas com uma cobertura quase local (*Agora, Caderno 10 anos do Agora*, 1985, n. 2.969, p. 7). Dentre os recursos humanos que contavam o jornal *Agora* citemos: editor Sérgio Marchese, colunista de cultura Adriana Saldanha, colunista social Silvana Libório Gomes, colunista social José Guimarães. Também os colaboradores: Raul de Bem, Helton Batholomeu da Silva, Adelino Marques Mendes,

Sandra Curi, Dom Frederico Didonet, Adelino Soares, Silvio Colombo, Luiz Felipe Pinheiro Guerra, Paulo Salies, Hélio Miranda, Antonio Ferrari, Horácio Gomes, Vera Beatriz Comin, Gil Barlem Martins, Oriente Salomão Dias, Alexandre Degani, Luiz Henrique de La Rocha, Hércio Nascimento, Suelma Figueiredo, Valdir Castro, Rosane Borges, Renam Rodrigues, Euripedes Falcão Vieira, entre outros.

### 3.3) Luiz Felipe Pinheiro Guerra e as Crônicas Ecológicas

O ativista ecológico Luiz Felipe Pinheiro Guerra, brasileiro, natural de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, nascido no dia 17 de junho de 1944, sob filiação de José Leocádio Guerra e Maria Ignez Pinheiro Guerra, casou-se em 19 de julho de 1975 com Mirna Iara Almeida Guerra. O casal “Almeida Guerra” teve dois filhos, Luiz Felipe Pinheiro Guerra Júnior e Carolina Almeida Guerra. No processo histórico da década de 1970, Luiz Felipe Pinheiro Guerra exercia atividades profissionais como militar. Guerra licenciou-se do exército em 04/10/1971 como segundo Tenente da Reserva. Logo após a sua licença do exército, Guerra atuou como ajudante de fiel no Departamento Estadual de Portos Rios e Canais, em Rio Grande. Luiz Felipe Pinheiro Guerra aposentou-se como servidor público federal, assistente em Administração na Universidade Federal do Rio Grande. Cursou faculdades de Economia, Matemática e Engenharia Civil (cursos interrompidos) e Geografia bacharelado (incompleto) pela Universidade Federal do Rio Grande. Obteve formação acadêmica completa em Licenciatura curta em Estudos Sociais (FURG), Licenciatura plena em Geografia (UCPEL) e Pós Graduação *Lato Sensu* em Administração pelo INPG (Instituto Nacional de Pós Graduação/FURG).

Em depoimento, Guerra nos diz que sua formação política tinha influências do nacionalismo. De acordo com Luiz Felipe Pinheiro Guerra:

Ainda que modernamente seja considerado anacrônico, minhas origens são nacionalistas. Quando morava em Porto Alegre, participei de passeatas em defesa da PETROBRÁS. Meu tio, já falecido, Luiz Vieira Guerra, militar do Exército, sargento de infantaria, serviu na Ilha de Fernando de Noronha e se dizia “Sargento do Lott”. Havia, nas forças armadas, um verdadeiro culto à defesa do que era nosso e o marechal Henrique Duffles Teixeira Lott era a vivificação desse culto. O “Legendário Tio Xirú”, em seu acalanto nacionalista, contava-me estórias da guerra e das suas vicissitudes em Fernando de Noronha. Foi o mentor da minha intelectualidade. Herdei do meu pai a índole Trabalhista (em 1982 fui candidato a vereador pelo PDT,



em Rio Grande). Conheci pessoalmente Fernando Ferrari e Leonel de Moura Brizola. Essas são as minhas origens políticas. Quanto ao que se refere a ideologia tenho lá minhas reticências ao termo. Muitos o estão usando em proveito próprio. Sou discípulo de José Antônio Lutzemberger, e, com ele, estive em várias ocasiões, mas, nunca ouvi dele a palavra ideologia. Quando os ecologistas “Românticos” forem lembrados pelas verdades que disseram, com muita coragem e ousadia, certamente a história as julgará como apologistas da ideologia da verdade e da coragem.

Na década de 1970, Guerra participou de alguns movimentos sociais. Foi líder portuário e vice-presidente da União dos Portuários do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme Guerra, “ainda, na década de 1970, tomei parte nas primeiras clarinadas da luta ambiental riograndina, constituindo a famosa “Vanguarda Petição” da luta em prol de um meio ambiente preservado aqui na ‘Noiva do Mar’”. Colaborador gratuito do Jornal Agora, Guerra, em depoimento, levantou a hipótese de, talvez, ter sido o primeiro e único repórter ecológico do Brasil com “carteirinha” na época. Também pertencia ao Escotismo até pouco tempo atrás. Suas publicações foram alguns textos jornalísticos escritos para o jornal “*O Peixeiro*” e, sucessivamente, para o jornal *Agora*. Também escreveu algumas crônicas para o jornal “O Balcão” do falecido ex-vereador e radialista Ayrton Lopes da Silva, mas sua principal publicação, sem dúvida, foi à coluna chamada de “Crônica Ecológica”, na qual Guerra fundou através do jornal *Agora*. Algumas referências de pensamento de Guerra são: A Bíblia Sagrada; A Velhice do Padre Eterno – Guerra Junqueiro; Os Livros Malditos – Jacques Bergier; Mar Morto – Jorge Amado; O Velho e o Mar – Ernest Hemingway; O Pequeno Príncipe – Antoine de Saint-Exupéry; livros esotéricos e de especulação científica.

No plano da luta ambiental, de acordo com Luiz Felipe Pinheiro Guerra, a intenção e aspiração do militante político ecológico eram:

Sem dúvida nenhuma, nosso ativismo ambiental foi uma luta política. Sempre afirmei em minha trajetória no ecologismo que minhas denúncias eram em prol da conservação da natureza. Dizia que o meu propósito era exercer pressão política para que as autoridades, públicas ou empresárias, se depurassem das suas incongruências. Não devemos esquecer que, na década de 1970, “poluição era sinônimo de progresso”. A aspiração de todo o membro da AGAPAN era provar ao mundo que era possível o desenvolvimento sem destruição da natureza. A maior conquista como ativista ecológico: até hoje eu me emociono!... tive educação espartana, na base do “homem não chora”. Agora, com fragilidade orgânica que o tempo me outorga, cardiopatia grave instalada, me permito ser emotivo. Mas, foi na entrada do “Guanabara Teixeira”. O supermercado havia instituído um concurso de desenhar sobre o meio ambiente. Vi aquela criança, um pequenino ser, guiado pela mão da sua mãe, ao olhar os desenhos, afirmou: “Mamãe, poluir a água estraga a natureza e mata o peixe”. Incrível!...

envergonhado por não poder conter a emoção que me alagou o olhar, escondi-me atrás de uma prateleira. As gerações vindouras, o futuro que era agora ali manifestado na voz daquela criança simbolizava a vitória dos “loucos da ecologia”. Nossa mensagem havia sido captada pelo futuro do planeta<sup>13</sup>.

Luiz Felipe Pinheiro Guerra era influenciado em sua luta ambiental, por diversos aspectos e/ou fatores. O primeiro fator, conforme Guerra em depoimento:

Uma das coisas que nessa minha luta ambiental tu me perguntasses uma vez, o porquê da coisa. Eu disse que na minha ancestralidade, eu tive um ancestral índio. Tenho muito de índio comigo. Me sinto muito bem numa floresta, num banhado, tah. Também, tenho sangue africano nas veias, então sou um exemplar típico, espécime típico do brasileiro. E claro, herdei o sangue lusitano. Ih, eu sempre gostei muito, agora e quando criança, naquela época, se usava a latinha, não tinha caixinha de leite longa vida, plantei muita folhagem, eu sempre tive folhagem. Plantei caroço de abacate. Então, a coisa veio vindo. E sempre fui muito chegado a natureza<sup>14</sup>.

Um segundo aspecto que influencia Luiz Felipe Pinheiro Guerra na sua luta ambiental foi à leitura do clássico “*Primavera Silenciosa*” da bióloga estadunidense Rachel Carson. Conforme Guerra:

Me permito, Rachel Carson, eu li esse livro, primeiro, como emprestado, depois eu consegui um num sebo, que é uma raridade. E, conta a lenda, que esse livro foi comprado, a toneladas e destruído. Ai, vem aquela celebre sanha que, ao longo da história da humanidade existem livros que são malditos. Quem cita isso é Jacques Bergier, nos seus “Livros Malditos”. E, ele foi um deles. Eu tinha até bem pouco tempo, um exemplar desse livro. Não sei, onde foi parar. Bom!<sup>15</sup>

Um terceiro fator que influenciou Luiz Felipe Pinheiro Guerra na sua luta ambiental foi às crônicas ecológicas de Henrique Luiz Roessler. De acordo com Luiz Felipe Pinheiro Guerra:

Meu pai sempre cuidou da minha cultura caseira. E, me comprava o “Correião”. “Correião” era o Correio do Povo antigo. Tá! Eu não cheguei a pegar a época do Correio do Povo Roseo, que foi na época da Guerra. Não existia papel de imprensa, e que usava o papel de segunda mão que era o Roseo. Mas, eu peguei o Correio do Povo, o meu pai sempre comprava aos domingos e vinha as Crônicas do Roessler. Aquilo também foi meu catequismo. Eu não excluo a possibilidade que eu tenha, dentro dos meus mal

<sup>13</sup>Depoimento de Luiz Felipe Pinheiro Guerra em 2012.

<sup>14</sup>Depoimento de Luiz Felipe Pinheiro Guerra em 2012.

<sup>15</sup>Depoimento de Luiz Felipe Pinheiro Guerra em 2012.

cuidados guardados, encontrar uma, duas ou três crônicas do Roessler que eu recortava do jornal<sup>16</sup>.

Guerra nos contou em depoimento que se espelhou nas crônicas de Henrique Luiz Roessler para iniciar no Jornal *Agora* a coluna *Crônica Ecológica*. Com a fundação das crônicas ecológicas, Guerra declarou que havia fundado um espaço democrático, ou seja, “uma tribuna livre”. E, dizia que as crônicas ecológicas não tinham nenhum proprietário e que não era propriedade dele. Então, o tripé que influenciou Luiz Felipe Pinheiro Guerra, em um primeiro momento, foi: a ancestralidade e o amor pela natureza, Henrique LuisRoessler e Rachel Carson. Porém, Guerra nos contou que sua migração à luta ambiental aconteceu via jornalística. Primeiro, ele começou escrevendo alguns textos ao jornal *Agora*, depois veio à filiação na AGAPAN. O ambientalista salientou que o jornal *Agora* cedeu a ele o espaço para as suas publicações. De acordo com Guerra são alguns nomes que vão apoiá-lo na sua luta ambiental, conforme o ambientalista:

Ai entra Jonas Cardoso, radialista consagrado, jornalista. E, eu converso com ele na editoria do *Agora*, porque a editoria do *Agora*, o jornal *Agora* foi a minha cidadela. Quem sabe até quantos transtornos eu não causei para o jornal. Questão até de publicação propagandas e essas coisas. Em função desse meu ambientalismo. Mas, eles me deram esse espaço e permitiram que isso ocorresse. Está lá guardadinho no Jornal *Agora*. Então, o Jornal *Agora* foi assim, um Davi a se insurgir contra Golias. Tá! Ele me apoiou. E, isso ai, eu agradeço muito ao Germano Toralles Leite, a Nilo Dias Tavares, a essa turma da época<sup>17</sup>.

Nesse sentido, a luta ambiental que Luiz Felipe Pinheiro Guerra fez parte, foi muito impregnada pela ânsia da abertura política, ou seja, pelo processo de redemocratização do país que vivia sob a ditadura civil-militar. Então, no mesmo contexto do corte das árvores em Porto Alegre, em Rio Grande estava ocorrendo o corte de algumas figueiras centenárias nas imediações do Pórtico da entrada da cidade e no antigo posto de abastecimento de combustíveis “Turing”, nas imediações do canaleta da cidade do Rio Grande. Foi que, conforme Guerra:

Ih, então, e o Jonas Cardoso, chega e diz, mas Guerra faz uma matéria disso ai que nós vamos publicar no *Agora*. Eu queria só salientar que nessa época o Jornal *Agora* era formatopocket-journal, Jornal de Bolso. E, esse jornal saiu

<sup>16</sup>Depoimento de Luiz Felipe Pinheiro Guerra em 2012.

<sup>17</sup>Depoimento de Luiz Felipe Pinheiro Guerra em 2012.

uma chamada na capa com foto das figueiras. Ih, nós evitamos, nós, digo a nossa pessoa, jornal Agora, Jonas Cardoso. Evitamos com aquela matéria que as figueiras fossem cortadas. E, acredito que tanto da parte dos donos lá, eles, existia uma índole ecológica. Porque eles concordaram em não obstar. E, até hoje existe lá. Se não me engano é uma na Klinger, no posto Turing continua, mas, não com esse nome. Figueiras. É, Posto Ipiranga. E as figueiras estão ali. Aquilo pra mim, segundo a minha observação é uma fícus dera [...]. É uma seringueira de jardim. Táh, e elas estão ali. Interessantíssimo, isso ai foi uma das gêneses da minha chegada ao jornal<sup>18</sup>.

Anteriormente, Luiz Felipe Pinheiro Guerra havia feito uma síntese da Revista Lumina da Universidade de Juiz de Fora. A síntese analisava a pesquisa de um cientista da universidade que havia encontrado no ar, em São Paulo/SP o estrôncio noventa, elemento químico poluente, isso no final do ano de 1977. De acordo com Guerra, a primeira fase das suas publicações e lutas ambientais:

Um copidesc, uma síntese dessa revista. Foi meu primeiro artigo, primeiríssimo. Depois vieram “As figueiras do parque”, clássicas. Eu sinceramente não me recordo de alguma outra intervenção no Jornal Agora. Mas, nós começamos a freqüentar a editoria do jornal. E, sempre que surgia alguma coisa de ecologia, nós éramos entrevistados. Até para “Caldas Júnior”, até pro Correio do Povo. Isso ai, então, foi a origem, a coisa mais primeira, assim. E eis que, para contar Hermenegildo, assim, é interessantísimos notar Nilo Dias Tavares. Foi o homem que lançou Hermenegildo no noticiário internacional. E, ai eu já participei ativamente porque aquilo ali explodiu como uma bomba, ta, jornalística. Como a coisa aconteceu. O Nilo contava que ele estava na redação do Agora, e o major Sejanos Dornelles escreveu os “Últimos Bandoleiros a Cavalos” quer seja ele já está falecido. Ele telefonou, era um dos contatos que a Caldas Júnior tinha em Santa Vitória do Palmar. Um outro contato um homem de grande cultura Péricles Azambuja “A Fantástica História Geopolítica” entre tantos outros livros, então, esses dois eram os contatos da Caldas Júnior em Santa Vitória do Palmar. E o Major Sejanos Dornelles telefona pro Nilo e diz, que coisa engraçada, o Nilo contava bem assim: a praia está qualhada de mariscos mortos, existe um cavalo também que ta meio aloucado, existe um gato que está tremendo e muito peixe morto. E ai interessantíssimo, salientar, olha o tino do repórter, do jornalista que prescindiu um enorme furo jornalístico. Ele sentiu, o Nilo que aquilo era uma notícia que ia ganhar mundo. E pediu para o Major Sejanos Dornelles que ficasse ali que ele ia com outro telefone da Risul e não do Agora iria entrar na Guaíba Urgente num programa do Bisol, era Paulo Bisol, não é isso? Ele tinha um programa na Guaíba. E ele entrou com o som na TV. O Bisol fez a abertura, fez a chamada, e o Major Sejanos Dornelles e o Nilo servindo de pião aqui em Rio Grande falou do que estava acontecendo em Hermenegildo. E, ali então é inenarrável, é difícil dizer como a coisa explodiu. Porque ai começaram a pipocar diversas agencias de notícias, e isso que eu estou dizendo é verdade, A RoiterAssociaty Express, e tantas outras. E, isso ganhou o mundo. Hermenegildo foi a notícia que se manteve mais tempo em pauta no Correio do Povo depois das notícias da Segunda Guerra Mundial. Então ela se manteve em capa de jornal 45 dias. E é também necessário salientar que Hermenegildo também foi tomada de assalto.<sup>19</sup>

<sup>18</sup>Depoimento de Luiz Felipe Pinheiro Guerra em 2012.

<sup>19</sup>Depoimento de Luiz Felipe Pinheiro Guerra em 2012.

Outro texto importante do período, “pré-crônicas ecológicas” foi: “Hermenegildo estigma de uma tragédia ecológica”. Com as matérias, “O Gás Misterioso” e “Hermenegildo estigma de uma tragédia ecológica” inaugurou uma nova fase das suas matérias sobre a temática ambiental. Nesse momento, não ocorria um movimento ecológico arregimentado em Rio Grande, a luta era dispersa. Em Rio Grande, as lutas ambientais de caráter político começam via jornalística, e, após, adentram as rádios locais. Conforme Luiz Felipe Pinheiro Guerra:

Então, veja que efetivamente em Rio Grande esse ecologismo que eu conheço ele começou no jornal. E se espalhou para as rádios. Se espalhou para as rádios. Então, eu dei muita entrevista. Tá! Muita entrevista em televisão, houve um período que a poluição aérea em Rio Grande era tão grande que (senhor deu entrevista para RBS?) RBS, no Jornal do Almoço<sup>20</sup>.

Foi então que, em 31 de julho de 1978, na assembleia geral da AGAPAN/Porto Alegre Luiz Felipe Pinheiro Guerra, recebeu a sua carteira de sócio da entidade ambientalista. De acordo com Guerra:

Reunião na AGAPAN 31 de julho de 1978. Eu fui em pé no ônibus daqui a Porto Alegre. Como nós estamos vendo efetivamente eu era um apaixonado pela coisa. Não existem, dizem os filósofos, não existem paixões que não sejam pouco destrutivas. Não existem paixões inocentes. E o custo dessa minha paixão e eu não me arrependo disso. Agora eu causei um malefício a minha família. Tah! E, eu fui a Porto Alegre dia 31 de julho de 1978 eu fui em pé no ônibus, antes existia um banco que eu fui conversando com o motorista. Duas coisas hoje em dia não se viaja mais assim e nem se conversa mais com o motorista. Mas, também o trânsito da época convenhamos, né. A estrada quase que era só do ônibus. Bom! Recordo-me a Associação dos Orquidófilos ali na Andradas segundo andar e algo assim extremamente pitoresco. Eu fumava na época. E eu entrei, lá existiam bastantes pessoas, e aquilo ali devia ter lotado, eram mais de 200 pessoas. E era uma assembleia geral da AGAPAN. Eu me recordo que Lutzemberger chegou com uma jaqueta de couro sentou-se a mesa se não me engano estava a Hilda Zimmermam com a Magda Rener. E eu sei que eu fui chamado e ele me entregou a carterinha da AGAPAN em mãos. Aquilo ali marcou<sup>21</sup>.

No que diz respeito à formação de um núcleo da AGAPAN em Rio Grande, Adelino Marques Mendes organizou a delegacia local da entidade. Guerra em depoimento diz que Adelino Marques Mendes tinha capacidade de organização burocrática. Ele assumiu essa responsabilidade tanto da organização como da

<sup>20</sup>Depoimento de Luiz Felipe Pinheiro Guerra em 2012.

<sup>21</sup>Depoimento de Luiz Felipe Pinheiro Guerra em 2012.

representação do núcleo riograndino da AGAPAN em outras cidades. Paralelamente, a essas atribuições Adelino Marques Mendes foi muito ativo na luta e também na escrita das crônicas ecológicas. De acordo com Luiz Felipe Pinheiro Guerra:

Quem organizou muito a AGAPAN em Rio Grande e tinha essa capacidade burocrática e etc. e tal e viajava também foi Adelino Marques Mendes. Foi um grande aliado táh! Esse rapaz que eu falei. E pra vê como as coisas mudam na história, táh! Esse rapaz eu sempre falei tchê, te falei várias vezes. Por favor, o que eu vou dizer eu estou isento de qualquer discriminação. Mas esse rapaz sofreu muito, mais do que eu. Ele é de origem humilde, ele nasceu no Bairro Getúlio Vargas, era como se dizia na época, e não vai aqui nenhuma discriminação racial, ele era mulato. E era filho de gente pobre. O pai dele havia estado na Rússia era comunista e naquela época ser comunista era muito perigoso. (E ele também era?) Ele professava! Mas, ele já pertencia mais esse socialismo ele buscou agora o que mais ou menos existe na atualidade. Tah! Era extremamente perigoso. O pai dele foi prezo, etc. e tal. E esse rapaz ele tinha entre especializações, mestrados e cursos normais, ele tinha 6 a 8 diplomas de curso superior. Ele era odontólogo, aliás, ele se transformou depois, ele começou como oceanólogo, odontólogo, médico, e tinha várias outras. E esse rapaz ajudou. O Adelino foi grande batalhador, e ele foi quem praticamente organizou a AGAPAN em Rio Grande. Por favor, eu estou dizendo aqui, que a coisa no seu início não foi muito arregimentada porque havia sempre uma urgência. Eu recebia 2 a 3 denúncias por dia. Já não dava mais conta, e isso também foi incomodando a minha família<sup>22</sup>.

Perguntamos a Luiz Felipe Pinheiro Guerra quantos membros atuaram na AGAPAN/Rio Grande. Conforme Guerra existia poucos membros atuantes na entidade. Guerra disse: “eu atribuo assim se existia uns 20, estou exagerando. Era muito disperso, é praticamente nós vivíamos no campo de luta”. Guerra, também, comentou no seu depoimento que:

Aqui em Rio Grande marcou época. Se igualou a Porto Alegre, na quantidade na qualidade da luta ambiental. Por quê? Porque Rio Grande inevitavelmente por ser uma cidade portuária e industrial. E toda cidade portuária e industrial ela tem a sua problemática ambiental bem maior do que uma cidade turística. Não é isso. Bom!<sup>23</sup>

E outro ativista e cronista importante na militância ambiental riograndina através das crônicas ecológicas foi Helton Bartholomeu da Silva. Conforme Guerra, o Helton Bartholomeu da Silva, foi seu “guru de botânica”. O Helton Bartholomeu da Silva já havia sido membro do Centro de Excursionista Anhanguera de Rio Grande. Ele, também, era membro da Sociedade Brasileira de Botânica (SBB), do Centro de Estudos

<sup>22</sup>Depoimento de Luiz Felipe Pinheiro Guerra em 2012.

<sup>23</sup>Depoimento de Luiz Felipe Pinheiro Guerra em 2012.

de Toxicologia de Pelotas (CET) e do Núcleo de Estudos e Educação do Meio Ambiente (NEEMA). Já, Adelino Marques Mendes fora membro do Núcleo de Estudos Ecológicos e Conservação do Meio Ambiente de Rio Grande e da AGAPAN.

## Capítulo 4

### CRÔNICAS ECOLÓGICAS E A CRÍTICA AMBIENTAL NO EXTREMO SUL DO BRASIL (1978 – 81).

#### 4.1) Análise de Conteúdo da Coluna Crônica Ecológica

As “Crônicas Ecológicas”, objeto de análise dos nossos estudos, foi uma coluna “eco jornalística”, ou seja, discursos elaborados pelos ecologistas da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural do Rio Grande/RS (AGAPAN) publicados no Jornal Agora da mesma cidade entre 1978 a 1981. Entendemos por discurso o que Ciro Flamarion S. Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997, p. 538) definiram, dessa forma:

O discurso pode ser definido de diferentes modos – como sinônimo de fala (uso contingente da língua) em oposição à língua (sistema estruturado de signos); como unidade linguística maior do que a frase – torna-se então sinônimo de mensagem ou enunciado; como conjunto das regras de encadeamento das frases ou grupos de frases que compõem um enunciado; ou como enunciado visto a partir das condições de produção – linguísticas e sociais – que o geraram.

Entendemos que o discurso é uma mensagem e/ou enunciado, manifestante/manifestado de/em um ambiente histórico específico e fruto desse mesmo ambiente. Sendo as “Crônicas Ecológicas” “construção discursiva”, ou seja, uma coluna jornalística criada pelo ecologista Luiz Felipe Pinheiro Guerra da AGAPAN/Rio Grande que utilizou esse espaço para manifestar suas ideias, discutir temáticas ecológicas, tecer críticas ambientais, fazer denúncias e formar opinião pública. Então, tendo nas mãos os textos para construir a presente discussão educativa histórico-ambiental, seguimos o que Cardoso e Vainfas (1997, p. 539) comentam nessa passagem:

O pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica e o de que um documento é sempre portador de um



discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente. Ao debruçar-se sobre um documento, o historiador deve sempre atentar, portanto, para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de ideias. Especialmente no caso de pesquisas voltadas para a história das ideias, do pensamento político, das mentalidades e da cultura, o conteúdo histórico que se pretende resgatar depende muito da forma do texto: o vocabulário, os enunciados, os tempos verbais etc.

Ainda citando Cardoso e Vainfas (1997, p. 540):

Fixemos, pois, uma primeira “profissão de fé”: considerar o conteúdo histórico do texto dependente de sua forma não implica, de nenhum modo, reduzir a história ao texto, a exemplo do que fazem os autores estruturalistas ou pós-estruturalistas, que negam haver história fora do discurso. Pelo contrário, trata-se, antes, de relacionar texto e contexto: buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social.

Ciro Flamarion Cardoso em seu livro *“Uma Introdução à História”* versa que os textos não são tratados apenas em seus conteúdos e/ou enunciados. Eles precisam ser apoiados em alguma teoria e/ou corrente de pensamento político (CARDOSO, 1983, p. 54). É necessário verificar e compreender em que condições histórico-ambientais a produção dos discursos ocorreram. Nesse sentido, podemos dizer que os textos são frutos do contexto. Sem compreender o contexto, estaremos limitando, distorcendo e/ou manipulando os possíveis resultados de uma pesquisa histórico-ambiental. Complementando a afirmativa supracitada:

Negar a redutibilidade da história ao texto não significa, por outro lado, admitir que haja uma história independente do texto. A história é sempre texto, ou mais amplamente, discurso, seja ele escrito, iconográfico, gestual etc., de sorte que somente através da decifração dos discursos que exprimem ou contem a história poderá o historiador realizar o seu trabalho (CARDOSO e VAINFAS, 1997, p. 540 – 541).

Nesse sentido, o método é um instrumento de trabalho do pesquisador. Ou seja, as ferramentas para vencer as etapas da sua jornada de trabalho. Conforme Alves (2003, p. 59) é necessário elaborar um caminho, algumas etapas para o manuseio, análise das fontes e construção dos resultados da pesquisa. Como nossas fontes são discursos jornalísticos, acreditamos ser prudente seguir os conselhos de Cardoso e Vainfas (1997, p. 541) eles aconselham que:

...nem a história se reduz a estrutura do texto, nem tampouco esta deve ser desprezada para uma análise do conteúdo histórico-social dos discursos, [...] o modelo de Bardin contribui exatamente para resolver o problema da escolha das “unidades de registro e de contexto” em uma análise semântica. Tal escolha, afirma Bardin, deve ser pertinente “em relação às características do material e face aos objetivos da análise”.

Para empreendermos a análise da coluna jornalística, ou seja, “Crônica Ecológica”, utilizaremos os procedimentos metodológicos da Análise de Conteúdo. A Análise de Conteúdo é definida, dessa forma, pela sua mentora, Laurence Bardin (2002, p. 31):

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. [...] Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

Também encontramos definição semelhante e complementar em Roque Moraes, no seu artigo denominado de “*Análise de Conteúdo*”. De acordo com Roque Moraes (1999, p. 9):

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

Lendo e analisando as duas obras, tanto a “*Análise de Conteúdo*” de Laurence Bardin quanto a “*Análise de Conteúdo*” de Roques Moraes, verificamos que utilizando linguagem simples e didática, porém, não menos importante, o texto de Roque Moraes dá conta de nos explicar e orientar a aplicação do método. Por isso, a partir deste momento focaremos no diálogo com o texto de Roque Moraes. Como método de investigação, a Análise de Conteúdo, descrita por Roque Moraes, compreende procedimentos especiais para o processamento dos dados científicos na busca dos resultados de uma pesquisa. “É uma ferramenta, um guia prático para a ação, sempre renovada em função dos problemas cada vez mais diversificados que se propõe a investigar” (MORAES, 1999, p. 9).

A Análise de Conteúdo é uma técnica para ler, interpretar e compreender os mais diversos tipos de conteúdos dos mais variados tipos e/ou classes de fontes documentais. A matéria prima da Análise de Conteúdo é qualquer tipo de material que tem sua origem na comunicação. A Análise de Conteúdo em sua corrente qualitativa tem como ponto de partida uma série de pressupostos, os quais, no exame de um texto, servem de suporte para captar seu sentido simbólico. Este sentido nem sempre é manifesto e o seu significado não é único. Poderá ser focado em função de diferentes perspectivas (MORAES, 1999, p. 10).

Moraes também falara da relação texto/contexto. Conforme aquele autor, analisar e compreender o contexto torna-se um fator indispensável para o entendimento do texto. A mensagem da comunicação é simbólica. Para compreender os significados e mensagens expressas em um texto, portanto, é preciso levar o contexto em consideração. Outra informação relevante na hora do empreendimento da análise de conteúdo, exposta por Moraes expõem é que se torna necessário considerar alguns aspectos tais como: os autores dos textos, os destinatários, ou seja, o público leitor, e a codificação e a transmissão da mensagem. Conforme Moraes (1999, p. 11- 12) embora, “os dados estejam expressos diretamente no texto, o contexto precisa ser reconstruído pelo pesquisador”. Dentro desse processo, a análise de conteúdo orienta na sua empreitada metodológica cinco etapas que são as seguintes: *preparação das informações; transformação do conteúdo em unidades de análise e contexto; classificação das unidades em categorias; descrição e interpretação.*

#### **4.1.1) Preparação das Informações**

A primeira etapa da análise de conteúdo é denominada de preparação das informações. Nessa etapa da análise foi importante identificar as diferentes amostras de informação. Nesta primeira fase de preparação das informações, recolhemos todos os textos e depoimentos necessários e organizamos de forma a termos o acesso rápido aos elementos que embasaram nossas pesquisas.

Com relação às crônicas ecológicas, elas foram, em um primeiro momento, encontradas e catalogadas em uma planilha de dados de referência e/ou codificação. Nessa planilha constavam os itens: Fonte; Local; Dia; Data; Edição; Coluna; Página;

Título; e, Código. O código criado para identificar os discursos são as letras “**CR**” iniciais de **cr**ônica, o número em centena, exemplo, “**011**” e as iniciais dos nomes dos cronistas, exemplo, “**LFPG**”. Também, o código tem o número da edição e o ano na qual o texto foi publicado. Nesse sentido, os códigos ficam dessa maneira: “**CR 011 – 945 – LFPG - 1978**”. Tendo organizado dessa maneira, fizemos fichas com esses dados e, logo após, fomos ao jornal fotocopiar nossas fontes. Em seguida desse procedimento, digitalizamos e transcrevemos as crônicas ecológicas para facilitar o manejo das informações, observando que esses textos se encontram em anexo deste trabalho.

No que respeita o processo de pesquisa, investigamos o período de 1975, ano de fundação do Jornal Agora, até o ano de 1982. Porém, a emergência das nossas fontes acontece a partir do final do segundo semestre do ano de 1978. As crônicas ecológicas foram muito assíduas no ano de 1979 tendo uma pequena redução no ano de 1980. Elas reduzem bruscamente no ano de 1981, findando suas publicações em agosto do citado ano. Convém observamos um fator importante, nosso foco de investigação no presente trabalho foi a coluna “*Crônica Ecológica*”, mas paralelo às crônicas ecológicas ocorreram notícias e textos que fizeram referência às questões ambientais e geraram um amplo debate sobre o tema. Isso nos proporcionará a dar continuidade de pesquisa no campo das “notícias ambientais”, ou seja, no chamado “eco jornalismo”. A intenção aqui foi realmente focar na análise das crônicas ecológicas por entendermos que elas se converteram em um espaço de *Educação Ambiental Não Formal*, linha de trabalho aqui traçada. Com relação à bibliografia que ampara nossos argumentos, lemos e fichamos os livros necessários, seguindo os referenciais da Análise de Conteúdo, Educação Ambiental, Jornalismo, Ambientalismo e História Ambiental. Esta etapa de preparação das informações nos possibilitou termos o controle do trajeto da pesquisa e facilitou a empreitada das próximas fases de aplicação do método escolhido.

#### **4.1.2) Transformação do conteúdo em unidades de análise e unidade de contexto**

Nesta etapa de transformação dos conteúdos em unidades de análise foi relevante fazer uma leitura atenta dos textos. Fizemos no mínimo três leituras. A primeira leitura foi uma análise para apreender as características do conteúdo do texto. A segunda leitura foi uma análise atenta para grifar as partes e ideias mais importantes

do texto. A terceira leitura foi uma análise de reconhecimento e construção das unidades de análise.

A partir disso, definimos as unidades de análise. Conforme Moraes as “unidades podem ser tanto as palavras, frases, temas ou mesmo os documentos em sua forma integral” (MORAES, 1999, p. 6). Nossa intenção foi definir unidades de análises que nos permitam identificar nas crônicas ecológicas os diversos temas e críticas ambientais discutidos pelos ecologistas da AGAPAN/Rio Grande. Observamos nos três cronistas investigados que, ocorreu mutua influência nos discursos do grupo. Claro que, as suas escritas são particulares e que cada indivíduo tem suas particularidades e singularidades tanto políticas quanto pessoais.

Nesse sentido, logo após as leituras das crônicas ecológicas, estabelecemos três grandes unidades de análise e/ou registro, que são: *Temáticas e críticas ambientais em Adelino Marques Mendes; Temáticas e críticas ambientais em Helton Bartholomeu da Silva; e, Temáticas e críticas ambientais em Luiz Felipe Pinheiro Guerra*. Dessa forma, nossas unidades de análise se configuram, de um modo abrangente, aos textos completos dos autores, de certa forma, isolados em suas unidades de análise. O presente trabalho se propõe como unidade central de análise: à *crítica ambiental ao projeto societário de desenvolvimento econômico* adotado pelo Estado brasileiro (1964 – 1985), ou seja, os “corredores de importação e exportação” e os “Distritos Industriais”. Outras unidades de registro emergiram dos discursos dos ecologistas e que, de certa forma se relacionam ao tema central desta análise, pois fazem parte da totalidade “*ambiental*”, ou seja, temas como: a “Maré Vermelha em Hermenegildo”, a Campanha de Proteção à flora, fauna e ambiente natural, denúncia da poluição urbana e industrial, balneário Cassino e o turismo ecológico, Amazônia, agrotóxicos, energia solar e aspectos da botânica de Rio Grande e a questão ambiental em outras cidades do Rio Grande do Sul (Agudo, Cachoeira do Sul, Santa Maria, Porto Alegre). A intenção de nossa análise é verificar através das crônicas ecológicas como se configurou em Rio Grande a crítica ambiental com relação ao modelo de desenvolvimento adotado através da política dos distritos industriais.

#### 4.1.2. 1) Unidade de Contexto

Descrevendo nossa *unidade de contexto*, inserida na totalidade “*ambiental*”, Rio Grande localiza-se, geograficamente, na planície costeira do Estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil. Seu território configura-se numa faixa de terras baixas em uma península, na restinga do Rio Grande a sudoeste da foz da Laguna dos Patos. Situado ao sul do Trópico de Capricórnio, o território do município do Rio Grande é sujeito a condições climáticas temperadas brandas, influenciadas pelo oceano. O ecossistema costeiro riograndino é um rico ambiente natural de trocas entre a bacia sul rio-grandense e o oceano Atlântico. Por outro lado, as atividades humanas desenvolvidas na localidade são caracterizadas pelo modelo de sociedade capitalista moderna e urbano-industrial.

A respeito do processo de industrialização e urbanização em Rio Grande, houve dois momentos, que são: a industrialização espontânea, marcada por iniciativas individuais e familiares, ou grupos de pessoas detentoras de capital; e, a industrialização programada, marcada pelo planejamento e incentivo governamental obedecendo a um projeto de desenvolvimento econômico estatal-desenvolvimentista. Segundo Vieira & Rangel (1983, p. 152):

O primeiro tipo, industrialização espontânea, caracterizou um importante período do desenvolvimento riograndino. Representou a transformação da economia de predominância agropastoril e de comércio, do final do século XIX, num processo inicial de industrialização. As unidades têxteis, frigoríficas, de conservas e de pescado formaram o grupo de maior porte. A maior parte delas teve origem familiar, com lenta evolução, principalmente quanto à modernização tecnológica. Dentro desse grupo há dois grandes destaques: a Companhia Swift do Brasil, por ser uma grande multinacional da época, [...]; a Refinaria de Petróleo Ipiranga, que evoluiu e se transformou num dos mais poderosos grupos industriais privados de capital nacional do País. Instalada no longínquo 1937, deu origem às Empresas Petróleo Ipiranga, que formam um grupo de mais de 20 empresas. O acompanhamento da revolução tecnológica garantiu o crescimento e o vigor com que participa da atividade industrial do País. [...] integra-se inclusive no contexto da industrialização programada, com uma unidade no III Polo Petroquímico (...).

Ainda conforme Vieira & Rangel (1983, p. 152):

A industrialização programada alcançou o Rio Grande dentro de uma política muito ampla de desenvolvimento nacional e estadual. Necessitando equilibrar

seu balanço de pagamentos via economia de exportação, o governo federal passou a fomentar a política das grandes safras. O Rio Grande do Sul naturalmente foi um dos principais beneficiados. Potencialmente com grandes possibilidades agrícolas, o Estado aumentou rapidamente a tonelagem de seus produtos, principalmente a soja, muito valorizada no mercado internacional. A política das grandes safras exigiu investimentos consideráveis em transportes e armazenamentos. Nasceram os corredores de exportação com terminalidade no porto do Rio Grande. Os corredores de exportação envolveram os transportes ferroviário, rodoviário e hidroviário. Conseqüentemente, foi necessária a ampliação do porto novo e a projeção do chamado superporto, com moderna tecnologia em ambos os casos. A infraestrutura, tanto para o superporto, estritamente, como para o distrito industrial correu por conta do planejamento público.

Na década de 1970, iniciou-se uma fase de investimentos público/privado e com isso aconteceu grande crescimento econômico, fato semelhante ao ocorrido nos dias de hoje. Feita algumas obras vitais, a cidade transformou-se rapidamente em polo industrial, portuário e viário. Com as ampliações portuárias, a partir do Porto Novo e Superporto, a instalação do distrito industrial e, também, com a superação de dois problemas, água e energia, foram medidas concretas resultantes dos investimentos do Estado brasileiro, na época da ditadura civil-militar (VIEIRA & RANGEL, 1983, p. 129 – 130).

De acordo com Vieira e Rangel (1983, p. 135 – 137):

A partir de 1970, nova e grande fase de progresso começou a se delinear para o município do Rio Grande. A transformação da área portuária em grande terminal marítimo, nele desembocando os corredores de exportação da produção gaúcha, criou para Rio Grande a condição de polo de desenvolvimento. Como consequência natural, a política dos distritos industriais em voga no início da década de 70 destinou a área do retroporto à instalação do Distrito Industrial. O terminal marítimo não se limitou a uma expansão das instalações portuárias existentes, mas inclusive utilizando nova área, nas margens do canal de acesso, junto à Quarta Secção da Barra. As obras foram iniciadas com a construção da infraestrutura de acesso, viária permitindo desde logo a construção do primeiro terminal graneleiro, de responsabilidade da COTRIJUÍ, em 1969. Outras obras se seguiram, como silos verticais, terminal de carnes, todas as obras de grande porte e vultuosos investimentos públicos.

Com o fomento do capital estatal, desenvolveu-se um terminal marítimo que exigiu a formação de um complexo sistema viário. As ferrovias do Estado tornaram-se importantes complementos desse sistema, dirigindo-se à Quarta Secção da Barra. Para garantir um rápido escoamento da safra investiu-se na interligação através da malha ferroviária até a zona do superporto. O sistema de transportes rodoviário, ferroviário e

hidroviário cumpriu importante papel na política dos corredores de exportação (VIEIRA & RANGEL, 1983, p. 137).

Com todos os fatores necessários em termos de infraestrutura, ou seja, abastecimento de água, sistema viário e energético, Rio Grande reuniu as condições materiais necessárias à implantação do terminal portuário e distrito industrial e o crescimento econômico aconteceu de maneira rápida. Constituiu-se em Rio Grande uma unidade de gaseificação a Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados (CRN). O gás produzido pela companhia supriu as indústrias de fertilizantes, secagem de grãos e alimentos, substituindo o óleo combustível em aproximadamente 30.000 toneladas ao ano (VIEIRA & RANGEL, 1983, 139).

De acordo com Martins (2006, p. 192):

[...] as empresas de fertilizantes e de óleos vegetais seriam as duas tipologias industriais que preferencialmente se instalariam na cidade do Rio Grande, pois eram empresas que necessitavam da proximidade do porto como forma de baratear custos. Se os insumos eram quase totalmente importados, no caso dos adubos, a produção dos derivados da soja era em sua maioria exportada.

Na lógica estatal-desenvolvimentista dos governos civil-militares, criou-se uma grande infraestrutura financiada pelos capitais público/privado implantando uma plataforma portuária de importação e exportação. Simultaneamente, se criou as condições materiais necessárias para a implantação de indústrias que acompanhavam a envergadura portuária. Por outro lado, Rio Grande recebeu grande contingente de migrantes atraídos para trabalhar como mão de obra na construção daquela infraestrutura e, também, para trabalhar nas indústrias. Além do mais, de acordo com Martins (2006, p. 193), “a indústria pesqueira estava em expansão desde a década anterior e seria nas duas décadas posteriores (1970 e 1980) que apresentaria seu maior crescimento quanto à criação de empregos e volume de matéria-prima transformada”.

De acordo com Martins (2006, p. 195), embasado em Domingues (1995):

Para o Superporto, o Distrito Industrial do Rio Grande e os Corredores de Exportação no Estado, foram aplicados mais de quatro bilhões de dólares. Quanto ao investimento especificamente no setor secundário, de empresas de fertilizantes e de óleo de soja, o montante chegou a 365 milhões de dólares, destinado à infraestrutura dessas firmas. Os investimentos em terminais portuários estatais e privados foram da ordem de 500 milhões de dólares, e nos terminais retroportuários (destinados a armazenar e transportar grãos, *containers*, óleos vegetais, produtos químicos e petroquímicos, assim como carga geral) foi investido um montante de 129 milhões de dólares. Investiram-se recursos, predominantemente públicos, para a infraestrutura



necessária, num montante de 3.041,80 milhões de dólares em rodovias, energia elétrica, estruturas ferroviárias – ainda estatais -, telecomunicações, abastecimento de água e desapropriações. Nisso se incluíram ainda outras obras, como instalações e equipamentos utilizados diretamente no porto.

Localizado entre o Saco da Mangueira e o Oceano Atlântico, encontra-se o Distrito Industrial, na zona sul da cidade, juntamente com as instalações do Superporto. Conforme Martins (2006, p. 199):

O Distrito Industrial, além de dispor de uma área implantada de 2.500 hectares, tem localização privilegiada, pois fica atrás do Superporto, zona também chamada Retroporto e próximo à desembocadura da Laguna dos Patos, em cujo extremo localizam-se os molhes da barra. Essa área era ocupada até então por agricultores e criadores de gado leiteiro, que nessa época foram desapropriados.

Grandes contingentes populacionais atraídos pela abundante demanda de mão de obra permaneceram na cidade engrossando a periferia urbana na disputa por imóveis, principalmente nos bairros destinados à faixa de baixa renda, ou seja, nas chamadas COHABS, exemplo, COHAB I e II, Parque Marinha e Parque São Pedro. No que diz respeito às transformações do espaço urbano em Rio Grande, ocorreu preenchimento dos lotes da periferia correspondente a um afrouxamento na pressão imobiliária sobre a área do centro e dos bairros centrais. Foram criados cerca de dez mil postos de trabalho na construção civil.

De acordo com Domingues (1995 *Apud* MARTINS, 2006, p. 201):

Além das empresas e indústrias, nas décadas de 70 e 80 foram implantados 14 terminais retroportuários – 11 no DIRG e cinco na retaguarda do Porto Novo e junto à área urbana. Tais terminais operavam com farelo de soja (quatro terminais), arroz (um terminal) e produtos diversificados, como ácidos, óleos vegetais, fumo, produzidos no Rio Grande do Sul.

Paralelamente, ao crescimento industrial em Rio Grande, se evidenciou alguns aspectos negativos: tanto social, quanto ecológico. Geralmente, os pólos industriais são terríveis focos de poluição com emissões de efluentes líquidos, emissões aéreas e dejetos tecnogênicos devastadores ao meio natural e ecossistêmico e o caso do Rio Grande não é nenhuma exceção, sendo equiparada, nas décadas de 1970 e 1980, a Cubatão/SP.

De acordo com Vieira e Rangel (1983, p. 155):

A posição geográfica do Rio Grande é de grande importância ecológica. O meio ambiente apresenta um notável cenário de vida, a partir da consideração de sua feição estuarial e costeira. Os dois ambientes estão profundamente ligados por condições naturais, favorecendo a presença de extraordinários ecossistemas. A vida que se desenvolve nos dois ambientes repousa nas trocas permanentes da matéria e energia. É na verdade uma parte da biosfera em circuito constante e de certo modo fechado.

Ainda, conforme Vieira & Rangel (1983, p. 157):

Não se deve esquecer que algumas das principais fontes poluidoras já operam em Rio Grande, liberando produtos tóxicos de elevado grau de nocividade: gás carbônico, óxido de carbono, bióxido de enxofre, diversos compostos químicos ausentes em estado natural, substâncias sólidas em suspensão no ar atmosférico, produtos liberados do refino do petróleo, mercúrio, chumbo, cádmio e o perigoso cancerígeno benzopireno. Em termos do processo de urbanização, funcionam como agentes principais da poluição: os transportes (rodoviário, ferroviário e hidroviário-marítimo) e as empresas industriais.

Portanto, nesse sentido, as atividades humanas tornam-se imperativos que criam e estabelecem ações e impactos na relação sociedade e natureza decisivas ao ambiente. De acordo com os mesmos autores, a “riqueza do meio estuarial-costeiro está espantosamente próxima à atividade básica do Rio Grande”. Aqui a relação sociedade e natureza coexistem mediadas por atividades econômicas de alto grau de nocividade aos sistemas naturais e isso vem sendo desenvolvido em um processo de longa data, obedecendo aos imperativos de um modelo de sociedade moderna capitalista e urbano-industrial (VIEIRA & RANGEL, 1983, p. 156). Paralelo, ao modelo citado acima, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) constituiu um movimento político que, no final da década de 1970 e início da de 1980, se configurou como frente de luta tanto no que diz respeito ao ativismo, quanto à crítica e a formação da opinião pública através da imprensa riograndina, ou seja, ocupando espaço nas rádios, emissoras e jornal *Agora*. Nesse sentido, o ecologista Luiz Felipe Pinheiro Guerra, via tipográfica, constituiu o que ele chamava, na época, de uma “tribuna livre”, ou seja, o espaço denominado de “crônica ecológica” como um espaço de críticas, denúncias e formação de opinião pública, relativo ao modelo de desenvolvimento e a configuração política adotada pelo Estado brasileiro no período da ditadura civil-militar. Outros militantes da AGAPAN/Rio Grande fizeram-se presentes no espaço denominado de “crônica ecológica”. Cerram junto a Luiz Felipe Pinheiro Guerra, Adelino Marques

Mendes e Helton Bartholomeu da Silva constituindo, assim, a crítica ambiental riograndina.

### 4.1.3) Categorização

A terceira etapa da Análise de Conteúdo denomina-se “Categorização”. É o procedimento que visa o agrupamento dos dados considerando alguns aspectos temáticos, comum, existentes entre eles. De acordo com Moraes (1999, p. 7):

Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. Estes critérios podem ser semânticos, originando categorias temáticas. Podem ser sintáticos definindo-se categorias a partir de verbos, adjetivos, substantivos, etc. As categorias podem ainda ser constituídas a partir de critérios léxicos, com ênfase nas palavras e seus sentidos podem ser fundados em critérios expressivos, focalizando em problemas de linguagem. Cada conjunto das categorias, entretanto, deve fundamentar-se em apenas um destes critérios.

A categorização é a etapa mais criativa da análise de conteúdo. “Entretanto, seja com categorias definidas *a priori*, seja com uma categorização a partir dos dados, o estabelecimento de categorias necessita obedecer a um conjunto de critérios” (MORAES, 1999, p. 8). De acordo com Moraes (1999, p. 8):

As categorias devem ser válidas, exaustivas e homogêneas. A classificação de qualquer elemento do conteúdo deve ser mutuamente exclusiva. Finalmente uma classificação deve ser consistente. Mesmo admitindo diferenças na aplicação e interpretação destes critérios, é importante discutí-los e compreendê-los.

Roque Moraes diz que as categorias necessitam e/ou devem ser válidas, pertinentes e/ou adequadas. A validade é a característica básica de um conjunto de categorias. Uma categorização válida significa que o aporte teórico e metodológico é adequado e pertinente. “Esta adequação se refere aos objetivos da análise, à natureza do material que está sendo analisado e as questões que se pretende responder através da pesquisa” (MORAES, 1999, p. 8). Exige-se com relação à validade e/ou pertinência que as categorias criadas tenham significado e sejam úteis no trabalho proposto, ou seja,

devem ser relevantes dentro da proposta de fundamentação teórica, problemática e seus objetivos. Conforme Moraes (1999, p. 8):

[...] todos os aspectos significativos do conteúdo investigado e dos objetivos e problemas da pesquisa devem estar representados nas categorias. Entre os dois extremos, criar novas categorias e criar categorias úteis e significativas, é preciso atingir um equilíbrio em que o número de categorias seja mantido no mínimo necessário.

Caso as categorias sejam escolhidas *a priori*, a pertinência ou validade será construída a partir do aparato teórico. Caso as categorias emergirem dos discursos e/ou conteúdos dos textos, os argumentos serão validados no decorrer da construção do trabalho. “Uma categorização válida deve ser significativa em relação aos conteúdos dos materiais que estão sendo analisados, constituindo-se numa reprodução adequada e pertinente destes conteúdos” (MORAES, 1999, p. 8).

De acordo com Roque Moraes (1999, p. 10):

As categorias resultantes do primeiro esforço de classificação, geralmente mais numerosas, homogêneas e precisas, podem ser denominadas de categorias iniciais. As que provêm do reagrupamento progressivo, com uma homogeneidade mais fraca, em menor número e mais amplas, poderão ser denominadas de categorias intermediárias e finais.

Ainda citando Moraes (1999, p. 10):

[...] a construção da validade e das outras características das categorias de uma análise de conteúdo, especialmente numa análise qualitativa, ocorre ao longo de todo o processo. Categorias definidas *a priori* já devem atender aos critérios de classificação de antemão, isto é antes de proceder à classificação propriamente dita do conteúdo. Categorias construídas a partir do próprio material exigem que o atendimento aos critérios de classificação ocorra ao longo do processo da análise. Os argumentos de validade, exaustividade, homogeneidade, exclusividade e objetividade precisam ser construídos ao longo da análise.

O processo de categorização é o que orientou nosso trabalho na construção da sua identidade teórica. A partir dessa etapa, foram escolhidas as categorias e os aportes teóricos necessários ao embasamento do trabalho. No que respeita ao processo de categorização do presente trabalho foram selecionadas *a priori* as categorias: crise ambiental, consciência ecológica, educação ambiental, história ambiental e ambiente (capítulo 1); ambientalismo (capítulo 2) e crítica ambiental (capítulos 2 e 4); eco

jornalismo e/ou jornalismo ambiental (capítulo 3); e, crônica ecológica, sociedade, natureza e desenvolvimento/progresso (capítulo 4). Procuramos discutir e fundamentar as categorias aqui escolhidas no decorrer de todo o trabalho numa relação dialética entre teoria (conceito) e prática (processo histórico).

#### **4.1.4) Descrição e Interpretação das Unidades de Análise**

A descrição é o primeiro momento da comunicação dos resultados. Logo após definidas as categorias e identificado o material necessário à construção é preciso comunicar o resultado deste trabalho. Conforme Moraes para “cada uma das categorias será produzido um texto síntese em que se expresse o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada uma delas”. Complementando a afirmativa, “é recomendável que se faça uso intensivo de ‘citações diretas’ dos dados originais” (MORAES, 1999, p. 11).

De acordo com Roque Moraes (1999, p. 11), “a organização desta descrição será determinada pelo sistema de categorias construído ao longo da análise”. O autor ainda diz que, o “momento da descrição é, sem dúvida, de extrema importância na análise de conteúdo. É o momento de expressar os significados captados e intuídos nas mensagens analisadas”. Dessa forma, iremos descrever o conteúdo de nossas fontes dentro das unidades de análise já construídas.

Para atingir uma compreensão aprofundada das mensagens empreendidas nos textos a serem analisados é necessário que se faça a interpretação dos conteúdos. De acordo com Roque Moraes (1999, p. 11):

O termo interpretação está mais associado à pesquisa qualitativa, ainda que não ausente na abordagem quantitativa. Liga-se ao movimento de procura de compreensão. Toda leitura de um texto constitui-se numa interpretação. Entretanto, o analista de conteúdo exercita com maior profundidade este esforço de interpretação e o faz não só sobre conteúdos manifestos pelos autores, como também sobre os latentes, sejam eles ocultados consciente ou inconscientemente pelos autores.

Paralelo ao exercício descritivo, o exercício interpretativo, em Análise de Conteúdo, numa abordagem qualitativa ultrapassa o nível manifesto dos conteúdos de um texto. Essa abordagem articula o texto ao contexto. Portanto, a partir das etapas

descritas acima, *preparação das informações, construção das unidades de análise e contexto, categorização, descrição e interpretação*, empreenderemos a redação final do texto, com os resultados da análise. A Análise de Conteúdo aqui empreendida será orientada por uma Educação Ambiental e uma História Ambiental, críticas. A intenção é justamente compreender o processo de construção da crítica ambiental riograndina, os temas discutidos e as lutas empreendidas pela AGAPAN em Rio Grande através da coluna jornalística Crônica Ecológica. A interpretação e compreensão da coluna “crônica ecológica”, resultará no reconhecimento de algumas ideias expressas e defendidas pelo movimento ecológico, nas suas denúncias, na sua crítica ambiental, nas suas lutas e na formação de opinião pública.

#### **4.1.4.1) Temáticas e críticas ambientais nas crônicas ecológicas de Luiz Felipe Pinheiro Guerra**

Luiz Felipe Pinheiro Guerra atuou como repórter ecológico no Jornal *Agora* do Rio Grande e como ecologista na AGAPAN/Rio Grande. Guerra foi uma das referências da luta ambiental no município. No que respeita a crítica ambiental riograndina, Guerra deixou um legado de oitenta e uma (81) crônicas ecológicas e foi o responsável pela criação do espaço de crítica ambiental no Jornal *Agora*. Guerra utilizou-se da coluna crônica ecológica a fim de disseminar ideias, fazer denúncia, construir opinião pública e desenvolver campanhas de conscientização ambiental. Porém, seu foco central de críticas, sem dúvidas, foi o projeto de crescimento econômico estatal-desenvolvimentista, ou seja, uma orientação do modelo de progresso da modernidade capitalista que estava sendo implantado em Rio Grande. Suas influências de pensamento são Henrique Luiz Roesler, Rachel Carson e José Antônio Lutzemberger. Guerra iniciou sua empreitada no jornalismo ambiental mediante alguns escritos anteriores à coluna “crônica ecológica”. Conforme Guerra, seus escritos clássicos da primeira fase de sua militância como jornalista e colunista ambiental são: “O Gás Misterioso” e “Hermenegildo estigma de uma tragédia ecológica”. Esses textos não serão tratados aqui, por causa do recorte da pesquisa, que centraliza a análise na coluna “crônica ecológica”. Posteriormente, ampliaremos nossa pesquisa e, aí sim,

outros textos fora crônicas ecológicas serão incorporados ao processo investigativo acerca do ambientalismo sul brasileiro.

A crítica ambiental riograndina foi inaugurada no dia oito (8) de novembro de mil novecentos e setenta e oito (1978) por Luiz Felipe Pinheiro Guerra. Nessa primeira crônica Guerra começou tecendo comentário às obras de infraestrutura que estava sendo construída, com incentivo do Estado brasileiro, que era gerenciado a época, pelos generais/presidentes sob o regime de ditadura civil-militar. Essas obras eram estratégicas ao crescimento econômico nacional e Rio Grande, assim, se converteu em polo de desenvolvimento. Seguindo os imperativos de um modelo de progresso da modernidade capitalista, Rio Grande converteu-se em canteiro de obra nos anos de 1970 e 1980, recebendo pesados subsídios financeiros, predominantemente públicos. As obras estavam sendo desenvolvidas para dar condições necessárias à formação de um corredor de exportação e importação, mas também à implantação de um complexo industrial de grande porte. Na primeira crônica de Guerra, podemos visualizar uma das obras.

Na estrada que ligava/liga o centro da cidade do Rio Grande ao balneário Cassino encontravam-se, nas proximidades do bairro Mate Amargo, placas das empresas de construção civil. Segundo Guerra, elas anunciavam “progresso”, ou seja, as obras que estavam sendo construídas com o intuito de abastecer de água o Distrito Industrial. Guerra configurou, descritivamente, a construção do canal adutor que amenizaria e supriria com água as necessidades de que o Distrito da 4ª Secção da Barra necessitava para executar suas atividades de transformação de matéria-prima (CR 001 – 946 – LFPG – 1978). De acordo com as palavras de Luiz Felipe Pinheiro Guerra:

Em rápida esticada até ao Cassino, deparamos com mais progresso naqueles páramos. Do dia para a noite, descendo o viaduto da Rede Ferroviária, proximidades do “Mate Amargo”, imponentes placas de firmas empreiteiras de engenharia surgiram prenunciando que canteiros de obras do Canal adutor de 25 km de extensão amenizará a sede de água industrial de que o Distrito da 4ª Secção da Barra está a se ressentir (CR 001 – 946 – LFPG – 1978).

Guerra observou e elogiou o projeto, pois nele continha a iniciativa voltada para o plantio de grama e árvore nas imediações do canal adutor. Conforme Guerra:

Parabéns!... As margens do Canal serão gramadas e 24 mil mudas de árvores serão plantadas. Começamos a desconfiar que algum apóstolo da Natureza andou metendo o bedelho naquele projeto. Fica, aqui o nosso apelo para que

derrubem o mínimo de vegetação. Somente aquela essencialmente necessária à construção do canal. Plantem essenciais nativas. Cerejeiras, pitangueiras, guabirobeiras. Toda a intervenção no ambiente natural deverá ser feita com o zelo de quem vai macular algo sagrado. Terra revolvida é terra perdida. A erosão se instala. O nitrogênio se esvai (CR 001 – 946 – LFPG – 1978).

Ainda sobre a obra do canal adutor, nas palavras de Guerra:

Que glória imensa teremos ao inflar nossos pulmões de ar puro, naquele local, daqui a alguns anos, pudermos proclamar ao nosso filho que homens de bem do Planeta Terra lá estiveram mais semeando do que colhendo. Conciliando o progresso e o desenvolvimento com o meio ambiente. Harmonizando a necessidade humana com a preservação da Natureza (CR 001 – 946 – LFPG – 1978).

Por outro lado, Guerra questionou sobre o destino e o tratamento que seria dado a água utilizada no Distrito Industrial. “Será tratada convenientemente antes de ser lançada no canal do Porto de Rio Grande?” (CR 001 – 946 – LFPG – 1978). Tal questão nos remete a pensar em como estava sendo utilizados os recursos naturais hídricos pelas indústrias e qual tratamento estava sendo dado a tais recursos. Em outra crônica Guerra observou que “a água que serve a Rio Grande está por demais comprometida pela poluição e que os sistemas de sustentação da vida no meio líquido que circunda a ‘Península Riograndina’ estão a definhando” (CR 005 – 970 – LFPG – 1978). A Federação das Associações dos Garagistas e Revendedores de Petróleo de Porto Alegre estavam estudando, a época, um meio de conscientizar e solucionar problemas oriundos do despejo de óleo, detergentes e outros efluentes líquidos poluentes na rede de esgoto pluvial que tinha o estuário do rio Guaíba como receptor. Guerra procurou, através desse exemplo, transpor a discussão do problema da poluição do meio hídrico para Rio Grande fazendo um comparativo. Conforme Guerra:

Particularmente, não somos técnicos, mas queremos crer, não haver necessidade de profundos conhecimentos científicos para concluirmos, por exemplo, que trazido o problema para o âmbito da nossa “Noiva do Mar”, veremos que a água que serve a Rio Grande está por demais comprometida pela poluição e que os sistemas de sustentação da vida em meio líquido que circunda a “Península Riograndina” estão a definhando. Ainda um dia destes, alguém de nosso círculo de amizade nos perguntou o que fazer ante o óleo que o canaleta carregava até os fundos da sua morada que faz limite ao sul com o “Saco da Mangueira”. [...]. Seria de urgência (porque entendemos que em preservação ambiental tudo deve ser feito com a máxima rapidez), a formação de uma comissão de estudos para aquilatar o problema dos despejos em meio hídrico aqui em Rio Grande, a exemplo do que está ocorrendo em Porto Alegre para tentar salvar o Guaíba que está agonizando (CR 005 – 970 – LFPG – 1978).



Fora o problema da água utilizada pelas indústrias e efluentes líquidos descartados no ambiente hídrico do município do Rio grande, Guerra tratou, tematicamente, a construção da estrada da Quarta Secção da Barra e a retirada das dunas para essa obra. Em crítica, Guerra diz que as dunas foram tragadas pelo progresso imediatista. Outro problema que surgiu em decorrência das atividades industriais são as árvores que estavam sendo abatidas e incendiadas. Fora isso a utilização industrial do Arroio dos Macacos, localizado a época, na Barra. De acordo com Guerra, o “‘Arroio dos Macacos’, outrora cenário de piqueniques e local de lazer dos Riograndinos, hoje se transformou em cloaca de dejetos industriais” (CR 002 – 965 – LFPG – 1978).

Em outra crônica ecológica, Guerra teceu pesada crítica aos impactos ocasionados pela expansão industrial e urbana. Reproduziremos a crônica completa. Assim, Guerra poetizou os problemas ambientais que assolavam Rio Grande, nas décadas de 1970 e 1980. Guerra diz assim:

SEJA BENVINDA, TEMPORADA DE PRAIA...

Das dunas ausentes,

Por motivos influentes.

Gigantescos contornos matizados de dourado

onde o visitante repoltraava sua satisfação na cálida areia.

Hoje quimera... Lembrança mórbida dos dias de antanho

Onde o assanho benfazejo das gaivotas, hoje mortas,

Loucas, alucinadas, aossadas

pelaarminha de salão.

SEJA BENVINDA, TEMPORADA DE PRAIA...

da fumaça chegando lá

triste ensejo do progresso desonesto

onde só o lucro fácil tem valor.

Fumaça cegante, asfíxiante, crescente

das árvores em redor

local onde nenhum herbívoro se atreve a ruminar.

Poluição sem par,

nuvem envolvente que empenha o olhar.

Tolhe a visibilidade

adentra os olhos

inibe nossa acuidade

Mas, não consegue penetrar na consciência

de nossas autoridades...

SEJA BENVINDA, TEMPORADA DE PRAIA...

da ausência de opções de lazer

O que fazer?

ante o “Bolaxa” fechado

O “Arroio dos Macacos” compurscado

vilipendiado pela atroz retificação.

As árvores da 4ª Secção destroçadas

Aprisionadas. O mato aramado.

SEJA BENVINDA, TEMPORADA DE PRAIA...

Dos caminhões a lavarem seus tanques no “VIEIRA”,

As fábricas seus filtros no “Senandes”  
 A cidade avançando, aprisionando.  
 O surto imobiliário desapropriando  
 O Balneário em si travestido  
 Em cidade dormitório  
 SEJA BENVINDA, TEMPORADA DE PRAIA...  
 do depósito de argamassa a afrontar o plano diretor.  
 Hoje um simples depósito, amanhã uma fábrica, depois uma cidade  
 A SE MUDAR PARA MAIS LONGE  
 “NOVO CASSINO”? “CASSINO SUL”?  
 E assim sendo, a não mudar nossa mentalidade,  
 um dia chegaremos a Hermenegildo.  
 Hermenegildo... Bem!... HERMENEGILDO?!.....  
 (CR 004 – 968 – LFPG – 1978)

Esta poesia acima reproduzida, particularmente, sintetiza as consequências geradas pela expansão urbana e industrial vivenciada em Rio Grande nos anos de 1970 e 1980. Falou da retirada das dunas para a construção da estrada da Quarta Secção da Barra. Falou do abate da fauna e da flora da região do Distrito Industrial. Também expôs a poluição aérea que emanava das chaminés das fábricas de adubo e poluição aos corpos hídricos (Arroio do Bolaxa, Arroio dos Macacos, Arroio Senandes e Arroio Vieira) que estavam sendo utilizados para lavagem de equipamentos industriais. Outro tema elucidado na poesia foi à expansão urbana e a transformação do balneário Cassino em cidade dormitório, chegando a prever o crescimento urbano até Hermenegildo. Não por acaso Guerra evocou nesse poema Hermenegildo, por causa da tragédia ecológica ocorrida naquela localidade em 1978, no município de Santa Vitória do Palmar/RS. Observamos que a previsão de Guerra não se afastou da atual realidade, por causa da expansão ocorrida no presente, na qual o bairro Querência expandiu-se ao que Guerra chamou de “Cassino Sul” e que hoje, convencionalmente, chamamos de Atlântico Sul.

Dentro da lógica de expansão industrial e urbana, o balneário Cassino estava à época, crescendo de maneira rápida. Conforme Guerra, o “Cassino está a se transformar em um novo bairro de Rio Grande”. De acordo com Guerra:

As empreiteiras de obras estão a travestir o Cassino em “Cidade Dormitório”. Onde irão parar os que demandam nossa “Vila Siqueira” para descansar no verão? A grande maioria das casas estão alugadas, não para veranistas, mas para firmas construtoras e similares (CR 013 – 981 – LFPG – 1978).

Com toda infraestrutura propícia ao alojamento de indústrias e dos trabalhadores, Rio Grande, foi e ainda é, alvo de instalações das mais variadas fábricas, transformadoras de matéria-prima e os mais diversos empreendimentos industriais.

Citemos um caso que Guerra enunciou em suas crônicas e que gerou amplo debate em Rio Grande na época, com a expansão do Distrito Industrial do Rio Grande, algumas empresas especulavam se instalarem naquele complexo industrial, como foi o caso da Eluma S/A indústria metalúrgica. Guerra assim, num primeiro momento, descreveu esse processo:

A metalurgia do cobre vem mesmo para Rio Grande. Assunto comprovado. Questão de tempo, apenas, e a “Eluma S/A” fará parte do complexo fabril do Distrito Industrial da 4ª Secção da Barra, cuja área designada já está sofrendo terraplanagem. A previsão aponta o ano de 1984 para a entrada em operação da primeira etapa do empreendimento metalúrgico, sendo que, naquele ano, pretende-se produzir 100 mil toneladas de lingotes e demais subprodutos. Até 1987, a “Eluma” aumentará sua produção em mais de 50 mil toneladas. Foi a possibilidade de “aproveitamento do ácido sulfúrico para fins industriais, além das reservas minerais de cobre e carvão do Estado”, que lograram êxito em escolher o Distrito Industrial de Rio Grande para a implantação do referido complexo metalúrgico (CR 008 – 973 – LFPG – 1978).

Ainda conforme Guerra:

[...] mais importante ainda é que a “Eluma” vem com a máxima intenção e disposição de não poluir. Sabemos que qualquer indústria de transformação de metais pesados (e muito em especial a do cobre) é, por si só, altamente poluente. Alega-se, porém, que a tecnologia hoje existente, se bem empregada, anulará por inteiro os agravos ao meio ambiente e a vida humana. O diretor da “Eluma” afirma “que o aproveitamento do ácido sulfúrico, para fins industriais, na região vai minimizar ainda mais o problema da poluição aérea”. E disse mais: - “Caso não houvesse esta possibilidade, este subproduto teria que ser lançado no ar, com todos os efeitos poluentes” (CR 008 – 973 – LFPG – 1978).

Por outro lado, Guerra ressaltava que para poder executar as suas atividades industriais a Eluma S/A teria, na época, que investir quarenta por cento dos dispêndios em equipamentos para prevenir a poluição. Mesmo assim, a empresa assumiu o compromisso de se instalar e “transformar o minério de cobre em produtos industrializáveis, tudo isso SEM POLUIR o recinto da 4ª Secção da Barra” (CR 008 – 973 – LFPG – 1978). Porém, esse debate gerou certa polêmica e Guerra o discutiu em outros momentos da sua crítica ambiental. Guerra procurou utilizar-se da capacidade compreensiva para entender a questão e caso necessário se posicionar contra ou a favor. Num primeiro momento, colocou alguns dados e num segundo momento mostrou os matizados que a questão da transformação do cobre poderia gerar. Em certo momento, Guerra teceu elogio à empresa, mas sempre salientando os malefícios dos possíveis

impactos ambientais da manipulação industrial da metalurgia do cobre. Conforme o ecologista:

A uma empresa que vem com esta excelsa intenção só nos resta creditar nossas boas vindas. Vamos, porém, tomar cautela de salientar que metais pesados e seus resíduos, quando lançados em bruto no meio hídrico, são potencialmente nefastos à fauna ictiológica, ao plâncton e demais habitantes do mar. [...]. Não é menos verdade que já foi denunciado, aqui em Rio Grande, que a metalurgia do cobre trará problemas ao meio marinho. [...]. Fala-se, inclusive, na extinção de determinadas espécies marinhas. Estamos, apenas, nos resumindo em sintetizar hipóteses que, se comprovadas, trarão malefícios a uma região que tem suas atenções voltadas para o mar, dele dependendo grande parte de sua população. Não vamos, porém, nos antecipar nos fatos. A “ELUMA” promete empregar toda a tecnologia existente, atualmente, para combater uma provável poluição que por ventura venha a acontecer. Vamos com calma, portanto. Aliás, nós gostaríamos de que alguém desse o exemplo para as demais fábricas que, efetivamente, sem a menor sombra de dúvida, estão poluindo em Rio Grande. [...]. Sabemos que falar nas fábricas de adubo que estão dizimando, por exemplo, as árvores da 4ª Secção é bastante delicado. Nem por isto, deixamos de denunciar (CR 009 – 974 – LFPG – 1978).

Conforme Guerra, a Eluma S/A prometeu que tomaria os devidos cuidados ambientais requeridos para o desenvolvimento de suas atividades industriais. Segundo informações obtidas por Guerra, o diretor daquela empresa afirmou ser uma oportunidade para o município o aproveitamento do ácido sulfúrico para fins industriais, isso minimizaria o problema da poluição área local. Por outro lado, conforme Guerra, a Eluma S/A teria as despesas de quarenta por cento (40%) dos investimentos com equipamentos para a prevenção da poluição. Existem dois lados da questão, que são colocados por Guerra. Um lado da questão versou sobre a conveniência econômica para o município, por outro lado, no entender do oceanólogo Adelino Marques Mendes, traria sérios problemas ambientais para Rio Grande. Guerra configurou a questão com certo senso compreensivo, ou seja, procurou olhar pelos diversos ângulos que a querela contém. Segundo Guerra:

Quando, ainda em prenúncio, a visibilidade da instalação da metalurgia do cobre no DIRG, penso haver sido bem delineada minha posição quando a possível e insofismável nefasticidade que qualquer destrave técnico no controle dos efluentes poderia causar ao ambiente marinho e ao recinto terrestre. Alinhei fatos, na ocasião, e, inclusive, não deixei de parabenizar a ELUMA pela honestidade de princípio com as quais buscava se impor como empresa idônea. Disse, também, que, no entretanto, qualquer otimismo deveria ser policiado com a apreensão eivada na experiência do cotidiano quando víamos tantas indústrias que juraram de “pés juntos” que não poluiriam e, agora, estão a lançar gases, os mais corrosivos, no ar. Arguidas a respeito e ouvidos dos técnicos incumbidos da minimização do problema,

logo vêm eles com a velha e surrada estória de filtros “mal dimensionados” e outros “que tais”. E, assim, a 4ª Secção da Barra encheu-se de poluição muito embora os projetos antipoluentes que não foram além do papel (CR 075 – 1111 – LFPG – 1979).

Em se tratando das empresas de adubo e suas emanações aéreas, técnicos do governo vieram fazer vistoria e disseram que era problema técnico. Guerra observou que o problema das emanações aéreas tinha outros ângulos que deveriam ser levados em consideração. A poluição aérea emanada das fábricas de adubo que compunham tanto o complexo industrial da Quarta Secção da Barra quanto à zona do Porto Novo tinham forte impacto ambiental. Guerra em crítica ambiental observou que:

Custa-me a crer, por exemplo, que toda aquela fumaceira das fábricas de adubo seja antevista só pela minha pessoa. Serei eu tão obcecado, assim, pela defesa da saúde dos outros e da minha, logicamente, que me pondo preocupado com aquelas maléficas baforadas a fluírem, impunemente, inclusive dos esgotos pluviais? E quem reside nas proximidades? Como ficam as crianças que inalam toda aquela sujeira aérea? E não venham me dizer que “é o cheiro do progresso”. Eflúvios agressivos à epiderme. Deve ser um vesicante pulmonar por excelência. Pois, o que aquele gás de adubo pode causar na sutil intimidade de nossos alvéolos do pulmão, quando ocorre esta maravilha que se chama hematose, que explicada melhor é a troca gasosa do ar sujo oriundo de nossas células, carregado de impurezas, pelo ar externo que e, ai reside a ironia, deveria ser límpido e isento de qualquer nocividade (CR 046 – 1041 – LFPG – 1979).

Ainda contra argumentando os técnicos responsáveis pela vistoria ambiental das indústrias de adubo, assim Guerra diz:

Penso que os que “se escondem da chuva” ali pela “VILA DA “NABA”, verdadeiros párias desta sociedade de consumo e desperdício, não possuem a mesma opinião dos nossos técnicos que, anestesiados pela convivência, levam, por exemplo, “uma tonelada e meia” de tempo para chegarem a concluir que um filtro destas fábricas está “sub-dimensionado”. Quem teima em sobreviver lá por aquele recinto ultra poluído, tanto hídrico como aéreo, fustigado por aquela névoa maléfica e nauseado pelo emporcalhamento daquelas águas (também, quase inteiramente, provocado pelos detritos industriais) deve ter sua visão bem diferenciada do que seja este maravilhoso progresso, tão ardilosamente implantado pelos idealizadores de nosso “magnífico” modelo econômico (CR 046 – 1041 – LFPG – 1979).

Em se tratando de poluição das fábricas de adubo, Guerra denunciou as emissões aéreas e as comparou ao fenômeno acontecido em Londres, o chamado “smog industrial”. Esse fenômeno é uma espécie de nevoeiro provindo da mistura de gases e/ou poluição do ar emanada pelas chaminés das fábricas. Como resultado, os principais

poluentes industriais de dióxido de enxofre-smog é um composto em grande parte responsável pela precipitação ácida. Fenômeno semelhante ocorreu/ocorre em Rio Grande gerando diversos impactos tanto no ambiente quanto na saúde humana. Guerra assim retratou o “smog industrial riograndino”:

Uma verdadeira névoa de fumaça impedia a visibilidade de quem vinha da Quarta Secção da Barra e demandava a cidade, aproximando-se da Ponte dos franceses, em uma dessas noites outonais. É claro que a oscilação de temperatura que produz o fenômeno da inversão termal, isto é, as camadas de ar menos densas ganham maior altitude e as mais adensadas ficam espargindo-se ao rés do chão, contribui para o agravamento do problema. Foi assim que Londres mergulhou em um violento e feroz “smog” que ocasionou várias vítimas. Muitos cardíacos e doentes pulmonares foram aniquilados pelo ar irrespirável que constituiu o famoso nevoeiro londrino de anos atrás. Sabe-se que a região de Londres, por exemplo, é propícia a reedição destes casos graves de poluição aérea. Mas, o ar que respiramos, cada vez menos puro e pleno de gases oriundos da descarga de automóveis e das chaminés das fábricas, é algo muito precioso para ser danificado com venenos mortíferos (CR 054 – 1066 – LFPG – 1979).

Ainda segundo Luiz Felipe Pinheiro Guerra:

Em Rio Grande, a poluição das fábricas de adubo aliadas a outras estão a crestar o arvoredo circundante. Já ouvi de muitos moradores do Bairro Getúlio Vargas que ali naquelas paragens não há mais o maravilhoso fenômeno biológico de desfrutar das laranjeiras, pereiras e abacateiros. A bela “NOIVA DO MAR” de outrora é mera saga na lembrança dos mais idosos. Hoje, triste e trôpega rameira deste progresso aniquilante está embriagada de emanações químicas. Suas águas, os recantos hídricos que delineiam a “PENÍNSULA PAPAREIA”, manchadas de óleo e outros resíduos começam a se tornarem impróprias à vida. Outro contribuinte para o despovoamento de nossas águas interiores é a pesca indiscriminada e predatória (CR 054 – 1066 – LFPG – 1979).

Guerra salientou que toda a poluição que dizimou a flora e a fauna do Rio Grande, a época, no entender de alguns coniventes com o modelo econômico dominante, é um preço “irrisório” que tínhamos que pagar pelo desenvolvimento. Essa ideia se enquadrou na lógica defendida pelos tecnocratas brasileiros que participavam dos seminários e colóquios internacionais, na qual declaravam que a “pior poluição é a da miséria” e, dessa forma, tentavam atrair os capitais estrangeiros para o país. Conforme Guerra:

Não irei corar de espanto o dia que, dentro deste modo canhestro de pensar, quando vier a querer desfrutar com meu filho daquele magnífico refúgio ambiental que é a Praça Tamandaré, nela encontrar uma moderna, e “florescente”, fábrica de transformação de minério instalada. O que direi

então ao meu pequeno JÚNIOR? É PROGRESSO, MEU FILHO, É O PROGRESSO (CR 054 – 1066 – LFPG – 1979).

Guerra vem argumentando, contundentemente, sobre os malefícios da poluição aérea demandada das fábricas de adubo. Comunicou que em reportagem pôde ter o contato com as emissões aéreas nas adjacências do Bairro Getúlio Vargas. Visualizou no interior das casas daquele bairro o resultado daquelas emissões que podia ser enxergada na superfície dos móveis. Guerra descreveu a situação insalubre em que viviam os moradores do Bairro Getúlio Vargas devido à poluição aérea resultante da produção do adubo. Conforme Guerra:

Imagina-se uma casa, o lar de uma pessoa, o local onde este ser habita ficar completamente toldado pela fumaça de uma fábrica de adubo que esparge ao ar suas nojeiras. Como consequência desta fumaceira o arvoredo da redondeza resta todo ele crestado pela impureza nauseante. Digo nauseante porque só de acompanhar a reportagem, voltei com a pele irritada, a garganta rouca e o peito doído de respirar aquela poluição. O que dizer daqueles que são obrigados a ali fixarem sua moradia? O que devemos fazer, quando um chefe de família nos mostra o assoalho da residência dele pleno de pó branco oriundo destas emanções e que adentra a casa pelas venezianas sujando tudo em sua passagem? [...] o arvoredo frutífero daquelas paragens não mais pode levar este nome; não por culpa das espécies arbóreas ali plantadas, mas, pela acintosa emanção aérea daquela fábrica. A saúde dos habitantes do Bairro Getúlio Vargas e adjacências, está seriamente sendo comprometida pois seus habitantes em vez de ar puro, respiram resíduos tóxicos de adubo (CR 056 – 1070 – LFPG – 1979).

Guerra vinha denunciando em uma sequência de crônicas a poluição aérea causada pelas fábricas de adubo. Para reforçar ainda mais suas denúncias ele vai à Rádio Minuano, no programa “Trinômio do Sucesso”, e assim sendo, posicionou-se, abertamente, contra as fábricas de adubo, indústria de transformação petrolífera e outras que estavam poluindo em Rio Grande. Assim Guerra descreveu tal fato:

Isto, porém, passa despercebidamente pela ótica dos que enfocam o progresso de uma urbe só do ponto de vista de um punhado de dólares. Contando que existam fábricas não importa para estes paranóicos do progresso que eles tragam cânceres de pele, otites crônicas e enfisema pulmonar. [...]. Ante a agressão tão nefasta de que estão sendo alvos os habitantes das vilas circundantes a essa indústria, tomei o microfone da rádio Minuano por empréstimo, em alguns momentos, no programa “TRINÔMIO DO SUCESSO” para me posicionar ante tamanhas aberrações (CR 056 – 1070 – LFPG – 1979).

Outro tema importante discutido por Guerra, e que está relacionado à crítica ao projeto estatal-desenvolvimentista em Rio Grande, são as desapropriações de terras para instalação de empreendimentos industriais. A questão assim é configurada na crônica ecológica de Luiz Felipe Pinheiro Guerra:

Em foco a desapropriação de terras na região do “VIEIRA”. Terras desapropriadas pelo CEDIC e que deverão ficar a disposição do progresso a partir de março, próximo vindouro. Enche-me de curiosidade que para dar início ou andamento a obras de indústrias e edificações de porte, logo órgãos governamentais acorrem com a máxima presteza cuidando que nenhum segundo seja desperdiçado a esmo. [...]. Meu maior temor é que os grandes teóricos deste progresso discutível, inexoravelmente vão terminar transformando em cloaca o lindo córrego no qual tantos veranistas atenuam a canícula dos dias de verão com um delicioso banho de sanga (CR 028 – 1011 – LFPG – 1979).

Ainda conforme Guerra:

Vem muito a propósito minha leitura sobre “As Atividades Industriais e as Leis de Proteção aos Mananciais”. A referida leitura traça aspectos de relevo da legislação de defesa dos recursos hídricos urbanos. Buscam, estes tópicos, disciplinar o uso e ocupação do solo, através da imposição de limitações urbanísticas, nas áreas de proteção aos mananciais. Começo a desconfiar do descumprimento destas leis no que diz respeito ao nosso Distrito Industrial, pois o que fizeram com o “Arroio dos Macacos” foi bem um exemplo da pouca atenção que os grandes homens de nossa nação procuram impingir ao meio ambiente (CR 028 – 1011 – LFPG – 1979).

Mediante a todos os problemas colocados até então, Guerra informou na sua crônica a reformulação do planejamento industrial do Rio Grande. Também, deu pistas que os mentores de tal projeto viriam ao município naquele momento. O ecologista assim teceu sua crítica:

Os faraós do progresso estão chegando. E parece que pretendem estacionar suas bigas douradas no município de Rio Grande. O que os forjadores de pirâmides pretendem fazer com a cidade e o município papareia é pura e simplesmente algo que transita entre o horrendo e o perplexo. Não imaginava que os paranóicos do progresso aparente estavam infectados de tanta megalomania. Agora estou de posse da “REFORMULAÇÃO DO PLANEJAMENTO BÁSICO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE RIO GRANDE – DIRG”. [...]. Se explodir todo este “magnífico” progresso que o livro está a estimular, azar da ecologia e do meio ambiente riograndinos. [...]. O próprio relatório é um festival pela imprensa de paradoxos. Reservam espaços “livres”. Áreas verdes despoluentes. Tudo no mais requintado e aberrante planejamento de onde o ser humano foi alijado. Quando a gente fustiga pela imprensa estes absurdos homéricos os coniventes com o sistema de destruição da natureza riograndina se param a contestar que virão indústrias e não poluição (CR 049 – 1058 – LFPG – 1979).



No que respeita ao documento da Reformulação do Planejamento Básico do Distrito Industrial de Rio Grande, Guerra levantou uma questão muito pertinente. O ecologista disse que a consecução de um projeto industrial deve ser construída e planejada por uma equipe multidisciplinar. Deveriam, conforme Guerra, estar presente na equipe de planejamento urbano e industrial, urbanistas, biólogos, engenheiros, químicos, meteorologistas, economistas, médicos e outros profissionais das mais diversas áreas. Segundo Luiz Felipe Pinheiro Guerra: “Nestes ‘outros profissionais’ eu penso estarem incluídos os conservacionistas, leigos interessados e demais elementos que constituem o ‘time sem camisa’ que luta em defesa do meio ambiente” (CR 069 – 1092 – LFPG – 1979).

Por outro lado, Luiz Felipe Pinheiro Guerra diz que:

As contradições são por demais gritantes. Onde, por exemplo, os mandantes da “Reformulação Básica” preocupam-se com a execução de controle ambiental na 4ª Secção da Barra? Será nas nocivas emanações das fábricas de adubo? Ou, por ventura, se desmesuraram em zelo nos cuidados com a natureza que acabaram em transformar o “ARROIO DOS MACACOS” em cloaca de uma fábrica de óleo de soja? [...]. Nossas autoridades projetam, formulam, ditam leis ambientais para depois nada disto cumprirem (CR 069 – 1092 – LFPG – 1979).

Como alternativa ao modelo de crescimento econômico Guerra sugeriu que se investisse no que ele denominou de “indústria sem fumaça”, ou seja, o turismo. Luiz Felipe Pinheiro Guerra “sempre disse que turismo, a famosa ‘indústria sem fumaça’ é uma das opções econômicas que os países desenvolvidos dela estão a usar e abusar” (CR 033 – 1025 – LFPG – 1979). Sugeriu no decorrer de suas crônicas que se restaurasse o patrimônio histórico e preservasse o ambiente natural. Conforme Luiz Felipe Pinheiro Guerra:

Nem só de indústrias vive uma comunidade. Paralelamente à civilização industrial convive a civilização do lazer. Esta é uma das mais recentes maneiras de conduta do homem moderno. Não tarda a amanhecer o dia em que o trabalho será pura e simplesmente desinventado com o advento absoluto da sociedade do lazer. Este processo que penso ser o último estado da evolução da Humanidade já reside incipiente em muitos países com redução de horas de trabalho e férias de fim de semana. Para onde irá esta civilização e o que fará? Para os lugares de lazer como, por exemplo, balneários, estâncias hidrominerais e, naturalmente, os refúgios ambientais onde a flora e fauna da região persistem intactas. [...]. Opções de lazer. Uma bem fiscalizada rede hoteleira. Um aprazível camping com todos os requisitos dos modernos locais do gênero. [...]. Lojas de souvenirs, pois este

tipo de comércio carreira muito dinheiro para o município (CR 033 – 1025 – LFPG – 1979).

Para execução de um projeto voltado para o turismo, Guerra explanou sobre a importância ecológica e de certa forma estratégica do balneário Cassino para o município do Rio Grande e algumas possibilidades para que a economia municipal se transformasse de um modelo industrial para uma organização econômica baseada no turismo. Segundo Guerra:

Cremos que Rio Grande deve muito a este balneário e mister se faz darmos a ele maior atenção, pelo menos no que respeita ao plano ecológico. Divaguemos um pouco em torno deste tema. Por exemplo, os visitantes que no ano passado brincaram naquelas maravilhosas dunas, verdadeiro cartão de visita de Rio Grande, ali no despontar dos molhes, não mais as terão nesta temporada. O progresso imediatista as tragou. Lembramos que em outros locais as dunas sempre foram objeto de preservação ecológica e de interesse turístico. Mas, aqui em Rio Grande, apesar da legislação existente cogitou-se de destruí-las em detrimento da construção das estradas da 4ª Seção da Barra. Nenhuma voz se levantou para defendê-las. E, já que a 4ª Seção veio à baila, o que se tem feito para preservar da incúria progressista aqueles remanescentes arbóreos de lá? O “Arroio dos Macacos”, outrora cenário de piqueniques e local de lazer dos riograndinos, hoje se transformou em cloaca de dejetos industriais. Mas, alguma coisa deverá ser feita, ainda há tempo, para que aqueles matos sejam tombados para que neles seja construído o Jardim Zoológico “Papareia”. Algumas churrasqueiras espalhadas estrategicamente, bancos, locais para refeições e, unindo o útil ao agradável, surgiria um parque do quilate de Santa Tereza ou mesmo do Zoológico de Sapucaia do Sul (CR 002 – 965 – LFPG – 1978).

Guerra, em crônica, falou da importância econômica, turística e ecológica do balneário e da praia do Cassino para o município do Rio Grande. Guerra assim descreveu a importância da praia do Cassino:

Temos a maior praia oceânica do mundo e disto muito nos regozijamos. O Balneário do Cassino é conhecido internacionalmente. Como praia sulina, todo o Brasil a visita. Melhoramentos nela foram empreendidos é bem verdade. O terminal turístico vai passar a funcionar embora não com todas as suas opções. Mas, o importante é que já o possuímos. Fala-se na fase adiantada da nossa área para campismo, o que, de fato, já está se tornando em novel atração do Balneário (CR 006 – 971 – LFPG – 1978).

No intuito de sugerir algumas alternativas e apontar algumas deficiências, Guerra disse que, por exemplo, lamentava a ausência das dunas que foram removidas para a construção da estrada da Barra. O ecologista ponderou, assim, sobre o planejamento feito para a construção da estrada. Conforme Guerra:

Devemos sempre ter em mente que, se não preservamos um recinto de lazer por intermédio de leis e um PLANO DIRETOR muito bem elaborado, a depredação acontecerá quase que inevitavelmente. Não admitimos nenhuma hipótese que, por ventura viesse a justificar a retirada da areia que servia de moldura aquele maravilhoso quadro turístico que é a entrada dos molhes (CR 006 – 971 – LFPG – 1978).

Como possível alternativa ao modelo de desenvolvimento proposto pelo Estado brasileiro a Rio Grande, Guerra sugeriu um projeto societário calcado no turismo, o que ele denominou de “indústria sem fumaça” e/ou “civilização do lazer”. E, para esse projeto ser executado na prática, duas dimensões fundamentais deveria ter central consideração: a preservação do ambiente natural e a conservação do patrimônio histórico. Conforme Guerra:

A preservação do ambiente e a conservação dos vestígios do passado são importantes vetores de atração turística. Por que não recompomos aquelas velhas plataformas que serviram de base aos antigos canhões que, por muito tempo, montaram guarda a entrada dos molhes, inclusive na época da guerra? A isto chamaríamos de unir o útil ao histórico. É lógico que nossa unidade militar, aqui sediada, não se furtaria em u’a mãozinha, doando algumas peças de artilharia que, repostas nas plataformas, perscrutariam o horizonte como há muito fizeram em defesa da nossa terra. O passado, desta forma seria eternizado e transformado em atração turística. Um pouco de história bélica da “Noiva do Mar” seria preservada. [...]. Próximo a estas plataformas, um pequeno museu dando conta de como era efetuado o tiro de artilharia de Costa. Logicamente, junto, também uma lancheria, quem sabe, até, um restaurante construído com vistas para o mar. Não faltariam os estandes de venda de “Souvenirs”, é claro (CR 006 – 971 – LFPG – 1978).

Guerra explicitou a época, que os municípios que preservavam o seu ambiente natural e conservavam seu patrimônio histórico calcavam suas economias no turismo, que, aliás, conforme Guerra “é a famosa ‘indústria sem fumaça’. Um convite à civilização do lazer e que contribui muito para conciliar o Homem à natureza”. Outra sugestão feita pelo ecologista foi à ligação da linha de vagonetas até um mato de eucaliptos que havia na Quarta Secção da Barra onde aquele sugeriu a construção de um Jardim Zoológico do Rio Grande (CR 006 – 971 – LFPG – 1978). Em opção ao projeto estatal-desenvolvimentista industrial, o ecologista Luiz Felipe Pinheiro Guerra vem argumentado em favor do projeto de desenvolvimento que tem como foco o turismo histórico e ecológico. Tal projeto focaria na construção de diversas opções de lazer tais como: jardim zoológico, fomento ao patrimônio histórico e ecológico como atrativo turístico, construção de museu, comércio gastronômico, lojas de conveniências,

instâncias de lazer, área para acampamento, parques e refúgios ambientais. De acordo com Guerra:

Sempre disse que turismo, a famosa “indústria sem fumaça” é uma das opções econômicas que os países desenvolvidos dela estão a usar e abusar. Nem só de indústrias vive uma comunidade. Paralelamente à civilização industrial convive a civilização do lazer. Esta é uma das mais recentes maneiras de conduta do homem moderno. Não tarda amanhecer o dia em que o trabalho será pura e simplesmente desinventado com o advento absoluto da sociedade do lazer. Este processo que penso ser o último estado da evolução da Humanidade já reside incipiente em muitos países com redução de horas de trabalho e férias de fim de semana. Para onde irá esta civilização e o que fará? Para os lugares de lazer como, por exemplo, balneários, estâncias hidrominerais e, naturalmente, os refúgios ambientais onde a flora e fauna da região persistem intactas. É um contrassenso, pois, aviltarmos, desde já, estes recintos. E, se soubermos usar a inteligência, lucraremos em muito com a preservação do nosso balneário (CR 033 – 1025 – LFPG – 1979).

Ainda citando Guerra:

Rio Grande, cidade marítima, mais conhecida como a “Noiva do Mar” é reconhecida em todo o Brasil e países platinos por seus caracteres turísticos. Turismo, a famosa indústria sem fumaça, é fator de geração de divisas para qualquer município. Alias, coloca-se em terceiro plano dentre as circunstâncias que agem no desenvolvimento econômico (CR 095 – 1259 – LFPG – 1979).

Outros temas foram discutidos através das crônicas ecológicas de Luiz Felipe Pinheiro Guerra. Podemos citar alguns, tais como: a transformação do Saco da Mangueira em Lagoa de Oxidação dos Detritos Indústrias, fauna e flora, energias sustentáveis, Amazônia, tragédia ecológica em Hermenegildo, desmatamento, a obra do viaduto do Trevo do Rio Grande, Espécies Exóticas e dentre outros que serão tratados em escritos posteriores. Ao que percebemos através da crítica ambiental de Luiz Guerra, Rio Grande nos anos de 1970 e 1980 configurava-se por ser uma cidade com diversos problemas ambientais. Dentre esses problemas, emissões atmosféricas, efluentes líquidos e resíduos sólidos configurando-se em um ambiente insalubre a vida tanto humana quanto não humana. Em fim, Guerra contribuiu ao debate ambiental através das crônicas ecológicas, mas, também, através de diversas reportagens ambientais. No que respeita ao jornalismo ambiental, Guerra lançou algumas bases temáticas e/ou linhas de investigação e reflexão tanto no que respeita aos temas relativos à natureza quanto aos temas relativos à sociedade e desenvolvimento. Conjuntamente com Helton

Bartholomeu da Silva e Adelino Marques Mendes, Luiz Felipe Pinheiro Guerra constituiu de forma pioneira a crítica ambiental riograndina.

#### **4.1.4.2) Temáticas e críticas ambientais nas crônicas ecológicas de Helton**

##### **Bartholomeu da Silva**

Helton Bartholomeu da Silva, botânico autodidata, membro da Sociedade Botânica do Brasil e do Centro de Toxicologia Ambiental de Pelotas atuou, também, como ecologista na AGAPAN/Rio Grande. Silva foi uma das referências da luta ambiental naquele município. Funcionário da Alfândega do Rio Grande, Silva, anteriormente, havia feito parte do Centro de Excursionistas Anhanguera. No que respeita a crítica ambiental riograndina, Silva deixou um legado de 15 (quinze) crônicas ecológicas. Por ser botânico, Silva utilizou-se da coluna crônica ecológica a fim de disseminar conhecimento na área de botânica e ecologia natural. Porém, aquele ecologista transitou no campo da crítica ambiental sob influência do pensamento crítico.

Dentro do processo de construção do pensamento ambiental riograndino, Helton Bartholomeu da Silva iniciou a tecer crítica ambiental ao modelo societário constituído em Rio Grande a partir de abril de 1979. Até então, o botânico havia elucidado alguns conhecimentos no campo da biologia e ecologia natural. Silva começou a incidir ao lado de Luiz Felipe Pinheiro Guerra críticas ambientais que enfocavam o distrito industrial e o modelo econômico implantado pelo Estado Brasileiro, em suas contradições sociais e ecológicas. Ele observou, na época, que Rio Grande é uma região abastada economicamente. Paralelamente à riqueza concentrada e ao crescimento econômico, havia diversas contradições, tanto social quanto ecológicas. Helton Bartholomeu da Silva assim retrata:

Parece que a desgraça das regiões ricas é justamente o fato de serem ricas. A abundância atrai os especuladores mais inescrupulosos de todas as partes. Para analisar o fato a nível continental, não nos faltariam exemplos das insídias do colonialismo na Ásia, na África ou nas Américas, mas nosso objetivo é o município do Rio Grande, [...] (CR 072 – 1107 – HBS – 1979).

Ainda conforme Helton Bartholomeu da Silva:

Rio Grande sempre tem sido uma gorda mina de ouro, não só pelo que pode produzir como, também, por sua situação geográfica privilegiada, e isso é uma tentação para os ambiciosos que aqui se estabelecem, uns portando capital e outros nada, com a melhor das intenções de nos trazerem o progresso e tome industriais poluidoras que ninguém deseja em outras cidades e tome contingentes de trabalhadores trazidos de fora em detrimento dos desempregados locais, sem falar no aumento da criminalidade que a crônica policial acusa (CR 072 – 1107 – HBS – 1979).

Observamos através da crítica ambiental de Helton Bartholomeu da Silva alguns elementos que apontam diversas contradições na configuração gerada pelo crescimento econômico em Rio Grande na década de 1970. Mesmo que Rio Grande seja uma região com grandes investimentos em infraestrutura, as contradições sociais e ecológicas eram eminentes e dentre elas estavam: exploração do trabalho, indústrias poluidoras e seus impactos ambientais, aumento da população e, conseqüentemente, da criminalidade, nesse sentido, gerando impactos nas dimensões sociais e ecológicas. Silva sugeriu algumas leituras referenciais que podem servir como ponto de partida para analisar e compreender a dinâmica histórico-ambiental e, assim, tecer um panorama da conjuntura vivida em Rio Grande, dando pistas de suas orientações de pensamento. De acordo com Helton Bartholomeu da Silva:

Voltando ao assunto “Revolução Industrial”, gostaríamos de dar aos nossos leitores uma pequena lista de livros, naturalmente para aqueles que gostam de ler algo mais do que notícias diárias. Alguns são apenas literários, conquanto ministrem noções de sociologia, outros são mais técnicos, para quem deseje conferir se defesa do meio ambiente é assunto sério ou mera promoção pessoal. Ei-los: *Germinal*, de Emile Zola – *Sob a luz das estrelas*, de A. J. Cronin – *Antes que a natureza morra*, de Jean Dorst – *Ecologia Geral*, de Roger Dajoz – *Ecologia*, de Eugene P. Odum – *Viagem ao Rio Grande do Sul*, de Auguste de Saint-Hilaire, este último muito importante pois visitou nosso Município há um século e meio e, finalmente, o município do Rio Grande de R. O. Salvini (CR 076 – 1114 – HBS – 1979).

Dessa forma, observamos algumas das influências políticas no pensamento de Helton Bartholomeu da Silva. Por exemplo, o livro *Germinal* de Emile Zola e que depois inspirou o filme com o mesmo nome. A obra de Zola retrata o contexto histórico francês do século XIX enfocando a vivência de trabalhadores de uma mina de carvão. O *Germinal* traz à tona a ofensiva de alguns trabalhadores mineiros em relação aos seus patrões. Os trabalhadores formaram um levante de manifestações e greves exigindo melhores salários, redução na carga horária, segurança e melhores ambientes de trabalho. Aquela obra, também, tratou da formação da “Associação Internacional dos

Trabalhadores”, as chamadas “*Internacionais Socialistas*”. A obra fez referência ao pensamento de Marx e Engels e apontou alguns elementos do pensamento anarquista. Outra leitura sugerida por Silva foi o livro *Sob a luz das estrelas*, de Archibald Joseph Cronin. Esta obra de literatura teceu também algumas críticas sociais. *Sob a Luz das Estrelas* retratou a Inglaterra da década de 1910 e a personagem central, David Fenwick lutava por melhores condições de vida dos operários nas minas de carvão. Silva elucidou algumas importantes referências do campo da ecologia, tais como: *Antes que a natureza morra*, de Jean Dorst – *Ecologia Geral*, de Roger Dajoz – *Ecologia*, de Eugene P. Odum – *Viagem ao Rio Grande do Sul*, de Auguste de Saint-Hilaire e *O município do Rio Grande* de R. O. Salvini, que apontam elementos do campo ecológico.

Outro problema que faz alusão ao processo industrial que vemos presente nas crônicas ecológicas de Silva é a indústria pesqueira. Conforme o ecologista:

[...] face à escassez do pescado, a indústria pesqueira cogita o aproveitamento da “Anchoita” para um tipo de industrialização equivalente ao da sardinha, ou seja, o clássico enlatado em óleo de amendoim ou molho de tomate. Até aí tudo bem. Mas surge uma indagação: a indústria que, até hoje aproveitou tudo, desde o minúsculo “Camarão do Lixo” até a miraguaia e só desprezou as repulsivas arraias, o boto, porque não é peixe, e o marisco porque tem que ser cavado, quase exterminou o siri dos molhes e, ultimamente, captura até o camarão rosado, em que pese a pouca consistência de sua carne e sua consequente baixa rentabilidade, havia até então desprezado a agora notória “anchoita”, dado seu minúsculo tamanho? – Ou a célebre “anchoita” é espécie migradora que só recentemente veio a ter a estes abençoados páramos, para aproveitar a riqueza de plâncton deixada disponível pelo raleamento da população de peixe local? Temos a pretensão de conhecer a fauna marítima de nossa região, e serão bem poucas as espécies que desconhecemos, em sua totalidade raras ou representadas por espécimes pouco abundantes, e este não será o caso “anchoita”, que deve ser abundante ou não seria industrializada (CR 085 – 1214 – HBS – 1979).

O fragmento acima retirado de uma das crônicas de Silva nos apontou a escassez do pescado devido à atividade predatória por parte dos barcos de pesca e das indústrias que transformavam/transformam o peixe em produto industrializado. Observamos que a “anchoita” era um pescado descartado por causa de seu tamanho, porém, para suprir uma falta, tornou-se importante fonte para industrialização substituindo uma lacuna deixada pela sardinha. Na passagem acima também verificamos grande quantidade de captura de outras espécies da fauna marinha parte do ecossistema costeiro. Conforme Silva, o siri, espécie de crustáceo encontrado com mais abundância na zona dos molhes da Barra, quase se extinguiu. Com relação à “anchoita” e o descarte de espécies menores, Silva nos diz que:

Ora ai está: uma flagrante tentativa de burla ao código de pesca que determina as dimensões para captura e industrialização de cada espécie, ou, em sua falta proíbe a captura de exemplares sexualmente imaturos. No arrastão, como é praticado na praia do Cassino, devido ao uso de malhas inadequadas, sempre são capturadas exemplares imaturos de anchova, bem como de outras espécies, sendo proibida sua industrialização. Tais exemplares deveriam ser restituídos, COM VIDA, ao mar, mas como ninguém vai deixar de segurar o PEIXE QUE RENDE DINHEIRO para restituir os míseros filhotes à água temos que após cada arrastão restam mortos na praia alguns milhares e enchoetas, peixe-rei, tainhotas, designados globalmente pelos pescadores como “Menjoada”, não sendo utilizados sequer para fertilizantes (ótimo por sinal). Pura e simplesmente fica na praia. Sabemos, além disso, que as traineiras, num lance, capturam algumas toneladas de peixes imaturos e nenhum adulto, restituindo ao mar tudo morto, depois de um exame que não pode ser rápido. – Como se anuncia o aproveitamento da “anchota”, (ou podemos usar claramente enchoeta?) – é fácil imaginar que o tamanho das malhas vai diminuir ainda mais para não perder nenhuma. E como será com as tainhotas, liguadotes, cascoteset caterva? – Ficarão na praia, ou receberão nome de língua estrangeira para mascarar outra contravenção? (CR 085 – 1214 – HBS – 1979).

No que respeita ao patrimônio natural, Helton Bartholomeu da Silva utilizava-se do bom senso, ou seja, conforme o ecologista, destruir “o patrimônio natural, para dar livre curso ao progresso, é tão irracional como parar o progresso e desencadear o genocídio, para que a parte restante da humanidade sobreviva com seus recursos atuais” (CR 089 – 1227 – HBS – 1979). O ecologista propunha alternativas que ele considerava racional. Silva encarava como importante o controle da natalidade, o esfriamento do progresso a escala condizentes com os recursos disponíveis, e era categórico em travar inexoravelmente o desperdício dos recursos naturais. O botânico em crítica a lógica política e econômica, diz que:

Todo o progresso se exprime na produção de bens para exportar. Por qual razão, então, todo nosso esforço para exportar jamais tem como prêmio a diminuição de nossa dívida externa? É evidente que estamos carregando água num balaio. Produzimos, exportamos o que não nos sobra, quando deveríamos exportar os excedentes, e desbaratamos as dívidas com enfadonha música estrangeira, com cinema caro e de baixa qualidade, xaropada em série, vendendo-nos o estilo consumista e pseudo moralista da vida americana ou fantástica proezas de ridículos super-heróis, tecnologias obsoletas, drogas cancerígenas, quinquilharias. Os exemplos são ilimitados (CR 089 – 1227 – HBS – 1979).

Com relação à lógica do desperdício, Silva sugeriu que poderia ser limitado. Conforme aquele ecologista:



O desperdício, assim, poderia ser limitado por uma vida mais sóbria, pela utilização de fontes alternativas de energia, pelo fomento e uma pesquisa tecnológica realizada em nossas universidades, pela melhor utilização dos recursos naturais e das matérias primas importadas, reciclando metais, plásticos, vidros, borracha (ainda vive muita gente que juntou borracha para ser reciclada no tempo da guerra), pelo processamento industrial do lixo e obtenção de gases combustíveis e fertilizantes orgânicos. Em fim, um País que alimenta gado com cereais e fabrica rações à base de proteínas animais para uso de cães e gatos de luxo, não está tão perto da fome (CR 089 – 1227 – HBS – 1979).

Ao que vimos até o momento, Silva constituiu, dentre os críticos ambientais riograndinos, crítica ambiental centrada nas contradições do modelo de sociedade moderna, capitalista e urbano-industrial, mas, por outro lado, o ecologista explicitou diversos conhecimentos de botânica, seguindo a lógica das lutas da AGAPAN/Porto Alegre. Nesse sentido, outros temas são trabalhados nos escritos de Helton Bartholomeu da Silva, temas como: flora e fauna, espécies específicas como o alfeneiro (*Ligustrum: ovalifolium*, *japonicum* e *sinense* – espécies exóticas provindas do oriente); a introdução do café e do pardal (que vive somente nas cidades – espécie que segundo o botânico não teria “utilidade ecológica” para os ecossistemas); desmatamento florestal e outras temáticas importantes para luta ambiental que não serão aprofundadas nesse trabalho. Ele também despendeu especial atenção à crítica da tradição cristã do “pinheiro de natal”. Para termos ideia, citaremos uma passagem do discurso de Silva, quando ele fala sobre a relação da tradição cristã com a flora, dessa forma:

[...] não sabia sequer que Jesus predicava entre pinheiros lá na remota e semi-árida Palestina. – Aliás, o que eu sabia de Jesus relacionado com vegetação limita-se a joio e trigo, alguns sicômoros, (figueira silvestre de Jordão), Oliveiras, salgueiros (chorão) e uma história confusa de grão de mostarda germinando e transformando-se em árvore frondosa que abriga as aves do céu, e mais aquela história muito pouco cristã da figueira amaldiçoada. – Bem, o que eu sei é que o doce e humilde nazareno não escreveu sua autobiografia, foram seus biógrafos alguns cronistas de sua época e mesmo, de quase um século de sua morte. – Uma árvore foi abatida, sim, mas para crucificá-lo, num crime que até hoje nos enche de horror. – O pinheiro de Natal é uma reminiscência pagã, europeia, o culto da árvore que nos vem do carvalho dos druidas, passando pelo mastro enfeitado com fitas, o centro, o cassetete e até mesmo a caneta simbólica ofertada dos formandos. Quanto à tradição pretensamente cristã da árvore no Brasil inicia-se com a derrubada de um madeiro, a feitura de uma cruz e a celebração da primeira Missa (CR 016 – 984 – HBS – 1978).

Outro assunto importante, tratado nas crônicas ecológicas de Helton Bartholomeu da Silva, foi Hermenegildo. Conforme Silva, esse balneário esteve em foco na imprensa sob um aspecto negativo do universo ambiental, ou seja, de acordo

com a versão oficial, a chamada “Maré Vermelha”. O governo construiu uma versão oficial do fato ocorrido, ele propôs que o fenômeno foi de origem natural, ou seja, uma espécie de ciclo natural devido a uma espécie de alga de coloração avermelhada que abundava a região. Por outro lado, o Centro de Toxicologia Ambiental de Pelotas verificou amostras da água, na época, na praia de Hermenegildo, chegando à conclusão que o ocorrido foi originado do derramamento de uma carga química que estava depositada nos porões do navio denominado de Taquari. De acordo com o botânico, “Hermenegildo esteve em foco na imprensa sob um aspecto negativo do universo ecológico. Foi assunto badalado à exaustão. Aquela praia foi visitada até por celebridades internacionais e ninguém viu um aspecto positivo relacionado ao meio ambiente” (CR 018 – 986 – HBS – 1978).

Enfim, podemos ver através das crônicas ecológicas de Helton Bartholomeu da Silva diversas formas de crítica ambiental. O autor tratou diversos temas relevantes dentro do campo. Ele teceu crítica ao modelo de sociedade moderna, capitalista e urbano-industrial ao lado de outros temas que transitam no campo da ecologia natural até a dimensão cultural e religiosa. Encontramos no pensamento de Silva elementos que apontam as influências de uma religiosidade cristã, profundo conhecimento de botânica, e, conseqüentemente, dos ecossistemas costeiros, até certa influência do pensamento crítico de orientação marxista, apontando elementos remetentes ao próprio Marx. Conforme Luiz Felipe Pinheiro Guerra, Silva era o seu “guru de botânica” e deixou importante contribuição ao pensamento crítico ambiental. Silva demonstrou em suas crônicas certas dimensões da relação sociedade e natureza em Rio Grande, citando como exemplo o crescimento e a industrialização e seus impactos sociais e ecológicos, que, por fim, influenciaram na construção de um ambiente insalubre para o desenvolvimento da vida tanto humana quanto não humana. Portanto, Silva apontou algumas das contradições tanto social quanto ecológica existentes no modelo de crescimento econômico adotado pelo Estado brasileiro na época da ditadura civil-militar (1964 – 1985). Nesse sentido, compreendemos através daquele ecologista que o modelo de “progresso” implantando em Rio Grande gerou muitos impactos negativos, através de um modelo estatal-desenvolvimentista, concentracionista e calcado na exploração do trabalho. No que respeita ao plano ecológico o modelo de expansão urbano-industrial implantado em Rio Grande causou sérios desequilíbrios no ecossistema costeiro gerando extinção de algumas espécies e a escassez de outras. Também geração de

dejetos industriais, emissões atmosféricas e efluentes líquidos influenciaram na saúde dos habitantes tanto humanos quanto não humanos.

#### **4.1.4.3) Temáticas e críticas ambientais nas crônicas ecológicas Adelino Marques Mendes**

Adelino Marques Mendes, oceanólogo de formação acadêmica, dentre outras profissões (mais ou menos, oito (8) diplomas entre graduações e especializações, conforme Luiz Felipe Pinheiro Guerra), membro do Núcleo de Estudos Ecológicos e Conservação do Meio Ambiente de Rio Grande atuou, também, como ecologista na AGAPAN/Rio Grande. Mendes foi uma das referências da luta ambiental no município do Rio Grande. No que respeita à crítica ambiental riograndina, aquele ecologista deixou um legado de 13 (treze) crônicas ecológicas. Mendes transitou no campo da crítica ambiental sob influência do pensamento crítico de orientação marxista. Adelino Marques Mendes foi quem organizou, burocraticamente, a delegacia da AGAPAN/Rio Grande, com sede na sua casa no Bairro Getúlio Vargas, no mesmo município.

Adelino Marques Mendes começou a publicar crônicas ecológicas a partir de julho de 1979, até então, não havia se pronunciado. Porém, quando entrou em cena, Mendes contribuiu de maneira decisiva para a formação da crítica ambiental riograndina. Mendes iniciou sua crítica ambiental discutindo a cerca do crescimento demográfico, em consequência, a intensificação da exploração sobre os recursos naturais. De acordo com Adelino Marques Mendes:

À medida que foi aumentando a população do planeta paralelamente o homem começou a explorar em maior escala os recursos naturais, principalmente após alguns milênios de anos, quando começou a surgir as organizações mercantilistas, entidades que se compunham de elementos que tinham como objetivo a riqueza e o poderio econômico, até então, enquanto o homem consumia estritamente o necessário para satisfazer as suas necessidades biológicas, não causava desorganização de grande porte sobre os ciclos biogeoquímicos da natureza, oferecendo deste modo condições de recuperação aos ecossistemas por ele explorado (CR 080 – 1155 – AMM – 1979).

Adelino Marques Mendes apontou no fragmento acima, a intensificação da exploração dos recursos naturais, a partir do surgimento do modo de vida moderno e

capitalista. Até então, conforme o militante ecológico, a exploração dos recursos naturais tinha menor impacto permitindo a recuperação dos ecossistemas. De fato, certamente, a “pegada ecológica” era menor, mas, existia, o que percebemos através de Mendes que ela se intensificou a partir da modernidade capitalista. De acordo com Adelino Marques Mendes:

[...] no mundo moderno, no qual a civilização goza do expoente máximo da tecnologia, a espoliação dos recursos naturais enveredou por um caminho orgiástico, motivado pela ganância do querer mais e mais, suplantando-se desta maneira as condições necessárias para que o ecossistema do planeta terra se recupere, pois a sua degradação sela o fim de nossa civilização (CR 080 – 1155 – AMM – 1979).

Nesse sentido, Mendes nos apontou algumas contradições da lógica moderna e capitalista, na qual a tecnologia é utilizada para exploração insustentável da natureza. Essa lógica de exploração dos recursos naturais, no que aponta aquele oceanólogo, pode levar ao fim da civilização humana. A humanidade enfrentou uma crise energética, na década de 1970. Essa crise, de certa forma, despertou para as limitações dos recursos naturais. Segundo Adelino Marques Mendes:

Atualmente o homem moderno está enfrentando a crise energética e problemas de alimentação para seus semelhantes, mas mesmo assim continuamos depredando quem nos fornece tudo de que necessitamos para sobreviver, sem pelo menos pararmos e olhar as mutilações acarretadas ao nosso ambiente natural (CR 080 – 1155 – AMM – 1979).

Mendes complementa seu raciocínio dizendo que, “hoje fala-se em tecnologia do álcool, tudo muito lindo na teoria e imaginação, mas na realidade uma nova forma de poluição e degradação ambiental será desencadeada pela mente doentia dos tecnocratas” (CR 080 – 1155 – AMM – 1979). Mendes, na sequência do texto, expõe sua opinião sobre o progresso e tecnologia sob o prisma da lógica da modernidade capitalista, dizendo que:

[...], PROGRESSO E TECNOLOGIA, são lindos na expressão do termo, mas doentios na sua aplicação irracional, visto serem a causa determinante das guerras, catástrofes e todas as adversidades que o homem está enfrentando, tornando-se necessário por fim a estes atos indecorosos para com a nossa sábia mater natura (CR 080 – 1155 – AMM – 1979).

Em sua segunda crônica ecológica, Mendes continuou com forte crítica a lógica da modernidade capitalista. Nesse sentido, visualizamos, claramente, a influência do pensamento marxista nas críticas ambientais de Mendes. Citemos uma passagem que nos levou a ter certeza da influência marxista no pensamento de Mendes. De acordo com aquele militante ecológico:

Desde épocas primitivas sempre existiu homens com a ideia de submeter tudo e todos aos seus caprichos, mesmo que para conseguir tal objetivo fosse necessário destruir a vida do próximo e dos demais seres vivos. Essa ideia mesquinha permaneceu através das diversas eras geológicas, chegando até o homem moderno, o qual está com a mente doentia, devido a estrutura da ganância e da plusvalia, sendo que na sociedade atual o homem é avaliado pela sua capacidade de destruição e pelos sofisticados GENOCÍDIOS que pratica contra a natureza (CR 080 – 1155 – AMM – 1979).

Ainda conforme Adelino Marques Mendes:

Assim é Rio Grande, uma cidade histórica, outrora muito possuía, uma flora e fauna nativa exuberante, mas devido a sarcástica ideia de dominar e escravizar o ambiente natural, os riograndinos praticam GENOCÍDIOS SOFISTICADOS, exterminando deste modo a flora e fauna de nosso município (CR 080 – 1155 – AMM – 1979).

Sobre a crise ambiental, Mendes apontou em um fragmento das suas crônicas que a sociedade moderna está passando por crises, gerada pela “tecnologia nefasta e perniciosa”, mas também pela lógica de exploração da natureza em favor de interesses econômicos. O ecologista também apontou “alterações drásticas no meio ambiente e nos princípios éticos, morais e religiosos dos diversos povos que habitam este planeta” (CR 097 – 1288 – AMM – 1979). Observamos através de Mendes que a crise do capital é uma dimensão importante no desencadear da crise ambiental global. O ecologista aponta que a lógica capitalista de exploração da natureza levará ao que ele chamou de “genocídios sofisticados” que, conforme aquele acarretará no extermínio da flora e fauna do local e do global gerando, dessa forma, a extinção de espécies e o extermínio em massa dos ecossistemas. Também segundo Adelino Marques Mendes, o humano moderno dentro da lógica de extração da “plusvalia” ou “mais-valia”, conceito marxista, explora tanto os outros humanos quanto a natureza, gerando uma crise sem precedentes na história humana, ao que podemos chamar de crise ambiental global.

Dentro da lógica das críticas ambientais de Mendes outro tema que emergiu foi as “cidades modernas”. Para Adelino Marques Mendes:

As cidades modernas apresentam linhas arquitetônicas bem delineadas, onde o concreto substituiu tudo o que era relativo ao meio ambiente; as praças totalmente transformadas num mundo de pedra, as árvores foram substituídas por floreiras grotescas de concreto, as quais causam choque panorâmico à visão e deprimem o aparelho psíquico do homem da era tecnológica (CR 101 – 1309 – AMM – 1980).

Ainda citando Adelino Marques Mendes:

As praças e recantos naturais das cidades brasileiras sofreram modificações, sendo a sua originalidade substituída por estapafúrdios monumentos de pedra, que de certa forma ocupam lugares onde se poderia cultivar um jardim, uma árvore e outras plantas, que paralelamente serviram de suporte à fauna ornitológica e entomológica propiciando a manutenção de um ecossistema (CR 101 – 1309 – AMM – 1980).

Outros temas que o oceanólogo Adelino Marques Mendes denunciou em sua crônica foi os diversos incêndios ocasionados pelo fogo nos campos, matos e a utilização das árvores e animais silvestres como alvo para pontaria e exercício de tiro. Mendes observou que pessoas que executavam esse tipo de atividade predatória contra a natureza se esqueciam de que estavam “brincando com a vida alheia, assassinando outros seres vivos, diferentes do homem, mas a quem o homem deve sua sobrevivência e perpetuação de sua espécie neste planeta” (CR 101 – 1309 – AMM – 1980). Mendes comentou dessa forma o explícito acima:

Tenho constatado essas depredações cotidianamente, sendo que tais pessoas não pensam duas vezes antes de agir; reviram os ninhos dos pássaros, maltratam os filhotes, causando danos irreparáveis, que no futuro outras gerações irão grangear o que lhes pertencia e os vândalos destruíram. Num momento em que a civilização se depara com os problemas cruciantes de desorganização da biosfera, devido à ação nefasta do homem sobre os ciclos naturais da ecosfera, alguns riograndinos dizem que resta de nossa flora e fauna (CR 101 – 1309 – AMM – 1980).

Dessa forma, Adelino Marques Mendes observou que se considerando o índice de poluição do Rio Grande, o qual era nocivo à saúde humana e não humana, deveria ser compreendido perfeitamente, o quão benéficas são as árvores. Essas que, através da fotossíntese, conseguem purificar o ar que os animais e os humanos respiram. Nesse sentido, o ecologista observa que:

O meio ambiente pertence a todos os seres vivos, o seu equilíbrio ocorre naturalmente, contudo não cabe a uma única pessoa querer esbanjá-lo orgiasticamente em um só momento, pois a natureza é um processo histórico do passado, presente e futuro, devendo ser legada às futuras gerações em condições dignas de sua sobrevivência (CR 101 – 1309 – AMM – 1980).

No processo de escrita da crítica ambiental formulada por Adelino Marques Mendes, percebemos a denúncia das péssimas condições ambientais da zona urbana e central da cidade. Conforme Mendes, a cidade do Rio Grande, devido às péssimas condições e saneamento público, acumulava grande volume de resíduos sólidos nas ruas e avenidas centrais. O militante ecológico expôs que, aproximadamente, trinta por cento (30%) das residências possuíam a época, fossas para armazenamento das fezes e que lançavam o que Mendes chamou de “água-negra”, ou seja, água com resíduos fecais em plena via pública e quarenta por cento (40%) das residências careciam de privadas e serviço de água potável. Isto, sem levar em conta o péssimo sistema de escoamento de esgoto a época (CR 103 – 1323 – AMM – 1980). Complementando esse quadro citemos o fragmento da crônica de Mendes, segundo o ecologista:

[...] além de resíduos industriais depositados na zona central da cidade e periferia, isto sem levar em conta o péssimo tratamento que a prefeitura municipal dá ao lixo que recolhe e acumula em área não muito distante dos bairros afastados da zona central, caracteriza-se por apresentar uma grande população de moscas, ratos, pulgas, piolhos etc... insetos nocivos à saúde pública, que determinam inúmeras moléstias, isto sem levar em consideração a verminose causada pelo consumo de água de cacimbas e poços localizados próximos às privadas, fato que determina inúmeras vítimas, principalmente crianças (CR 103 – 1323 – AMM – 1980).

Ainda descrevendo o quadro ambiental urbano do Rio Grande na década de 1970, conforme Adelino Marques Mendes:

O que mais vem causando pânico na população de toda a cidade, é a invasão das residências por baratas (Periplanete americana), sendo que as mesmas já participam da vida ativa da comunidade do dia-a-dia, pois trilham as calçadas da Rua Marechal Floriano em pleno dia e a noite voam em inúmeras nuvens, o que obriga a quem andar passeando ter cuidado em abrir a boca para falar. Nos bairros, onde a situação de saneamento público é precária, as baratas é que ditam as normas à população, que sofreram todas as consequências desses insetos, tais como: agressão aos alimentos, picadas etc. (CR 103 – 1323 – AMM – 1980).

As autoridades municipais da época acabaram por se omitir ao problema, tanto a Secretaria da Saúde quanto à prefeitura municipal não se manifestaram e nem tomaram

as devidas providências. Isso gerou um problema sério, pois a população procurou combater as baratas com inseticidas domésticos, produtos químicos e tóxicos que determinaram a contaminação do ambiente natural, conseqüentemente, causando desequilíbrio ecológico. O aumento excessivo das baratas na cidade do Rio Grande, no final da década de 1970, foi devido ao desequilíbrio ecológico gerado pela poluição industrial e pelos agrotóxicos que a Secretaria Municipal de Agricultura havia utilizado na dedetização. Esse órgão, anteriormente, havia aplicado certa quantidade de agrotóxicos para exterminar a fauna entológica que controlava o equilíbrio natural da população de baratas, mantendo a população daquela espécie estável (CR 103 – 1323 – AMM – 1980). Para termos noção aproximada do impacto citemos a seguinte passagem do texto de Adelino Marques Mendes, quando ele descreve, dessa forma, as conseqüências do uso indiscriminado dos inseticidas e do extermínio de uma espécie. Conforme aquele ambientalista:

Como na natureza o extermínio de uma espécie deixa um nicho ecológico vago, o qual é imediatamente preenchido por outra espécie que se adapte nesse nicho ecológico, podemos então compreender o porquê da excessiva proliferação de baratas, quando os seus predadores biológicos naturais desapareceram e existe alimentação de sobra para as mesmas, uma vez que nossa cidade é um verdadeiro manancial de lixo. Outro fator que auxiliou o aumento da população de baratas no interior das residências é o uso de DEFENSIVOS DOMÉSTICOS que não matam apenas baratas, mas, sim matam qualquer inseto que se alimente das rações (iscas) preparadas com tais venenos; portanto, numa cidade de 300.000 habitantes, 150.000 residências consumindo por semana 30 gramas de DEFENSIVOS DOMÉSTICOS, são consumidos, no total, 4.500 Kg de produtos químicos, o que representa uma contaminação ambiental elevada durante vários anos, pois os resíduos desses defensivos vão para o lixo, que, após recolhido, é lançado em local qualquer do município. No local de armazenamento do lixo há grandes populações de baratas, apesar das toneladas de produtos químicos que ai existem e cuja finalidade seria exterminar as baratas, [...]. na realidade, isso não acontece e tais produtos químicos são carregados pelas águas da chuva, indo poluir os corpos de águas: lagoas, arroios e finalmente o mar, determinando neste percurso a morte de várias espécies, e, às vezes, do próprio homem (CR 103 – 1323 – AMM – 1980).

Perante o explícito na crônica ecológica de Mendes, o uso indiscriminado de produtos químicos com o objetivo de combater insetos, geralmente causa desequilíbrio na população dos predadores naturais daqueles, como foi o caso das baratas em Rio Grande, no início dos anos de 1980. Mendes apontou algumas medidas para solucionar o problema na época. Ele aconselhou um bom serviço de limpeza pública, saneamento básico em toda a cidade e aterros sanitário. Em nível das residências, Mendes falou de hábitos de higiene rigorosos e a despesa do uso de inseticidas domésticos.



Complementando o quadro ambiental exposto pela oceanólogo, citemos um fragmento de sua crônica ecológica. Segundo Adelino Marques Mendes:

Se ponderarmos que Rio Grande é uma das cidades com índice de poluição elevado, já em níveis críticos, e, até mesmo, com risco para saúde pública, portanto é nosso dever alertar a comunidade para não consumir defensivos químicos de qualquer natureza, pois a vida de todos depende do equilíbrio harmônico entre as diversas espécies de um biótipo e das condições biofísicoquímicas do ecossistema (CR 103 – 1323 – AMM – 1980).

Outra localidade onde a poluição por efluentes líquidos era grave, no início da década de 1980, conforme Adelino Marques Mendes era o balneário Cassino. Esse local, não possuía esgoto pluvial, sendo que as residências, hotéis e estabelecimentos comerciais eram dotados de “fossas de armazenamento dos resíduos fecais” e de “caixa de gordura”. O ambientalista comentou que quando chovia o nível da água era elevado, conseqüentemente, lançavam suas “águas negras” em plena via pública. Nesse sentido, todo o sistema pluvial de esgotos do Cassino era canalizado em direção à praia, através valetas e canaletes, sendo que as “águas-negras” das fossas iam para os esgotos pluviais, depois lançadas na praia. Dessa forma, configurava-se um caso de poluição grave, pois, ocorria proliferação bacteriana na zona marinha (CR 103 – 1323 – AMM – 1980). Conforme Adelino Marques Mendes:

[...] podemos ver que a poluição no município do Rio Grande existe em qualquer lugar, como decorrência da letargia do poder EXECUTIVO, o qual apenas está preocupado com indústrias poluidoras e em incentivar projetos que trarão conseqüências nefastas ao MEIO AMBIENTE, como é o caso dos projetos imobiliários que estão surgindo na margem dos locais de captação de água potável para consumo doméstico, zona onde não existe rede de esgotos (CR 103 – 1323 – AMM – 1980).

Portanto, conforme Adelino Marques Mendes a comunidade riograndina acompanhou os acontecimentos ecológicos, tanto pela coluna “crônica ecológica” quanto por “notícias ambientais” que assolaram o extremo sul do Brasil, no final da década de 1970 e início da década de 1980. A AGAPAN liderou diversas frentes de luta, trabalhos e pesquisas de caráter científico, visando obter dados concretos sobre as questões de impactos ambientais ocorridos aqui no extremo sul do Brasil. As equipes da AGAPAN/Rio Grande, AGAPAN/Porto Alegre, Centro de Estudos de Toxicologia do RS e outras entidades de pesquisa do centro do país conseguiram, com certo sucesso, mapear e se fazer presente na defesa dos ambientes naturais contra a poluição da costa

sul do Brasil. Dentro desse processo de luta ambiental, a crítica ambiental de Adelino Marques Mendes conseguiu configurar o quadro da relação sociedade e natureza no ambiente do município do Rio Grande. A crítica ambiental de Mendes, sob orientação e influências da corrente marxista, apontou diversos elementos que configuraram as contradições do modelo de desenvolvimento adotado para Rio Grande e incentivado pelos governos da ditadura civil-militar. Conforme Mendes em crítica, a modernidade capitalista é insustentável como modelo de vida, pois, explora tanto a natureza quanto o ser humano. As noções e aplicações do modelo de progresso, tecnologia e desenvolvimento sob o prisma da modernidade capitalista, para Adelino Marques Mendes, levarão, em um futuro próximo, a humanidade à extinção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado em Educação Ambiental teve os seguintes objetivos: analisar, interpretar e compreender a crítica ambiental de, Luiz Felipe Pinheiro Guerra, Helton Bartholomeu da Silva e Adelino Marques Mendes membros da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural núcleo do município do Rio Grande/RS. E, a partir disso, refletir através da história ambiental as implicações da relação sociedade humana, natureza e desenvolvimento no município entre os anos de 1978 a 1981. Os objetivos específicos do presente trabalho foram: sistematizar, a partir das crônicas ecológicas, os problemas ambientais recorrentes em Rio Grande no período aqui estudado e propor, a partir disso, algumas temáticas relevantes para o campo da Educação Ambiental. Observar as alterações ambientais da época, provocadas pelo então modelo de crescimento econômico e suas repercussões no ambiente, através de uma abordagem relacional, além de verificar e compreender as temáticas e as críticas ambientais desenvolvidas pelos ambientalistas riograndinos.

Com isso, fizemos um resgate histórico do surgimento da crise ambiental. Isso desmistificou muitas conclusões que dizem que a crise ambiental surgiu com o capitalismo e que aquela é uma dimensão daquele sistema. Para pensarmos sobre o tema, recorremos a Carlos Walter Porto Gonçalves e a Carlos Frederico Bernardo Loureiro, posição semelhante a do historiador Artur Soffiatti. Eles apontam que a primeira dimensão da crise ambiental começou com o expansionismo da tradição religiosa judaico-cristã e seu processo de dominação sobre as demais crenças espirituais, negando os “deuses da natureza”, causando assim a dessacralização da *physis* grega e/ou da *natura* romana. A segunda dimensão da crise iniciou-se com a Revolução Científica e com a consolidação do paradigma cartesiano orientado por valores culturais modernos que permeiam a consolidação do projeto positivista de ciência e tecnologia. A terceira dimensão da crise ambiental é a orientação antropocêntrica potencializada pelo capitalismo que fundamenta a noção de que a humanidade pode ir além da capacidade de suporte dos ecossistemas. É o cerne do projeto societário liberal. E a última dimensão da crise é o modelo urbano industrial calcado na lógica da descartabilidade, consumo, desperdício dos recursos naturais e exploração do trabalho humano

(LOUREIRO, 2006, p. 22 - 23). Entendemos a totalidade “*ambiental*”, conforme argumentado a partir de Loureiro, no primeiro capítulo, como a relação sociedades humanas e natureza no ambiente, essa afirmativa irá permear nosso trabalho do início ao fim, pois entendemos que qualquer trabalho no campo ambiental deve se orientar por uma abordagem que relacione aquelas duas dimensões.

Nesse sentido, compreendemos que a crise ambiental é totalizadora e que a crise do sistema capitalista é uma dimensão daquela, sendo a crise de uma única espécie, mas que compromete intensamente aos demais entes do planeta sendo de suma importância entender suas implicações. Isso não quer dizer que desconsideramos a importância da crise do sistema capitalista, pelo contrário. Por isso, argumentamos a partir de Gonçalves a cerca do desenvolvimento das três vertentes críticas que vão questionar à modernidade ocidental capitalista. A primeira frente de crítica (socialistas, comunistas e anarquistas) apontou a desigualdade produzida pelo capitalismo (crítica social). A segunda frente de crítica (antropólogos) apontou a expansão cultural europeia como aniquiladora que oprimiu outras formas de cultura (crítica cultural) e a terceira frente de crítica (ambientalistas), que englobou as duas primeiras, relacionou-as através da espécie humana em interação com a natureza não humana (crítica ambiental pós anos de 1960). Nesse sentido, os ambientalistas propõem a superação do modo de vida moderno ocidental capitalista urbano-industrial através da transformação societária e emancipação social contra cultural. São diversas as correntes de pensamento dentro do movimento ambientalista surgido no após 1960, desde preservacionistas, conservacionistas, ecologistas até ecossocialistas e ecoanarquistas.

Dentro daquela lógica crítica, os movimentos ecológicos são fruto de uma revolução comportamental dos anos de 1960 que buscou fazer um exame crítico dos valores culturais, ecológicos e da organização da modernidade ocidental capitalista. São movimentos com diversas referências seja teórica ou prática. Neste magma cultural e social que foi os anos de 1960 e 1970, surgiram os dois campos do conhecimento que procuramos brevemente discutir, ou seja, a Educação Ambiental e a História Ambiental. Campos que tem como referência a categoria “*ambiental*”.

Compreendemos a Educação Ambiental como uma prática social que visa o processo de ensino/aprendizagem relacionando as dimensões sociais e naturais dentro da lógica das práticas educativas orientadas pela corrente política ambientalista. Assim como entendemos que a História Ambiental é a ciência que investiga os seres humanos no tempo relacionando o social e o ecológico no ambiente.

Dentro da perspectiva aqui elucidada, analisamos o processo histórico de constituição da crítica ambiental brasileira que tem sua origem no Brasil Colônia e que vai ter seu maior expoente, em uma primeira fase, conforme Pádua (2006), José Bonifácio de Andrada e Silva a partir do Brasil Império. Ele deixou herdeiros da pretensa crítica ambiental, nomes como: Joaquim Nabuco, André Rebouças, Euclides da Cunha e Alberto Torres, no fim do período imperial início da Primeira República. Prado (2011) levantou a hipótese da obra de Alberto Torres ter influenciado, de certa maneira, Henrique Luiz Roessler, o pioneiro conservacionista do Rio Grande do Sul. Os anos de 1930 a 1960 foram disseminadas algumas lutas pela preservação e conservação da natureza, tais como: reflorestamento, luta contra caça ilegal e a construção de parques naturais. Henrique Luiz Roessler e Balduino Rambo constituíram o pioneirismo conservacionista no Rio Grande do Sul. A frente da União Protetora da Natureza, Roessler constituiu espaço no suplemento rural do Jornal Correio do Povo. A partir desse espaço, começou a escrever e publicar crônicas ecológicas, esses escritos se conformaram num mecanismo de denúncia e formação de opinião pública, configurando-se em crítica ambiental. Nos anos de 1960 e 1970, com a formação dos movimentos ecológicos políticos ocorreram lutas contra a poluição do ar, das águas, contra as armas e energia nuclear, contra o consumismo, contra o desperdício, contra as guerras, contra o industrialismo, desenvolvendo uma ampla frente de luta.

A descoberta dos efeitos nocivos dos pesticidas e inseticidas químicos, denunciados por Rachel Carson no seu livro *Primavera Silenciosa*, o acidente de Minamata no Japão e a crise do petróleo intensificam ainda mais a crítica ao modelo ocidental moderno capitalista de sociedade. Nesse contexto, foi fundada a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiental Natural no Rio Grande do Sul. Encabeçada pelo ambientalista José Antônio Lutzemberger, a AGAPAN tornou-se referência dentro do movimento ecológico ocupando vários espaços na sociedade, inclusive na imprensa. Diversos jornais abrem espaço aos ambientalistas. Isso se intensifica com o desastre ecológico de Hermenegildo. Hermenegildo tornou-se um marco na luta ambiental e abriu um precedente na imprensa configurando o que chamamos no presente trabalho de jornalismo ambiental.

A partir do marco histórico-ambiental citado acima, Luiz Felipe Pinheiro Guerra começou a escrever para o Jornal *Agora*, abrindo, assim, um precedente à configuração da coluna aqui analisada por nós. As crônicas ecológicas configuraram-se como um espaço de crítica ambiental, na qual, denunciou-se a poluição das indústrias de adubo,

atentados contra a fauna e flora, poluição das águas e do ar, constituiu-se crítica ao modelo de desenvolvimento (progresso capitalista industrial moderno) adotado e implantado pelo Estado brasileiro em Rio Grande. Rio Grande transformou-se em um canteiro de obras que tinham a intenção de melhor instalar as indústrias e empreendimentos portuários que servissem aos corredores de exportação e importação. Helton Bartholomeu da Silva, em segundo lugar, começou a escrever crônicas ecológicas com o intuito de transferir conhecimentos de botânica e conscientização ecológica, mas em seguida começou a tecer crítica ambiental ao modelo societário implantado em Rio Grande. O terceiro elemento que cerrou fileira à crítica ambiental e contribui de maneira decisiva é Adelino Marques Mendes que com fortes influências do marxismo teceu pesadas críticas ao projeto de desenvolvimento (progresso capitalista industrial moderno) implantado em Rio Grande.

Luiz Felipe Pinheiro Guerra focou sua crítica ambiental na expansão urbana e industrial, falou da retirada das dunas da Quarta Seção da Barra para a construção de uma estrada. Explanou sobre o abate da fauna e da flora. Criticou a poluição aérea e hídrica. Enfocou crítica ambiental a utilização do Arroio Bolaxa, Senandes, Macacos e Vieira que estavam sendo utilizados para lavagem de equipamentos industriais. Sem falar na crítica ambiental ao modelo de progresso adotado e imposto pelos generais/presidentes no contexto das ditaduras civil-militares.

Helton Bartholomeu da Silva centralizou sua crítica ambiental também no projeto de desenvolvimento imposto em Rio Grande. Silva falou da situação geográfica privilegiada do Rio Grande. O ecologista criticou as indústrias poluidoras, migrações de contingentes de trabalhadores, aumento da criminalidade, impactos ambientais e etc. Silva, enumerou algumas referências de leitura que possibilitariam o entendimento do que estava acontecendo em Rio Grande. Falou da escassez do pescado e a pegada ecológica da indústria pesqueira. Ele propunha alternativas para desacelerar o modelo de vida moderno ocidental capitalista. As alternativas enumeradas nas crônicas são: controle de natalidade, o esfriamento do progresso e propusera travar o desperdício dos recursos naturais.

Adelino Marques Mendes centrou sua crítica nas condições da cidade do Rio Grande. Dissertou sobre a lógica que orientava o modelo de progresso implantado em Rio Grande. Conforme Mendes o ser humano moderno está com a mente doentia devido às influências sofridas pela lógica da ganância e da plusvalia. O ecologista também teceu crítica à sociedade moderna, dizendo que essa está passando por crise, gerada pela

tecnologia “nefasta e perniciososa”. Falou dos esgotos a céu aberto, das “águas negras”, de diversos efluentes líquidos, emissões atmosféricas e resíduos sólidos. Mendes também descreveu um quadro com o aumento da população de insetos e similares, devido ao ambiente propício ao acontecimento.

No tocante à sugestão de alternativas ao modelo de desenvolvimento (progresso capitalista industrial moderno), Luiz Felipe Pinheiro Guerra sugeriu o turismo, ou melhor, o que ele denominava de “indústria sem fumaça”. O turismo seria um convite a “civilização do lazer” que, conforme o ecologista, contribuiria muito para conciliar os seres humanos à natureza. O projeto calcado no turismo teria foco na construção de opções de lazer, na preservação ambiental e na conservação do patrimônio histórico. Algumas opções de lazer conforme o cronista: construção de um jardim zoológico, fomento ao patrimônio histórico e ecológico como atrativo turístico, construção de um museu, comércio gastronômico, lojas de conveniências, instâncias de lazer, área para acampamento, parques e refúgios ambientais.

Com isso, dediquemos espaço ao campo ao qual estamos transitando. Conforme já discutimos no primeiro capítulo, uma área que está ocupando espaço nos ambientes estudantis é a História Ambiental. Como já expressei, a História Ambiental é influenciada pelas preocupações e pelos discursos sobre o ambiente já tendo consistentes bases teóricas e metodológicas e, dessa forma, procuramos contribuir com o campo da Educação Ambiental. Dentro da nossa trajetória de trabalho, nos enquadrámos no terceiro nível de análise de Donald Worster. O nível na qual o enfoque são as idéias e os pensamentos. Direcionado pela quarta característica enunciada por Drummond, ou seja, a linha que se utiliza das fontes documentais escritas. Utilizando-nos do conjunto de crônicas ecológicas da AGAPAN/Rio Grande, podemos captar o movimento vivo da história ambiental do Rio Grande. Através da formação e da construção da opinião pública, ou seja, das crônicas ecológicas, no jornal *Agora*, visualizamos as lutas e reivindicações dos militantes do movimento ecológico como ações educativo-ambientais, ou seja, como práticas de Educação Ambiental nos espaços não formais da sociedade. Vimos, através das nossas fontes, que o contexto histórico-ambiental do Rio Grande se apresentou como um campo vasto para projetos de pesquisa na área da História Ambiental e, conseqüentemente, da Educação Ambiental, por decorrência da organização urbano-industrial que coexiste em interação com o ecossistema da Laguna dos Patos ligada ao Oceano Atlântico.

A nossa investigação histórica alouco-se na linha de pesquisa de Educação Ambiental Não Formal, pois, nossa proposta visou investigar os militantes da AGAPAN e sua crítica ambiental como práticas educativas e denunciativas. Dessa forma, buscamos o direcionamento para os estudos sobre as questões ambientais nos campos não formal e informal da Educação Ambiental. Enfocamos a dimensão histórica e a compreensão da interligação das estruturas e dimensões ambientais no tempo e no ambiente.

A proposta aqui discutida é relevante pelo seu caráter investigativo, histórico e educativo acerca do pensamento e das práticas de informação e denúncia junto à opinião pública, através das crônicas ecológicas, de assuntos relacionados ao ambiente na cidade do Rio Grande. Dessa forma, o presente estudo justifica-se por relacionar história, sociedade, natureza, desenvolvimento (progresso capitalista industrial moderno), jornalismo, educação e ambientalismo, reforçando, assim, a identidade da Educação Ambiental.

Por fim entendemos ter alcançado os objetivos propostos inicialmente neste trabalho, qual seja constituir uma abordagem relacional de análise que envolve as dimensões sociedade humana, natureza, desenvolvimento, jornalismo, história e educação, dentro de uma totalidade “*ambiental*”. Entendemos que o fenômeno de pesquisa aqui proposto contemplou-nos com uma discussão relevante que envolveu amplo debate acerca do modelo de desenvolvimento econômico imposto pelos governos da ditadura civil-militar no período de 1964 a 1985 e seu passivo ambiental. Compondo uma frente de luta ambiental, os ecologistas Luiz Felipe Pinheiro Guerra, Helton Bartholomeu da Silva e Adelino Marques Mendes, constituíram e exerceram pressão frente ao modelo econômico. A partir do jornalismo ambiental e do movimento ambientalista, os militantes citados acima, apontaram as diversas contradições do projeto societário estatal-desenvolvimentista da ditadura militar. Esse projeto demonstrou contradições tanto no plano social como no ecológico. No plano social demonstrou a “lógica concentracionista”, que intensificou a desigualdade social e a exploração do trabalho, sem falar em outras distorções ocasionadas pelo modelo societário. No plano ecológico podemos verificar, a partir das crônicas, os diversos impactos desde as emissões aéreas, efluentes líquidos, resíduos sólidos que repercutiram na saúde humana e não humana. Observamos também um ambiente insalubre com condições precárias na zona urbana, principalmente na periferia da cidade, paralelo às instalações portuárias e industriais que receberam “tecnologia de ponta”. Rio Grande, na



década de 1970 recebeu investimentos na ordem de US\$3.041,80 milhões, que foram todos direcionados ao fomento de infraestrutura industrial e portuária, não refletindo no restante da cidade como vimos através das crônicas ecológicas. O resultado foi a herança de um município que ainda tem contradições tanto sociais quanto ecológicas muito intensas, mesmo com todo o investimento atual que aportou Rio Grande nos últimos anos. Mas, isso é outra história!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Aline Pinto de, et al. **Educação Ambiental: Temas, teorias e práticas**. Rio de Janeiro: SENAC/DN, Rio de Janeiro, 2008.

ALVES, Francisco das Neves. **O Discurso Político-Partidário Sul-riograndense sob o Prisma da Imprensa Rio-grandina (1868 – 1895)**. Porto Alegre: PUC/, 1998. Tese (Doutorado)- Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. **Operários e Estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil**. Em: Dossiê: 40 anos de Maio de 68. Mediações. V. 12, N. 2, Jul/Dez, 2007. p.78 – 89

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. **Pioneiros da Ecologia: Breve História do Movimento Ambientalista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Editores, 2002.

BORDENAVE, Juan Enrique Díaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma Introdução à História**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_; VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Texto. In: **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Augusto Cunha. **A História do Ambientalismo**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DRUMMOND, José Augusto. **Por que Estudar a história ambiental do Brasil? – Ensaio Temático.** Varia História, nº 26, Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **A História Ambiental: Temas, fontes e linhas de pesquisa.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991, p. 177 – 197.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

EDUCAÇÃO Ambiental: uma viagem pela história. Produção SENAC. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, 2001. (duração: 00:13:54)

ESPINDOLA, HarufSalmen. **Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental.** História ambiental e migrações / Organizadores :Eunice Sueli Nodari e João Klug. – São Leopoldo: Oikos, 2012.

GERHART, Marcos; NODARI, Eunice Sueli. **Aproximações entre História Ambiental, Ensino de História e Educação Ambiental.** In: BARROS, Véra Lúcia Maciel (et. al.). Ensino de História: Desafios Contemporâneos. Porto Alegre: EST: Exclamação: ANPUH/RS, 2010.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 1993.

GUERRA, Luiz Felipe Pinheiro. Crônica Ecológica 001. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 08, novembro, 1978.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 001. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 08 nov. 1978.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 002. **Agora**, Rio Grande, p. 04, 30 nov. 1978.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 003. **Agora**, Rio Grande, p. 04, 02 dez. 1978.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 004. **Agora**, Rio Grande, p. 04, 04 dez. 1978.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 005. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 06 dez. 1978.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 006. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 07 dez. 1978.

- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 007. **Agora**, Rio Grande, p. 04, 08 dez. 1978.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 008. **Agora**, Rio Grande, p. 04, 09 dez. 1978.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 009. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 11 dez. 1978.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 010. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 12 dez. 1978.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 011. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 16 dez. 1978.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 012. **Agora**, Rio Grande, p. 08, 18 dez. 1978.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 013. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 19 dez. 1978.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 014. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 20 dez. 1978.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 017. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 26 dez. 1978.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 019. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 29 dez. 1978.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 020. **Agora**, Rio Grande, p. 04, 02 jan. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 021. **Agora**, Rio Grande, p. 04, 03 jan. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 022. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 04 jan. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 023. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 19 jan. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 024. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 20 jan. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 025. **Agora**, Rio Grande, p. 04, 22 jan. 1979.

- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 026. **Agora**, Rio Grande, p. 04, 23 jan. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 027. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 24 jan. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 028. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 25 jan. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 029. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 27 jan. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 030. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 30 jan. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 031. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 05 fev. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 032. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 06 fev. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 033. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 12 fev. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 034. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 13 fev. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 035. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 14 fev. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 036. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 15 fev. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 037. **Agora**, Rio Grande, p. 04, 16 fev. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 038. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 17 fev. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 039. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 19 fev. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 040. **Agora**, Rio Grande, p. 04, 21 fev. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 041. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 22 fev. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 042. **Agora**, Rio Grande, p. 04, 24 fev. 1979.

- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 044. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 1º mar. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 045. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 02 mar. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 046. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 03 mar. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 047. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 05 mar. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 048. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 08 mar. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 049. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 23 mar. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 050. **Agora**, Rio Grande, p. 04, 27 mar. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 051. **Agora**, Rio Grande, p. 08, 28 mar. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 053. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 30 mar. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 054. **Agora**, Rio Grande, p. 08, 02 abr. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 055. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 04 abr. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 056. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 06 abr. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 057. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 07 abr. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 058. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 09 abr. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 059. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 12 abr. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 060. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 14 abr. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 061. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 16 abr. 1979.

- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 062. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 18 abr. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 063. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 19 abr. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 064. **Agora**, Rio Grande, p. 04, 23 abr. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 065. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 26 abr. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 066. **Agora**, Rio Grande, p. 07, 28 abr. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 067. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 02 mai. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 068. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 03 mai. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 069. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 05 mai. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 070. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 17 mai. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 071. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 22 mai. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 073. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 25 mai. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 074. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 26 mai. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 075. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 28 mai. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 076. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 29 mai. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 077. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 02 jun. 1979.
- \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 079. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 18 jul. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 086. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 1º out. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 087. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 2 out. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 088. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 3 out. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 090. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 15 out. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 091. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 23 out. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 092. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 26 out. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 093. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 09 nov. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 094. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 19 nov. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 095. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 22 nov. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 102. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 26 jan. 1980.

GUIMARAES, Leandro Belinaso. **A importância da História e da Cultura nas Leituras de Natureza**. Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG, 33 (1): 87 – 101, Jan./Jun, 2008.

HOBSBAWM, Éric J. 1917 – **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991** / Éric J. Hobsbawm; Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAIGNIER, Pablo ; FORTES, Rafael. **Introdução à História da Comunicação**. Org. Pablo Laignier e Rafael Fortes. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

LAGO, Antônio; PÁDUA, José Augusto. **O que é ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Contemporâneo**. 5ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1990.



LOPES, Reinaldo José. **O Ano que Sacudiu o Mundo**. In: Aventuras na História: para viajar no tempo. Abril: Edição 58, Maio, 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Movimento Ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política** 2ªEd. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873 – 1990)**. Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

MENDES, Adelino Marques. Crônica Ecológica 080. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 19 jul. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 082. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 28 jul. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 096. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 28 nov. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 097. **Agora**, Rio Grande, p. 04, 26 dez. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 101. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 21 jan. 1980.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 103. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 08 mar. 1980.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 104. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 21 jul. 1980.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 105. **Agora**, Rio Grande, p. 07, 09 ago. 1980.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 106. **Agora**, Rio Grande, p. 07, 28 ago. 1980.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 107. **Agora**, Rio Grande, p. 07, 22jan. 1981.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 108. **Agora**, Rio Grande, p. 08, 22 jun. 1981.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 109. **Agora**, Rio Grande, p. 05, 15 jul. 1981.

. \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 110. **Agora**, Rio Grande, p. 07, 13 ago. 1981.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1988.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravagista, 1786 – 1888**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. **“Natureza e Projeto Nacional: As origens da ecologia política no Brasil”**, In: J. A. Pádua (org.), *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. (p. 13 a 62).

\_\_\_\_\_. **As bases teóricas da história ambiental**. São Paulo: Estudos Avançados, Vol. 24, nº 68, 2010.

PEREIRA, Elenita Malta. **Da Proteção à Natureza ao Desenvolvimento Sustentável: A Defesa Ambiental no Rio Grande do Sul**. *Tempos Históricos*. Volume 15. 2º semestre, 2011. (p. 117 – 153.)

\_\_\_\_\_. **A Voz da Primavera: As reivindicações do movimento ambientalista gaúcho (1971–1980)**. Revista Historiar.com, 2008. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/66747479/A-voz-da-primavera-As-reivindicacoes-do-movimento-ambientalista-gaucha>

PERSPECTIVAS e Desafios da Educação ambiental. Produção SENAC, Rio de Janeiro, Departamento Nacional, 2001.

PETRARCA, Fernanda Rios. **Atuação Profissional, recursos militantes e lógicas de engajamento no jornalismo ambiental no Rio Grande do Sul.** Comunicação & Política, v. 26, nº 3, 2008. (p. 27 – 54)

PRADO, Daniel Porciúncula. **A Figueira e o machado: uma história das raízes do ambientalismo no sul do Brasil e a crítica ambiental de Henrique Roessler** Rio Grande: FURG, 2011.

\_\_\_\_\_. **Por uma eco-história a partir do ambiente do Rio Grande do Sul.** In: Sociedade e Cultura no Rio Grande do Sul: ensaios históricos/ org. Francisco das Neves Alves. - Rio Grande:FURG, 2005.

**Projeto Pedagógico do Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental: aprovado pelo Colegiado do PPGEA em 17 de dezembro de 2009 /** elaboradores Elisabeth Brandão Schimidt ...[et al.] ; colaboração Aloísio Ruscheinsky ...[et. al.]. – Rio Grande: FURG, 2010.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

SILVA, Herton Bartholomeu. Crônica Ecológica 015. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 21 dez. 1978.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 016. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 22 dez. 1978.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 018. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 27 dez. 1978.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 043. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 28 fev. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 052. **Agora**, Rio Grande, p. 03, 29 mar. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 072. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 23 mai. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 076. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 31 mai. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 078. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 04 jun. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 081. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 19 jul. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 083. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 07 ago. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 084. **Agora**, Rio Grande, p. 06, 18 set. 1979.

. \_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 085. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 28 set. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 089. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 13 out. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 098. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 27 dez. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 099. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 28 dez. 1979.

\_\_\_\_\_ Crônica Ecológica 100. **Agora**, Rio Grande, p. 02, 02 jan. 1980.

VIEIRA, Euripedes Falcão; RANGEL, Regina Salum. **Rio Grande geografia física, humana e econômica**. Porto Alegre: Sagra, 1983.

VIOLA, Eduardo J. **O Movimento Ecológico no Brasil (1974 – 1986) Do Ambientalismo à Ecopolítica**. Working Paper # 93 – April 1987. Disponível In: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_03/rbcs03\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm)

WORSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 4, nº 8, 1991, p. 198 – 215.